

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Kátia Gerab Baggio**

**A “OUTRA” AMÉRICA:**

**A América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros  
das Primeiras Décadas Republicanas**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lígia Coelho Prado, junto à Área de História Social.

**São Paulo**

**1998**

**Kátia Gerab Baggio**

**A “OUTRA” AMÉRICA:**

**A América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros  
das Primeiras Décadas Republicanas**

**BANCA**

---

---

---

---

---

À Cidinha e ao William, meus pais, que me deram as raízes;  
Ao Ulysses, meu marido e grande companheiro, pelo presente cheio de amor;  
Aos meus alunos, pelo futuro que me move.

E a Minas, pedaço de terra americana onde não nasci, mas onde encontrei  
cidades de arte e pedra, rios e montanhas,  
amigos do peito e muitas alegrias.

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	p. 5
Resumo.....	p. 7
Introdução.....	p. 8
Capítulo 1 - Brasil e América Hispânica: modernização e debates intelectuais na virada do século.....	p. 18
Capítulo 2 - A integração dos países americanos e a política externa brasileira.....	p. 44
Capítulo 3 - Os opositores ao pan-americanismo.....	p. 53
Capítulo 4 - Os defensores do pan-americanismo.....	p. 128
Capítulo 5 - Raça e natureza: passado e porvir da América Latina .....	p. 179
Considerações Finais.....	p. 207
Fontes e Bibliografia.....	p. 210

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Maria Lígia Coelho Prado, que soube dosar, como sempre, rigor e compreensão. Os estudos latino-americanos estiveram no centro de meus interesses desde o início da graduação, no Departamento de História da USP, e devo à Lígia, pelo seu estímulo e confiança, meu encaminhamento decisivo para esta área. Após um mestrado em que me debrucei sobre a história porto-riquenha, voltei-me, no doutorado, para a confluência dos estudos brasileiros e hispano-americanos, o que foi muito gratificante, aguçando meu olhar sobre a América Latina.

O professor Marco Antônio Villa ajudou-me muito no início de minhas pesquisas, fornecendo-me indicações bibliográficas e pistas valiosas para o prosseguimento do trabalho.

As professoras Sylvia Basseto e Maria Inez Machado Borges Pinto, que constituíram a banca do exame de qualificação, me auxiliaram com críticas e sugestões.

Recebi o incentivo de todos os meus colegas do Departamento de História da FAFICH - UFMG, num ambiente de trabalho estimulante e acolhedor. Gabriela Pellegrino Soares, Adriana Romeiro e Eliana de Freitas

Dutra manifestaram especial interesse pelo andamento do trabalho e deram o seu precioso apoio nos momentos mais difíceis. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Sou grata também às minhas queridas amigas Maria Angélica Campos Resende, Cláudia Maria Dadico e Mary Anne Junqueira, que sempre me incentivaram.

Gostaria de aproveitar este espaço para prestar uma homenagem a Carlos Alberto Vesentini, meu professor no curso de graduação, em 1985. Sua seriedade intelectual e suas aulas instigantes constituíram um forte estímulo na minha trajetória profissional.

Lúcia Sousa Lima - com suas massagens reabilitadoras, suas palavras de incentivo e sua doçura - ajudou-me muito, aliviando minhas fortes dores na coluna e auxiliando-me a controlar a ansiedade crescente nos meses finais do trabalho.

Meus pais - Cidinha e William - e meus irmãos - Rosana e Fábio - manifestaram carinhosamente seu apoio. Ulysses, meu marido, soube entender minha falta de tempo, incentivando-me em todos os momentos.

Finalmente, agradeço o apoio institucional que recebi da CAPES - como bolsista do PICDT - e da UFMG.

## RESUMO

Este trabalho recupera as interpretações sobre a América Latina construídas pelos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Com a proclamação da República, tornou-se necessário buscar referenciais para pensar os complexos problemas vinculados à mudança da forma de governo. Neste contexto, vários intelectuais brasileiros voltaram suas atenções para as repúblicas americanas. A escolha dos autores enfocados teve como premissa básica o fato de que tenham contemplado, em algum momento da sua obra, aspectos pertinentes aos países latino-americanos. Analisamos as imagens sobre a América Latina, muitas vezes contraditórias, presentes em textos de Eduardo Prado, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando e, de maneira mais breve, Sílvio Romero e Rocha Pombo.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar as interpretações sobre a América Latina construídas pelos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Nosso interesse por esta temática nasceu da constatação de que há, no Brasil, uma ambigüidade em suas relações com a América Latina. O historiador mexicano Edmundo O’Gorman, em seu clássico livro *A Invenção da América*, afirmou que a América é, e, ao mesmo tempo, não é a Europa. Maria Lígia Prado, inspirando-se em O’Gorman, declarou, por sua vez, que “o Brasil é, e ao mesmo tempo não é América Latina”<sup>1</sup>, expondo claramente a dicotomia envolvida nesta relação.

Por um lado, Brasil e América Hispânica tiveram trajetórias que correram paralelamente: os três séculos de colonização ibérica; as independências nas primeiras décadas do século XIX<sup>2</sup>; o período de formação e consolidação dos Estados nacionais; a ingerência inglesa e, posteriormente, norte-americana, apenas citando os marcos mais tradicionais. Entretanto, as diversidades também foram marcantes: a administração mais centralizada no

---

<sup>1</sup> O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992; PRADO, Maria Lígia Coelho. *Ensaio sobre Política e Cultura na América Latina do Século XIX*. Trabalho de Livre-Docência. São Paulo: Departamento de História - FFLCH - USP, 1996, p. 5.

<sup>2</sup> Com as exceções de Cuba e Porto Rico, que permaneceram colônias espanholas até 1898.



Brasil colonial; a emancipação negociada no Brasil em contraste com as guerras de independência na América Espanhola; a solução monárquica brasileira e a adoção da república pelos países hispânicos; a unidade do Brasil imperial e a divisão da América Hispânica em vários Estados, etc. Estas diferenças foram aqui realçadas, em muitos momentos, para caracterizar o Brasil como o lugar da “ordem” e da “unidade”, em contraposição à “anarquia” e à “fragmentação” hispano-americanas. No Brasil não houve os “heróicos libertadores”, mas a transição pacífica; não houve lutas populares, mas negociação e ordem: estas as imagens que intelectuais e ideólogos das classes dominantes brasileiras, a partir do século XIX, tentaram fixar.<sup>3</sup>

A necessidade de construir e fortalecer uma identidade nacional brasileira levou muitos historiadores, cientistas sociais e ensaístas a reforçar as diferenças do Brasil em relação aos demais países americanos. Éramos únicos, singulares, particulares: termos recorrentes no discurso destes autores.

Este distanciamento do Brasil em relação aos países hispânicos foi, de certa maneira, incorporado pela sociedade brasileira. A identificação dos

---

<sup>3</sup> Muitos historiadores brasileiros apontaram estas diversidades entre Brasil e América Hispânica. Entre outros, Maria Lígia Prado, em seu *A Formação das Nações Latino-Americanas*. 2ª. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. José Murilo de Carvalho também sintetizou estas diversidades em artigo publicado originalmente em Madri, por ocasião dos 500 anos da América, e recentemente editado no Brasil: “Brasil: outra América?”. In: *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 269-74.

brasileiros como latino-americanos é fluida, variável, mais ou menos presente dependendo das circunstâncias e do momento histórico. Mas, não há dúvida de que as diferenças são mais destacadas do que as similitudes. A América Hispânica - vista a partir de olhares brasileiros - é uma “outra” América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina.<sup>4</sup> Historicamente, nosso país se aproximou muito mais da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos do que dos seus vizinhos. Além disso, as relações do Brasil com os países hispano-americanos foram caracterizadas, em vários momentos, por desconfianças mútuas.<sup>5</sup>

As primeiras décadas do período republicano constituem, entretanto, um momento em que os brasileiros olharam com mais atenção para a América Hispânica. Com a proclamação da república, era necessário buscar referenciais para pensar os complexos problemas vinculados à mudança da forma

---

<sup>4</sup> É sintomático que os brasileiros que vivem e trabalham nos Estados Unidos chamem os imigrantes hispano-americanos de “latinos”, distinguindo-os das comunidades de brasileiros. Os “latinos” são os outros, os hispânicos.

<sup>5</sup> A adoção da monarquia como forma de governo após a independência, os litígios fronteiriços e a participação do Brasil nas guerras no Prata são alguns dos fatores que reforçaram estas desconfianças. Bolívar, em carta a Santander, de 23 de janeiro de 1825, chegou a dizer que: “Infelizmente, o Brasil limita-se com todos os nossos Estados; por conseguinte, tem muitas facilidades para nos fazer a guerra com sucesso, como o queria a Santa Aliança. De fato, estou convencido de que será muito agradável a toda a aristocracia européia que o poder do príncipe do Brasil se estenda até destruir o germe da revolução. Começará por Buenos Aires e acabará por nós”. O texto é explícito: para Bolívar, o Brasil monárquico era um braço da Santa Aliança contra a América Hispânica, em luta para consolidar suas repúblicas recém-independentes. Ver BOLÍVAR, Simón. *Política*. BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez (orgs.) São Paulo: Ática, 1983, p. 24.

monárquica para a republicana, à transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, e para formular projetos para o futuro. Houve, neste período, um evidente fortalecimento do americanismo no Brasil, ainda que o exemplo norte-americano tenha sido aquele que ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais.

A geração dos intelectuais que produziram entre os últimos anos do período monárquico e as três primeiras décadas republicanas foi marcada pelas influências do positivismo, do evolucionismo, do darwinismo social e, ao mesmo tempo, da tradição liberal anglo-saxônica. A “grande virada” na produção cultural brasileira veio somente nos anos 20, com o movimento modernista - inspirado pelas vanguardas artísticas européias - e o aparecimento das vertentes nacionalistas de direita, influenciadas pelo fascismo.

Nossa opção pelo período situado entre 1889 e 1919 justifica-se, portanto, pelas razões já explicitadas. Entretanto, há algumas exceções em nosso trabalho, quanto à periodização escolhida: discutimos concepções de Joaquim Nabuco presentes em *O Abolicionismo*, de 1883 - relativas à questão racial - e também analisamos interpretações de Manoel Bomfim contidas na sua trilogia *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, livros publicados entre 1929 e 1931. Estas obras escritas no final da vida de Bomfim foram, como o próprio autor explicitou, desdobramentos de idéias que

já estavam em seu livro *A América Latina*, de 1905, muito relevante em nossas análises. Sendo assim, consideramos que a reflexão sobre o pensamento de Bomfim acerca da América Latina ficaria incompleta se não abordássemos suas obras posteriores. No geral, contudo, as análises realizadas neste trabalho concentram-se sobre obras escritas e/ou publicadas nas três primeiras décadas do período republicano.

A escolha dos autores enfocados teve como premissa básica o fato de que tenham contemplado, em algum momento da sua obra, aspectos pertinentes aos países latino-americanos (e não apenas acerca do Brasil) ou às relações destes com os Estados Unidos e com a Europa. É necessário esclarecer que não tivemos a pretensão de analisar todos os intelectuais brasileiros que pensaram, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, sobre a América Latina e as relações entre as Américas. Os autores sobre os quais nos detivemos foram, no entanto, aqueles que com mais freqüência e mais relevância refletiram sobre temas latino-americanos no período tratado.

Discutimos as interpretações sobre a América Latina construídas por Eduardo Prado, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo, Manoel Bomfim, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando e, de maneira mais breve, Sílvio Romero e Rocha Pombo. Suas reflexões têm pontos em comum e também divergências profundas. É importante frisar que, em nenhum

momento, tivemos como objetivo esgotar a análise sobre a obra dos autores abordados. Nossa intenção não é tratar da obra, no seu todo, de cada um dos autores - o que seria um trabalho hercúleo -, mas apenas daqueles textos (livros, ensaios, artigos, cartas, etc.) em que foram discutidos aspectos relacionados à América Latina.<sup>6</sup>

Evidentemente que as interpretações analisadas estão relacionadas ao contexto histórico em que foram construídas e às relações entre o Brasil e os diferentes países latino-americanos ao longo do período. Também se vinculam às concepções e interesses político-ideológicos dos seus formuladores.

Esta temática envolve, ao mesmo tempo, o debate sobre as relações entre intelectuais, política e poder, já que, tanto no Brasil quanto nos outros países latino-americanos, os vínculos entre os intelectuais, o poder e as disputas políticas sempre foram bastante estreitos.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> As fontes utilizadas foram coletadas, principalmente, nas seguintes bibliotecas: Municipal de São Paulo "Mário de Andrade"; do Museu Paulista - USP (Museu do Ipiranga); do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) - USP; da FFLCH - USP; da Faculdade de Direito - USP; Faculdade de Economia e Administração - USP; FAFICH - UFMG e PUC - MG.

<sup>7</sup> Antonio Gramsci, ao analisar a função dos intelectuais e suas relações com a sociedade, admite o condicionamento deste grupo social às suas determinações de classe. Contudo, não considera que este condicionamento seja imediato. Afirma Gramsci: "A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata [...], mas é 'mediatizada', em diversos graus ...". GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 10. Grifo do autor. Ver também COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Nosso propósito, neste trabalho, é, em suma, recuperar as imagens e representações da América Latina construídas pelos intelectuais brasileiros entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX. Roger Chartier, em suas reflexões sobre a história cultural, afirma que o principal objetivo dos que trabalham nesta área é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Chartier chama atenção para o fato de que as representações do social, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Isto é, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”. Segundo o autor, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas” para compreendermos os mecanismos de dominação.<sup>8</sup>

Pierre Rosanvallon também contribuiu para a reflexão acerca das representações. Trabalhando particularmente com o campo “do político” - mais amplo do que é entendido, tradicionalmente, como o campo “da política” - e com a história das idéias, o autor propõe uma “história conceitual do político”, cujo objetivo “é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram

---

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, pp. 16-7.

seu futuro”. Rosanvallon parte da idéia de que “estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores - como o são por exemplo as mentalidades - mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”.<sup>9</sup>

Refletir acerca das representações sobre a América Latina construídas no Brasil supõe, portanto, localizar os espaços sociais onde foram formuladas e identificar os grupos sociais que as criaram. Assim, podemos compreender melhor os seus significados mais profundos.

\* \* \*

Nosso trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, situamos os intelectuais analisados no contexto brasileiro da transição da monarquia para a república. Também buscamos mostrar que o processo de modernização, que se impôs entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, desencadeou problemas, dilemas e questões comuns a toda a intelectualidade latino-americana, o que estimulou e propiciou o intercâmbio de idéias.

No segundo, fazemos uma introdução à questão do pan-americanismo e ao tema da integração dos países americanos, de um modo geral. Damos ênfase

---

<sup>9</sup> ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Contexto, vol. 15, n.º 30, 1995, p. 16.

à política externa brasileira das primeiras décadas da República - principalmente na longa gestão do Barão do Rio Branco como ministro das Relações Exteriores -, mostrando que o Brasil buscou aproximar-se dos países americanos sem, no entanto, provocar divergências com os países europeus.

No capítulo 3, discutimos as interpretações e propostas de Eduardo Prado, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo e Manoel Bomfim, todos críticos agudos do pan-americanismo. Nossa intenção foi analisar as visões destes intelectuais envolvendo questões diversas: as relações do Brasil com os países hispano-americanos; as relações da América Latina - e do Brasil em particular - com os Estados Unidos; o pan-americanismo; a integração da América Latina; a definição dos limites territoriais do Brasil; a produção intelectual hispano-americana; o desenvolvimento do Brasil e dos países hispano-americanos; a unidade do Brasil comparativamente à fragmentação da América Espanhola; o caudilhismo; as guerras no Prata; a Revolução Mexicana e seus desdobramentos; a questão da educação no Brasil e nas Américas.

No quarto capítulo, analisamos o pensamento de autores que escreveram em defesa do pan-americanismo: Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando e Sílvio Romero. Da mesma forma que no capítulo anterior, não nos restringimos ao debate sobre o pan-americanismo. Discutimos todas as



questões pertinentes à construção de imagens sobre a América Latina por parte destes autores.

A opção por separarmos os autores analisados entre opositores e defensores da proposta pan-americanista deve-se ao fato de que esta discussão foi intensa na virada do século e envolveu todos os intelectuais sobre os quais nos detivemos. Os autores discutiram as possibilidades de integração entre as Américas e, ao mesmo tempo, as vantagens e desvantagens, para o Brasil, em aderir ao projeto pan-americanista encabeçado pelos Estados Unidos; ou, por outro lado, à integração com os países hispano-americanos. Devemos também esclarecer que a concordância a respeito da adesão ou não do Brasil ao projeto pan-americanista não significa que estes autores tivessem visões similares e harmônicas em relação a outros temas freqüentes no debate da época.

O quinto capítulo foi dedicado a analisar as visões dos autores acerca da questão racial e da natureza na América Latina. Optamos por tratar desta temática separadamente por tratar-se de uma questão central no debate intelectual da virada do século - como aliás evidenciamos no primeiro capítulo.

## CAPÍTULO 1

### **Brasil e América Hispânica: modernização e debates intelectuais na virada do século**

Procuramos, neste primeiro capítulo, situar os intelectuais enfocados em nosso trabalho no contexto brasileiro dos inícios da República e, num segundo momento, mostrar como, em toda a América Latina, o processo de modernização, que se impôs a partir da década de 1870, colocou para a intelectualidade questões similares, dilemas comuns, favorecendo o intercâmbio de idéias. Apesar das evidentes peculiaridades nacionais - como foi o caso brasileiro da transição da monarquia para a república em 1889 - e regionais, não podemos deixar de reconhecer que em toda a América Latina problemas de mesma índole desafiaram os intelectuais da época, além da presença, na obra de importantes e influentes pensadores latino-americanos, de fontes teóricas comuns.

Devemos explicitar também as razões que nos levaram a trabalhar, neste capítulo, inicialmente com a produção intelectual brasileira para, em seguida, analisar a América Latina como um todo. Não consideramos o Brasil um país isolado do restante do continente. Ao contrário, julgamos que as peculiaridades

brasileiras não eliminam as similitudes com a experiência histórica dos demais países latino-americanos. Nossa opção se deve a uma questão de ordem prática, já que nosso objeto de estudo são as interpretações dos intelectuais *brasileiros* sobre a América Latina. O que procuramos fazer nesta parte do trabalho é evidenciar os temas e as correntes teóricas mais freqüentes no Brasil, e na América Latina como um todo, entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros decênios do século XX. E, ao mesmo tempo, evidenciar como os problemas, os temas e as fontes teóricas dos intelectuais latino-americanos eram, em grande medida, semelhantes em toda a América Latina, inclusive no Brasil.

Contemporâneos de um período de grandes transformações na vida brasileira, os intelectuais tomaram parte dos principais debates político-ideológicos e culturais da sua época, atuando como ensaístas, jornalistas, professores, diplomatas, políticos.

Durante o Segundo Reinado, parcela importante dos intelectuais tinha uma estreita relação de dependência para com o Estado. Dadas as quase inexistentes organizações culturais privadas e/ou autônomas, a intelectualidade viu-se na condição de subordinação a uma espécie de mecenato por parte do imperador. O Estado monárquico cooptava os artistas e intelectuais, e aqueles

que se recusavam a esta condição - caso não tivessem um apoio econômico familiar - ficavam condenados à marginalidade cultural e a sérios problemas financeiros.<sup>1</sup>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é um exemplo significativo das intrínsecas relações entre o Estado monárquico e a intelectualidade: fundado em 1838 no Rio de Janeiro, contava, entre os 27 sócios fundadores, com nada menos do que 22 ocupantes de posições hierarquicamente importantes no governo imperial. O IHGB “mais se assemelhava a uma sociedade da corte”.<sup>2</sup> Os presidentes do Instituto, durante a monarquia, foram todos políticos importantes vinculados ao regime. Com a queda do Império, o IHGB procurou adaptar-se à nova situação política, vinculando-se ao regime recém instaurado, ainda que sempre mantendo uma atitude de respeito e admiração ao monarca deposto.

As Faculdades de Direito de Olinda (transferida em 1854 para Recife) e São Paulo, fundadas em 1828, tiveram como principal função formar as elites dirigentes para o Estado recém independente, e logo transformaram-se, respectivamente, em locais dominados pelas famílias tradicionais do nordeste e sudeste do país, vinculadas à grande propriedade rural.

---

<sup>1</sup> Ver NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 56-65.

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 102.

As principais instituições culturais, científicas e educacionais do Império - o IHGB, o Museu Nacional, a Academia de Belas Artes, a Escola Politécnica, o Colégio D. Pedro II, a Escola Militar (Rio de Janeiro), as Faculdades de Medicina (Rio de Janeiro e Salvador), as Faculdades de Direito (Olinda/Recife e São Paulo), as Escolas de Minas e Farmácia (Ouro Preto) - nasceram sob a égide do Estado monárquico e, mais especificamente, sob patrocínio do imperador D. Pedro II, criando uma elite intelectual vinculada diretamente à política imperial.<sup>3</sup> Essa tradição de dependência não foi rompida com a instauração da República. Foi necessário um longo e tortuoso percurso para possibilitar o surgimento e a afirmação de uma intelectualidade mais autônoma, que não se circunscrevesse ao auxílio e sustentação direta dos governantes de plantão.

O advento dos governos civis, em 1894 - com Prudente de Moraes na presidência -, depois de mais de quatro anos de domínio militar, marcou o retorno à vida pública de intelectuais vinculados ao regime monárquico, e que haviam se distanciado da atuação política durante os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A República oligárquica que se formava passou a contar com o apoio de importantes colaboradores da

---

<sup>3</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª. ed. rev., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará Editores, 1996, pp. 64--78.

monarquia, e também de republicanos que abandonaram o radicalismo liberal para somar esforços no sentido de estabilizar o regime recém instaurado. “O fato é, pois, que todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império”, como bem sintetiza Nicolau Sevcenko.<sup>4</sup>

O Barão do Rio Branco, à frente do Ministério das Relações Exteriores, entre 1902 e 1912, reuniu, sob sua influência, um grupo de intelectuais - alguns dos quais ligados anteriormente a D. Pedro II - que passou a representar a *intelligentsia* do novo regime. Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Artur Orlando, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, José Veríssimo, entre outros, foram diretamente influenciados por Rio Branco. Nabuco e Oliveira Lima fizeram carreira diplomática durante a gestão de Rio Branco; Artur Orlando iniciou-se na administração como diretor da Instrução Pública - já no período republicano -, seguindo na vida política como deputado e senador, tornando-se um defensor do pan-americanismo; Rui Barbosa fez uma longa carreira política, tendo sido deputado durante a monarquia, ministro da Fazenda e vice-presidente da República (1889-1891), senador e membro destacado da comissão que elaborou o projeto da primeira Constituição republicana (1891), representante do Brasil na Conferência de Haia (1907) e candidato derrotado à presidência

---

<sup>4</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46.

em 1910, 1914 e 1919; Euclides da Cunha foi engenheiro e realizou trabalhos para o Ministério das Relações Exteriores - nas expedições de reconhecimento no norte do país -, chegando a ser auxiliar técnico do Ministério, trabalhando diretamente como assessor de Rio Branco; José Veríssimo - jornalista, crítico literário e ensaísta - teve relações com Rio Branco no âmbito da Academia Brasileira de Letras, da qual o ministro era membro.

Devemos ressaltar que a estreiteza do mercado de trabalho da época empurrava os “homens de letras”, os bacharéis em direito, os engenheiros e cientistas para a carreira política e/ou para o emprego público em órgãos da administração, ou institutos e academias mantidos pelo Estado. Ao mesmo tempo, havia um desencanto de parte da intelectualidade com os rumos que a República vinha tomando, desde o autoritarismo do período militar até a consolidação de um regime oligárquico e conservador. Os intelectuais que ansiaram por uma república liberal-democrática, por um regime que intencionasse o alargamento da cidadania e a diminuição da miséria e da ignorância da ampla maioria da população brasileira, acabaram por pregar ao vento, sem ressonância junto às políticas governamentais.<sup>5</sup> De outro lado, os movimentos operários das primeiras décadas republicanas - principalmente no

---

<sup>5</sup> É o caso, entre outros, de Lima Barreto. Sobre o romancista carioca, ver: BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. 7ª. ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988 e SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*.

Rio de Janeiro e em São Paulo -, estimulados por lideranças operárias adeptas, em sua maioria, de correntes socialistas ou anarquistas, não conseguiram romper com o sistema político, que permaneceu excludente. Como afirma Ângela de Castro Gomes:

*Tanto a estratégia de adquirir poder na sociedade para melhorar a posição relativa dos trabalhadores, não estabelecendo um antagonismo imediato e frontal com as regras políticas vigentes, quanto a estratégia voltada para a criação de uma nova comunidade oposta a estas regras, foram rejeitadas.*<sup>6</sup>

O final do Império e as três primeiras décadas republicanas constituíram, como já afirmamos, um período de grandes transformações: a abolição da escravatura; o advento da república; a entrada maciça de imigrantes - principalmente portugueses, italianos, alemães e espanhóis, além de árabes, japoneses e outros; o crescimento urbano e demográfico; a modernização das cidades, notavelmente do Rio de Janeiro, capital da República; o surgimento dos cortiços e favelas e o aumento dos desabrigados (principalmente na capital); os programas de saneamento e combate às epidemias (que acabaram provocando a revolta contra a vacinação obrigatória, em 1904); o desenvolvimento dos transportes e das comunicações; o número crescente de estabelecimentos industriais; a inflação galopante nos primeiros anos do novo regime; o acirramento dos ânimos políticos com a Revolução Federalista no

---

<sup>6</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 326.



Rio Grande do Sul (1893-94), a Revolta da Armada (1893-94), as resistências dos grupos monarquistas, o movimento jacobino (1893-97), a guerra contra Canudos (1896-97), a Guerra do Contestado (1912-15); a intensificação dos conflitos sociais, com as primeiras manifestações e greves operárias e o aparecimento de organizações de tendência anarquista ou socialista. Aos contemporâneos, lhes parecia um turbilhão a modificar rapidamente a vida cotidiana.<sup>7</sup>

Era neste contexto turbulento que os intelectuais produziam, com os olhos voltados para a compreensão do momento em que viviam e com o objetivo de elaborar projetos para o “futuro da nação”. Em linhas mais gerais, duas vertentes debatiam nos jornais e revistas da época. Uma destas linhas interpretativas valorizava a tradição ibérica, principalmente o período monárquico dos Bragança, identificado como uma fase de estabilidade, manutenção da unidade territorial e progresso. Congregando fundamentalmente saudosistas da monarquia recém destituída, fazia críticas severas ao regime republicano e valorizava as heranças lusa e católica da nossa constituição

---

<sup>7</sup> Sobre as grandes transformações ocorridas neste período no Brasil e os conflitos políticos e sociais a elas relacionados, ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985; SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, pp. 25-77 (Cap. I); CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. 3<sup>a</sup>. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1996; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris (orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomos II e III.

enquanto Estado Nacional. Um dos expoentes deste vertente foi Eduardo Prado, que, no intuito de defender suas concepções monárquicas, atacou a influência do republicanismo norte-americano sobre a intelectualidade brasileira do período e a política pan-americanista. Sua obra mais conhecida, *A Ilusão Americana*, é de 1893. Porém, nem sempre os monarquistas revelaram-se antinorte-americanos. Joaquim Nabuco, que demonstrou um claro saudosismo monarquista e um profundo desgosto com o regime republicano - principalmente durante os governos militares de Deodoro e Floriano -, aceitou posteriormente o novo regime e foi um dos mais vigorosos defensores do pan-americanismo.

Outra relevante vertente interpretativa do período recusava a herança portuguesa, simbolizada pelos períodos colonial e monárquico, e via na república o caminho natural e necessário para a superação do “atraso” e a construção de uma nação “civilizada”, “moderna” e “progressista”. Nesta visão, o modelo republicano e liberal-democrático dos Estados Unidos ganhava destaque. Importantes intelectuais da época foram defensores da república liberal, como Rui Barbosa, José Veríssimo, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Sílvio Romero, Artur Orlando, entre outros.

Paralelamente ao conservadorismo monárquico e ao republicanismo liberal (de diferentes matizes: mais ou menos radicais, mais ou menos democráticos), tiveram peso significativo na produção científica e intelectual da virada do século, as influências do positivismo, evolucionismo e social-darwinismo. Estas teorias, com proposições distintas, têm em comum a convicção na “superioridade” da civilização ocidental cristã, que seria decorrente, por sua vez, de “leis naturais” que regulariam a vida dos povos. Entretanto, em consonância com esta perspectiva, os intelectuais brasileiros teriam que admitir o “atraso” brasileiro se comparado ao nível evolutivo dos países da Europa Ocidental. E, frente à constatação do “atraso”, descobrir suas raízes e as formas de superá-lo.

Nesta busca das causas dos “males” do Brasil, a partir das teorias mencionadas, chegou-se aos parâmetros *meio e raça* como centrais para a compreensão do país, seus problemas e impasses. As características do clima nas diferentes regiões, os acidentes geográficos, as condições do solo, a vegetação, o sistema fluvial e, por fim - o fator mais importante, segundo estas teorias -, as raças constituintes da população brasileira seriam os elementos conformadores da nação e do caráter nacional. As explicações para o “atraso” e as propostas para alcançar a “civilização” foram buscadas na análise do meio físico e da conformação racial do Brasil. A inevitável constatação da

mestiçagem como um dos principais elementos constitutivos da população brasileira colocava a intelectualidade seguidora destas teorias num impasse. A maioria dos teóricos europeus do século XIX - adeptos do evolucionismo e/ou do darwinismo social - condenava o cruzamento racial, pois considerava a mestiçagem um fator inequívoco de degenerescência, já que o mestiço herdaria, segundo estas teorias, as piores características das raças originais.<sup>8</sup> Sendo assim, aos intelectuais brasileiros restava a descrença nas possibilidades de evolução do Brasil rumo à civilização ou, por outro lado, a busca de novas soluções para o futuro do país, como, por exemplo, o estímulo à imigração européia e a uma política de branqueamento da população brasileira.<sup>9</sup>

*Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras - que condenavam o cruzamento racial - e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado.<sup>10</sup>*

Lilia Moritz Schwarcz sintetiza acima a contradição destes intelectuais e cientistas que adotaram as concepções racistas vigentes na Europa no final do

<sup>8</sup> Contrariando, inclusive, as idéias de Darwin, para quem a variabilidade genética era fator de maior resistência.

<sup>9</sup> Sobre a questão racial e a influência das idéias positivistas, evolucionistas e social-darwinistas no Brasil, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Op. cit.*; SKIDMORE, Thomas E., *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 13-44 e VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>10</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Op. cit.*, pp. 18-9.

século XVIII e século XIX, a partir da obra de autores como De Pauw, Buffon, Buckle, Haeckel, Gobineau, Le Bon, Taine, Spencer, Agassiz, Broca, Quatrefages. Os pensadores brasileiros precisavam de soluções viáveis para um país marcado pela mestiçagem, mas as teorias sobre as quais se baseavam não lhes ofereciam saídas otimistas, já que viam na mistura racial um inegável fator de degeneração e declínio. Entretanto, como Schwarcz mostra em seu trabalho, os brasileiros fizeram um “uso inusitado da teoria original”, pois o darwinismo social foi combinado com a perspectiva evolucionista e monogenista.<sup>11</sup> Ou seja, não se podia simplesmente aceitar que a mestiçagem redundaria em um estigma insolúvel, fator de atraso irreversível. Era imprescindível acreditar na viabilidade de uma nação mestiça. Daí o fortalecimento do modelo das três raças fundadoras da nacionalidade, “convivendo em ordem e respeitando as hierarquias e desigualdades biológicas”, conforme as idéias do naturalista alemão Von Martius, apresentadas nos primeiros anos de funcionamento do IHGB e retomadas posteriormente por Sílvio Romero.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> A respeito dos polêmicos debates sobre a inadequação das idéias européias à realidade brasileira, consideramos que, no Brasil, como em toda a América Latina, houve releituras, reinterpretações, escolhas em relação a estas “idéias importadas” pelos intelectuais brasileiros, e não mera imitação. Sobre esta questão, ver os conhecidos textos de Roberto SCHWARZ. “As idéias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. 2ª. ed., São Paulo: Duas Cidades, 1981; e Maria Sylvania de Carvalho FRANCO. “As idéias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate*, nº. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 59-64.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Op. cit.*, pp. 65 e 137. Ver também VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, pp. 42-3.

Como contraponto ao pessimismo dos “cientificistas”, uma corrente adepta do ufanismo nacionalista cresceu no primeiro anos do século XX. A natureza exuberante, os recursos naturais abundantes, a vastidão do território seriam, para esta vertente, as provas maiores do futuro prodigioso do país. Olavo Bilac e Afonso Celso - este último autor de *Porque me ufano do meu país*, cuja primeira edição é de 1901 - são dois dos maiores representantes desta corrente, que teve repercussões duradouras, caracterizando uma forma ingênua e romântica de pensar o Brasil, mas de uso eficaz para determinadas correntes políticas.<sup>13</sup>

As polêmicas político-ideológicas e literárias que germinaram no Brasil entre os últimos decênios do século XIX e as primeiras décadas do século XX - e que, em grande medida, estavam relacionadas às profundas mudanças de caráter modernizante pelas quais o país passava<sup>14</sup> - também tiveram lugar privilegiado na América Hispânica no mesmo período. A acentuada

---

<sup>13</sup> Sobre as ideologias políticas e concepções teóricas predominantes no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op. cit.*; SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Op. cit.*; ORTIZ, Renato. *Op. cit.*; VENTURA, Roberto. *Op. cit.* e SKIDMORE, Thomas E., *Op. cit.*.

<sup>14</sup> Sobre as mudanças pelas quais o país atravessava na virada do século, além dos estudos já citados, e, mais especificamente, a respeito das relações entre o desenvolvimento tecnológico e a produção literária do período, ver SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

urbanização de algumas cidades (Buenos Aires, Cidade do México, Santiago do Chile, Montevideu, etc.); o processo de industrialização que se esboçava nos principais centros econômicos; o crescimento demográfico; o aumento das camadas médias e da classe operária; a imigração; em suma, a modernização capitalista, que se delineava a partir da década de 1870 na América Latina (com evidentes variações de grau entre os diferentes países e regiões), trouxe consigo uma profusão de debates políticos e ideológicos: a discussão sobre o tema da nação e do latino-americanismo; os projetos para a superação do “atraso” e para promover o “progresso” e a “civilização”; a polêmica sobre as relações entre a América Latina e os Estados Unidos; a assimilação e reinterpretação das correntes de pensamento surgidas na Europa no século XIX; a questão do negro, do índio e da conformação étnica dos vários países, etc.. Da mesma forma que no Brasil, em toda a América Latina este foi um momento de intenso debate intelectual, com temáticas similares, em que se discutiam questões pertinentes a um período marcado pela intensificação do processo de modernização.

Entre estes temas comuns aos debates intelectuais nos vários países latino-americanos, podemos citar o problema dos contrastes regionais. A inserção cada vez maior da América Latina no mercado capitalista - como fornecedora de produtos agrícolas, carne, minérios e outros bens resultantes da

atividade extrativista (a borracha no norte do Brasil, por exemplo), e como consumidora de produtos industrializados e maquinário - gerou uma intensificação dos contrastes regionais, afastando ainda mais as regiões que se modernizavam, principalmente o litoral e as zonas produtoras de mercadorias para o mercado externo, das regiões que permaneciam vinculadas a uma economia de subsistência. Além disso, as enormes distâncias, acentuadas devido às dificuldades impostas pelo relevo acidentado, aumentavam os contrastes. O famoso livro do argentino Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo: Civilização e Barbárie*, de 1845, é um marco desta literatura que procurou investigar as desigualdades regionais. Sarmiento opôs a vida “civilizada” das principais cidades do país - Buenos Aires (exemplo máximo de modernidade) e Córdoba (signo da defesa das tradições de origem espanhola) - à “barbárie” dos pampas dominados pelos caudilhos, sem lei, sem governo, sem educação. O brasileiro Euclides da Cunha tematizou em *Os Sertões*, de 1902, o abandono do sertão nordestino à sua própria sorte, isolado em meio à miséria. O equatoriano Luís A. Martínez, em *A la costa*, de 1904, contrapôs o litoral pujante e moderno - com destaque para a cidade de Guayaquil - à serra arcaica, representada pela capital, Quito, “burocrática e



clerical”.<sup>15</sup> Poderíamos citar muitas outras obras que tematizaram os contrastes regionais, dentro de um movimento de busca da face (ou faces) da nação.

A urbanização acelerada, como já afirmamos, foi um fenômeno que atingiu várias cidades latino-americanas entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para se ter uma idéia da magnitude da expansão urbana no período, basta verificar os números do crescimento demográfico nas principais cidades. Buenos Aires teve sua população duplicada: de 664.000 habitantes em 1895 para 1.300.000 em 1914, sendo que deste contingente, mais da metade correspondia a imigrantes, principalmente italianos e espanhóis; entre 1872 e 1890, a população do Rio de Janeiro passou de 266.000 para 522.000 habitantes (dos quais apenas 45% nascidos na própria cidade), chegando a mais de 700.000 em 1900; São Paulo passou de 64.000 habitantes em 1890 para 240.000 em 1900; Havana possuía 236.000 habitantes em 1899; a Cidade do México contava com 345.000 no ano seguinte e Montevideú chegava a 268.000 habitantes no início do século.<sup>16</sup> Não há dúvida de que este foi um momento de rápida concentração urbana nas principais cidades latino-americanas, em especial as que abrigavam atividades comerciais e burocráticas, tipicamente urbanas, sem desconsiderar o aporte

---

<sup>15</sup> Ver ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, vol. 2. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, pp. 493-4.

<sup>16</sup> Dados em ZANETTI, S. *Op. cit.*, p. 495 e CARVALHO, J.M. *Os Bestializados*, pp. 16-7.

fundamental dos migrantes de várias regiões do interior para os centros e a chegada de elevados contingentes de imigrantes europeus. Simultaneamente ao crescimento demográfico, as cidades mais importantes tiveram seu cotidiano modificado pelo advento da luz elétrica, dos transportes coletivos, dos telefones, dos automóveis, do cinema e do rádio, além da difusão da fotografia, a proliferação de jornais e revistas, o aumento das bibliotecas nacionais e o surgimento de bibliotecas universitárias e especializadas. Ou seja, mudanças drásticas na vida urbana que proporcionaram comunicações mais rápidas e fáceis entre as regiões e os diferentes países latino-americanos e tiveram evidente reflexo na produção jornalística, literária, ensaística e científica.<sup>17</sup>

A formação das sociedades de massas em cidades como Buenos Aires e Montevideu provocou reflexões como as do uruguaio José Enrique Rodó, em seu famoso ensaio *Ariel*, de 1900. Enquanto Sarmiento, em meados do século XIX, considerava a vida urbana como o principal antídoto contra a barbárie, Rodó, 55 anos depois, foi levado a questionar a modernização capitalista acelerada e a apelar para a manutenção dos valores herdados da tradição greco-latina e cristã.

O ensaio de Rodó está inserido na tradição europeia que realizou a crítica aristocrática à sociedade de massas, ou seja, pensadores como Renan,

---

<sup>17</sup> Ver ZANETTI, S. *Op. cit.*, pp. 499-500 e SÜSSEKIND, F., *Op. cit.*.

Kierkegaard, Nietzsche, Le Bon, Ortega y Gasset e outros. Rodó inspirou-se, entre outras fontes, no drama *Caliban*, publicado pelo filósofo francês Ernest Renan em 1878.<sup>18</sup> O ensaísta cubano Roberto Fernández Retamar, em seu livro também intitulado *Calibán*, afirma que a leitura d' *A Tempestade* feita por Renan deveu menos a Shakespeare do que à Comuna de Paris e ao medo do “assalto das multidões”.<sup>19</sup>

O receio das multidões, das massas urbanas, foi um tema comum na Europa do século XIX. As revoluções que sacudiram o continente europeu, a presença das massas pobres nas ruas de Londres e Paris, o desejo de acesso dessas populações à vida política assustavam as elites e provocavam a reflexão dos intelectuais.<sup>20</sup>

Essa tradição conservadora, que temia o acesso das massas à vida cultural e política e uma possível vulgarização da “alta cultura”, exerceu uma forte influência sobre Rodó, que no seu *Ariel* revelou os mesmos receios. No entanto, a filiação de Rodó a essa tradição conservadora, e especialmente a influência que sofreu de Renan, não pode ser entendida como uma simples

<sup>18</sup> Ver MITRE, Antonio F.. “Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em *Ariel* de Rodó”. In: *Cadernos DCP*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, FAFICH - UFMG, n.º 7, setembro de 1985, pp. 140-1.

<sup>19</sup> FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán: apuntes sobre la cultura de nuestra América*. Buenos Aires: La Pleyade, 1973, pp. 27-8.

<sup>20</sup> Ver BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

repetição de idéias européias. Em primeiro lugar, Rodó nunca chegou ao elitismo exacerbado e racista de Renan e, contrariamente ao filósofo francês, defendia o regime democrático, ainda que com muitas limitações.<sup>21</sup> A identificação de Rodó com Renan situou-se na crítica à vulgarização da cultura, ao utilitarismo estreito, ao individualismo medíocre, aos riscos de uma democracia que “afogasse toda a noção de qualidade, que desvanecesse na consciência das sociedades todo justo sentimento de ordem”.<sup>22</sup> É neste sentido que encontramos em Rodó o temor da multidão, que ameaçava sufocar as “qualidades realmente superioridades - as da virtude, do caráter, do espírito”, sob a força cega do número.<sup>23</sup>

Estas críticas tinham um alvo claro: a democracia norte-americana e o *american way of life*. Para o autor, os Estados Unidos encarnavam o verbo utilitário: eram os cultores da energia individual, da saúde, da força e da destreza, tudo voltado para o bem-estar imediato, para a prosperidade material. A curiosidade insaciável e o espírito de investigação, presentes no homem norte-americano, voltavam-se somente para a posterior aplicação utilitária. Não

<sup>21</sup> Sobre o racismo no pensamento francês, inclusive na obra de Renan, ver: TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

<sup>22</sup> RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1948, p. 76. Existe uma recente edição brasileira: RODÓ, J.E.. *Ariel*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991. As referências e citações de *Ariel*, em nosso trabalho, são da edição argentina. A tradução das citações em línguas estrangeiras é nossa.

<sup>23</sup> RODÓ, J.E., *Op. cit.*, pp. 88-9.

havia o costume helênico de entrega ao “ócio nobre”: o tempo de pensar, sonhar, admirar. Esse culto do espírito, da meditação desinteressada não encontrava lugar na sociedade norte-americana; toda sua energia era voltada para o trabalho: não existia o equilíbrio, ideal para Rodó, entre o culto do espírito e o amor ao trabalho orgânico. Todos os esforços eram voltados para este último.

A crítica de Rodó está centrada nesse ponto preciso: o utilitarismo e a vulgaridade coletiva, a preocupação absoluta com o triunfo material. Seu receio, quanto ao “perigo ianque”, situa-se no que ele próprio chamou de “nordomania”, ou seja, o crescimento, na América Latina - principalmente entre os intelectuais, políticos e governantes -, de um forte sentimento de admiração pela força e riqueza dos Estados Unidos. Essa inclinação poderia levar, segundo o autor de *Ariel*, a uma imitação servil de instituições, costumes e idéias estranhas ao “espírito dos americanos latinos”.

Vale ressaltar que as preocupações de Rodó foram provocadas pelas mudanças rápidas e profundas por que passavam as sociedades da região do Prata, especialmente em Buenos Aires e Montevideú, a partir das últimas décadas do século XIX.. Como bem sintetiza Antonio Mitre,

*... a matriz organizadora do discurso de Ariel e que confere um sentido particular aos distintos tópicos analisados na obra - crítica ao utilitarismo e à deformação democrática, vulgarização*

*da cultura, apologia do ócio, cosmopolitismo, e outros - é o conflito entre tradição e mudança.*<sup>24</sup>

No Brasil, como já vimos, o debate sobre a sociedade brasileira caracterizou-se, na maioria das análises, pela investigação sobre a conformação racial da população e a predominância do mestiço. Refletir sobre o futuro do Brasil significava, para a maioria dos intelectuais, pensar no problema racial. Nos demais países latino-americanos também observamos a força com que as teorias raciais foram incorporadas pela intelectualidade do período: Le Bon, Lombroso, Nordau, Gumpłowicz são referências constantes nos ensaios dos pensadores latino-americanos. Gustave Le Bon é um dos mais citados, principalmente no que se refere à vinculação que faz entre mestiçagem e anarquia. Estas referências teóricas foram utilizadas como “provas inquestionáveis” do vínculo causal entre degeneração racial (conseqüência da mestiçagem) e atraso social. Não é por acaso que proliferaram ensaios afirmando o caráter patológico das sociedades latino-americanas: *El continente enfermo* (1899), do venezuelano César Zumeta; *Manual de patologia política* (1899), de Agustín Álvarez; *Enfermedades sociales* (1905), de Manuel Ugarte; *Pueblo enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas; *O Grande Doente da América do Sul* (1916), do brasileiro Basílio de Magalhães.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> MITRE, Antonio. *Op. cit.*, p. 138.

<sup>25</sup> Ver FELL, Eve-Marie. “Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria”. In: PIZARRO, Ana (org.). *Op. cit.*, vol. 2, p. 580.

Dentro desta vertente, o ensaísta argentino Carlos Octavio Bunge, em sua obra *Nuestra América* (1903), considerou que a base da patologia argentina era o mestiço. Segundo Bunge, assim como, entre os animais, as mesclas resultavam em tipos mal definidos e geralmente estéreis, entre os homens, a mestiçagem resultava em seres com “taras genéticas, dificuldade de reprodução, instabilidade constitutiva, características que teriam sua projeção lógica na instabilidade nacional”.<sup>26</sup> Alcides Arguedas, por sua vez, considerava que a natureza hostil e a presença maciça de índios e mestiços seriam os responsáveis pelas “enfermidades” da Bolívia:

*O aspecto físico das alturas, o gênero de ocupações, a monotonia destas, moldaram o espírito de maneira estranha. Nota-se no homem do altiplano a dureza de caráter, a aridez dos sentimentos, a absoluta ausência de inclinações estéticas. O ânimo não tem força para nada, a não ser para fixar-se na persistência da dor. Chega-se a uma concepção sinistramente pessimista da vida. Não existe senão a dor e a luta. Tudo o que nasce do homem é pura ficção. A condição natural deste é ser mau e também da natureza. Deus é inclemente e vingativo; compraz-se em enviar toda sorte de calamidades e desgraças...*<sup>27</sup>

Alcides Arguedas reduz o índio à condição de animal feroz e irracional, seriam como “bestas”, segundo expressão do próprio autor.<sup>28</sup> Nestas

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 582.

<sup>27</sup> ARGUEDAS, Alcides. “Pueblo Enfermo”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, vol. II, p. 210.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 212.

condições, não há qualquer perspectiva favorável para a Bolívia, o pessimismo é brutal.

Na virada do século, foram raros os pensadores que recusaram os pressupostos racistas. Como bem sintetiza Eve-Marie Fell:

*Colocados quase todos no campo da elite racial e social, felizmente resignados à supressão ou opressão dos “inferiores”, estes pensadores sentem-se diretamente ameaçados por sua própria dissolução dentro de uma massa mestiçada, sem respeito aos antigos privilégios. Frente a uma situação instável e, ao mesmo tempo, dinâmica, é muito revelador que a resposta a tanta ameaça raramente seja o desenvolvimento da economia ou uma política de investimentos na educação, e sim o freqüente chamado à imigração “branca”, destinada a aumentar mecanicamente o peso das “raças superiores” no equilíbrio nacional e subcontinental.<sup>29</sup>*

Os primeiros sinais de superação das análises baseadas no social-darwinismo começaram a surgir no final do século XIX, mas, com mais freqüência, a partir de 1905-1915. O brasileiro Manoel Bomfim, em seu livro *A América Latina: males de origem* (1905), rejeitou as teorias que endossavam a existência de raças superiores e inferiores e apostou na educação pública maciça como meio de superar os “males” da América Latina. O cubano José Martí também recusou veementemente a superioridade de brancos sobre negros. No Peru, um pensamento antioligárquico e anti-racista veio se constituindo desde fins do século XIX. Manuel González Prada, como uma voz

<sup>29</sup> FELL, Eve-Marie. *Op. cit.*, p. 586. A tradução da citação é nossa. Os grifos são da autora.



rebelde e minoritária, declarou que o verdadeiro Peru era constituído pelos índios e mestiços e descartou, de maneira vigorosa, as teorias racistas. Luís E. Valcárcel, em *Tempestad en los Andes* (1927), proclamou que a verdadeira nacionalidade peruana deveria ser buscada entre os índios: “la sierra es la nacionalidad”. José Carlos Mariátegui, nos anos 20, recusou as interpretações de carácter étnico, cultural ou moral e analisou o problema do índio a partir de pressupostos económicos, sociais e políticos. No México, Andrés Molina Enríquez, em *Los grandes problemas nacionales* (1909), renegou a superioridade da raça branca e elogiou as aptidões ainda inexploradas do mestiço. José Vasconcelos, um dos mais influentes intelectuais mexicanos da primeira metade deste século, publicou *La raza cósmica* em 1925 e *Indología* em 1926. Fundamentou suas concepções na valorização da “obra espanhola na América” e no elogio da mestiçagem, com a constituição na América Latina de uma “quinta raça”, que seria uma fusão de todos os povos, a raça universal. Curiosamente, *La raza cósmica* foi escrito como ensaio introdutório a um relato da viagem realizada por Vasconcelos ao Brasil e à Argentina, em 1922. O pensador mexicano veio ao Brasil como representante do México nas comemorações do centenário da independência brasileira. Segundo o próprio Vasconcelos, foi inspirado na intensa mescla de raças constitutivas da população brasileira que concebeu *La raza cósmica*.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), tal qual Vasconcelos, inverteu o sinal da mestiçagem, transformando-a de fator negativo em fator positivo. No Brasil, a partir da obra de Gilberto Freyre, a identidade nacional passou a ser sinônimo de mestiçagem, da mesma forma que no México, a partir da obra de Vasconcelos. O Brasil dos anos 30, com o varguismo, e o México dos anos 20, pós-revolucionário, precisavam de novos referenciais teóricos para pensar a nação, superando as perspectivas pessimistas herdeiras do social-darwinismo. A glorificação do mestiço, eleito símbolo da nação em ambos os países, possibilitou essa superação.<sup>30</sup>

É necessário esclarecer, entretanto, que, ao listar acima várias obras relevantes, que significaram a superação do cientificismo de cunho positivista e a rejeição das concepções originárias do darwinismo social, não quisemos, de forma alguma, apagar as enormes divergências entre os autores citados. Não há dúvida que Manuel González Prada e, fundamentalmente, José Carlos

<sup>30</sup> Ver: FELL, Eve-Marie, *Op. cit.*, pp. 586-93; ACHUGAR, Hugo. “La hora americana o el discurso americanista de entreguerras”. In: PIZARRO, Ana (org.). *Op. cit.*, pp. 647-51; BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 4<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1993; MARTÍ, José. “Minha raça”. In: *Nossa América (Antologia)*. São Paulo: Hucitec, Associação Cultural José Martí, 1983, pp. 229-31; GONZÁLEZ PRADA, Manuel. “Nuestros indios”. In: *Páginas Libres; Horas de Lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976, pp. 332-43; VALCÁRCEL, Luís E. *Tempestad en los Andes*. Lima: Universo, 1972; MARIATEGUI, José Carlos. “O Problema do Índio”. In: *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, pp. 21-31 e “El problema de las razas en la América Latina”. In: *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1969; MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. *Los grandes problemas nacionales*. México: Instituto Nacional de la Juventud Mexicana, 1964; VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. 5<sup>a</sup>. ed., México: Espasa Calpe Mexicana, 1977; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 14<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, 2 tomos.

Mariátegui, por exemplo, romperam com as concepções culturalistas, privilegiando o enfoque sócio-econômico de raiz teórica marxista. Vasconcelos e Freyre, por outro lado, situam-se em outra vertente teórica, que reinterpreto a questão racial sem desvencilhar-se dela.

Finalmente, queremos ressaltar que a concomitância dos problemas e questões postos pela modernização e, no caso brasileiro, pelo advento da república, levou os intelectuais brasileiros do período a “olhar” para os países vizinhos com mais atenção e freqüência, construindo “imagens” variadas sobre a América Hispânica e, num sentido mais amplo, sobre a América Latina. Procuraremos recuperar estas diferentes interpretações, acreditando poder estar contribuindo na reflexão sobre as relações, nem sempre fáceis ou límpidas, do Brasil com seus vizinhos hispano-americanos.

## CAPÍTULO 2

### **A integração dos países americanos e a política externa brasileira**

O pensamento brasileiro viu-se marcado, no final do século XIX, pelo debate acerca da superação da monarquia e da construção da república. Nesse sentido, a intelectualidade brasileira precisava de referenciais, seja para defender o regime monárquico deposto, seja para pensar projetos para a consolidação da república, ou ainda para criticar o regime recém instalado. Assim, muitos intelectuais foram buscar na América Hispânica e/ou nos Estados Unidos exemplos para reforçar suas concepções políticas, fossem elas monárquicas ou republicanas.

Os defensores da monarquia viam nas repúblicas hispano-americanas exemplos de anarquia política, instabilidade e fragmentação, enquanto que o Império teria sido, no caso brasileiro, a garantia da estabilidade e da unidade política e territorial. Julgavam a forma republicana de governo como a porta de entrada do caudilhismo na vida política brasileira. Enquadram-se nesta perspectiva autores como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Manoel de Oliveira Lima, entre outros. Os defensores da república - como Euclides da Cunha, José Veríssimo, Manoel Bomfim, etc. - entendiam, pelo contrário, que

o Império brasileiro era uma anomalia dentro do continente americano, onde só existiam repúblicas.

A proclamação da República no Brasil coincidiu com a reunião, em Washington, da Primeira Conferência Internacional Americana, cujas sessões ocorreram de 02 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, marcando oficialmente o início do pan-americanismo. Este termo apareceu primeiramente na imprensa norte-americana, que começou a utilizar, por sua conta, alguns meses antes do evento, a expressão *Pan-América*. A partir de então, antes mesmo da abertura da reunião, esta passou a ser designada oficiosamente de Conferência Pan-Americana, como também as reuniões posteriores. O termo pan-americanismo difundiu-se e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos.<sup>1</sup>

A Primeira Conferência Pan-Americana foi convocada pelo governo dos Estados Unidos depois de quase uma década de negociações diplomáticas e debates internos, como resultado de um projeto do secretário de Estado norte-americano James G. Blaine, mentor do pan-americanismo. O incremento da integração dos Estados Unidos com o demais países americanos visava, em

---

<sup>1</sup> Sobre as Conferências Pan-Americanas e o pan-americanismo, ver: ARDAO, Arturo. "Panamericanismo y latinoamericanismo". In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO, 1986, pp. 157-71 e LOBO, Hélio. *O Pan-Americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

última instância, o crescimento das exportações de produtos norte-americanos para o restante do continente, a fim de superar a entrada dos produtos europeus, principalmente da Inglaterra, sua principal concorrente. Uma prova clara desta intenção é que o único resultado concreto da Primeira Conferência foi a criação do então denominado Departamento Comercial das Repúblicas Americanas, com a função de realizar a “pronta compilação e distribuição de dados sobre o comércio”<sup>2</sup>, posteriormente designado União Pan-Americana. A data em que a criação do Departamento Comercial foi aprovada - 14 de abril de 1890 - é considerada o início do pan-americanismo e foi escolhida como o “Dia das Américas”. Encontros periódicos foram realizados durante toda a primeira metade do século XX, em diversas capitais do continente, até que, em 1948, na Conferência de Bogotá, foi criada a Organização dos Estados Americanos - OEA, com novo aparato jurídico, substituindo a União Pan-Americana. Os 58 anos que separam a Conferência de Washington e a de Bogotá foram marcados por tensas relações entre os países hispano-americanos e os Estados Unidos, principalmente nas primeiras décadas deste século, em função da agressiva política intervencionista dos norte-americanos nas Antilhas, América Central e México, mais conhecida como *big stick policy*. Somente com a “política da boa vizinhança” de Franklin D. Roosevelt, a partir

---

<sup>2</sup> Ver ARDAO, Arturo. *Op. cit.*, p. 158.

dos anos 30, foi possível visualizar novos rumos nas relações entre as “duas Américas”, que desembocaram na criação da OEA. A partir de Franklin Roosevelt, os Estados Unidos passaram a evitar as intervenções militares nos países latino-americanos, substituindo as ações de força por estratégias de incremento das relações comerciais e culturais, sempre com o objetivo de reforçar a hegemonia norte-americana na região.

O Brasil republicano reforçou uma tendência de aproximação com os Estados Unidos que já vinha se delineando desde o Segundo Reinado. Oliveira Lima, diplomata no Império e na Primeira República, comentou sobre a questão:

*De começo o Império tinha contado muito com a simpatia britânica porque a cisão do Reino Unido<sup>3</sup> favorecia os interesses comerciais ingleses, e da Inglaterra se importou o constitucionalismo como sistema de governo; mas a tendência de aproximação política foi mais pronunciada para o lado da América do Norte. Das repúblicas neo-espanholas distanciavam o Brasil antipatias peninsulares herdadas e transplantadas e prevenções filiadas na sua natureza imperial que parecia prenciar absorções e emulações./ [...] as duas grandes uniões do Novo Mundo, a americana e a brasileira, entenderam-se sempre perfeitamente e não houve melhor agente dessa “entente cordiale” do que D.Pedro II.<sup>4</sup>*

---

<sup>3</sup> O autor está se referindo, evidentemente, ao fim do Reino Unido do Brasil aos de Portugal e Algarves, em 1822.

<sup>4</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *O Movimento da Independência; O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, s.d., pp. 469-70.

Estas observações de Oliveira Lima revelam que o Brasil buscou a aproximação com os Estados Unidos ainda sob a monarquia, diferentemente da sua postura em relação às repúblicas hispânicas. Para estes países, o Brasil monárquico manteve-se como um vizinho incômodo até 1889. Entretanto, não há dúvida quanto à maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos após a proclamação da República. O novo regime abria as portas para um melhor entendimento diplomático do país com as repúblicas americanas. Significava que o Brasil abandonava o monarquismo europeísta - simbolizado pelos Bragança - e aderira à *vocação republicana e liberal das Américas*. Não foi sem motivo que o novo regime brasileiro foi reconhecido inicialmente pelos países americanos e, só num segundo momento, obteve o reconhecimento dos governos europeus.<sup>5</sup>

As transformações pelas quais o Brasil e o mundo vinham passando no início do século - modernização capitalista, ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional, conflitos na Europa - levaram a uma mudança de rumo na política externa brasileira, capitaneada por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Houve uma tentativa de abrir o leque das relações internacionais, quebrando a quase exclusividade europeia. Neste

---

<sup>5</sup> Uruguai, Argentina e Chile foram os primeiros a reconhecer o novo governo brasileiro, já em 1889. Em janeiro de 1890, foi a vez da Bolívia, Venezuela, México e Estados Unidos. Na Europa, a França republicana foi a primeira, em julho de 1890, seguida pela Grã-Bretanha, Itália e Espanha, em 1891.



sentido, Rio Branco buscou solucionar os conflitos fronteiriços com os países vizinhos sul-americanos<sup>6</sup> - na tentativa de aumentar a influência geopolítica do Brasil na América Latina - e, ao mesmo tempo, aproximar-se dos Estados Unidos. Entretanto, o ministro não aceitou uma adesão absoluta à política norte-americana, tentando uma posição estrategicamente equilibrada entre as influências britânica e norte-americana no Brasil. Em discurso de abertura da III Conferência Pan-Americana - realizada no Rio de Janeiro entre julho e agosto de 1906 -, Rio Branco reafirmou sua opção de aproximação progressiva com os países americanos, mantendo, no entanto, relações favoráveis com a Europa:

*Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, e procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria, e a lição mais proveitosa do progresso. O que, em troca desse*

---

<sup>6</sup> Durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente das negociações relativas a disputas territoriais (a partir de 1893) e depois como chanceler da República (entre 1902 e 1912), foram definidos vários litígios fronteiriços: com a Argentina, Guianas Francesa e Inglesa, Bolívia (em relação ao Acre), Peru, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Equador (que na época limitava com o Brasil) e Holanda (em relação ao Suriname). Entre 1893 e 1912, 440 mil km<sup>2</sup> foram definidos favoravelmente ao Brasil. Ver: DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 73-81; e MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992, pp. 83-4.

*inapreciável contingente moral e material, lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será, certamente, um campo mais importante para o emprego da sua atividade comercial e industrial.*<sup>7</sup>

A preocupação do chanceler em não criar uma situação diplomaticamente embaraçosa com os países europeus, particularmente a Inglaterra, é visível. Como também, sua intenção de manter a política de incentivo à imigração europeia para o Brasil.

Rio Branco teve íntimas relações com o imperador D. Pedro II, dando continuidade à tradição política familiar. Seu pai, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, também teve uma intensa vida pública durante a monarquia.<sup>8</sup> O filho, conforme é sabido, teve papel nuclear na definição da política externa brasileira no fim do Império e início da República. Ainda no Império, foi professor do Colégio Pedro II, deputado e cônsul-geral em Liverpool, Inglaterra. Instaurada a República, assumiu importantes missões diplomáticas, chegando em 1902 ao posto de Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou durante os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, até sua morte, em 1912.

---

<sup>7</sup> Barão do Rio Branco. "Discurso de Abertura da III Conferência Internacional Americana", *apud* LOBO, Hélio. *Op. cit.*, pp. 70-1.

<sup>8</sup> O Visconde do Rio Branco foi militar, professor, deputado provincial na Assembléia do Rio de Janeiro, deputado na Câmara do Império, presidente da província do Rio de Janeiro, ministro da Fazenda, senador, diplomata (tendo sido um dos personagens importantes nas negociações que ocorreram com o fim da Guerra do Paraguai) e presidente do Conselho de Ministros.

A identificação de Rio Branco com o regime monárquico é indiscutível. Preocupava-o que a república colocasse em risco a ordem e a unidade do país. Como outros influentes políticos e intelectuais da época, receava que as lutas civis, o caudilhismo, governos tirânicos tomassem conta do Brasil, a exemplo, segundo eles, das repúblicas vizinhas. Optou por não se envolver diretamente na campanha anti-republicana, em nome da ordem pública, mas manteve relações estreitas com monarquistas militantes, como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, além do próprio imperador no exílio.

Mesmo representando um elo da monarquia no novo regime, Rio Branco teve clareza da importância que os Estados Unidos vinham adquirindo no século que se anunciava. Dentro desta perspectiva, uma de suas medidas como ministro consistiu na elevação, em 1905, da legação em Washington à categoria de Embaixada, a primeira aberta pelo Brasil no exterior (no mesmo ano, os Estados Unidos também elevaram sua legação no Rio de Janeiro ao nível de Embaixada, a primeira na América do Sul). Curiosamente, Rio Branco escolheu um monarquista para assumir o posto, Joaquim Nabuco, que, como veremos adiante, abandonou a campanha anti-republicana e aderiu intensamente à defesa do pan-americanismo.

O debate sobre o pan-americanismo e as relações da América Latina - e, particularmente, do Brasil - com os Estados Unidos colocou importantes

intelectuais brasileiros em oposição. De um lado, críticos da política expansionista dos Estados Unidos, como Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*, 1893), Oliveira Lima (*Pan-Americanismo*, 1907), José Veríssimo (em vários artigos publicados n' *O Imparcial* e no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro) e Manoel Bomfim (*A América Latina*, 1905, e outras obras). De outro, defensores ardorosos do pan-americanismo, como Joaquim Nabuco (em discursos e artigos), Artur Orlando (*Pan-Americanismo*, 1906) e Euclides da Cunha (em artigos e cartas, mas sem o mesmo entusiasmo dos colegas), situando o tema como um dos mais freqüentes do debate intelectual na virada do século.

## CAPÍTULO 3

### Os opositores ao pan-americanismo

Neste capítulo, discutimos as interpretações de Eduardo Prado, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo e Manoel Bomfim sobre várias questões pertinentes e freqüentes no debate político e intelectual da época: as relações entre o Brasil e os países hispano-americanos; as relações do Brasil e da América Latina, como um todo, com os Estados Unidos; a fragmentação da América Espanhola e o caudilhismo, em contraposição à unidade do Império brasileiro; as guerras platinas, com ênfase para a Guerra do Paraguai; o processo revolucionário mexicano; a educação pública; entre outras. O que une estes quatro autores, a despeito das profundas divergências em diversos temas polêmicos, é a vigorosa oposição ao pan-americanismo. Esta a razão por termos reunido estes importantes intelectuais da virada do século num mesmo capítulo, já que o tema do pan-americanismo, como já explicitamos, foi um dos mais presentes no debate político brasileiro e hispano-americano deste período.

Eduardo da Silva Prado (1860-1901), um dos mais virulentos opositoristas da política pan-americanista, era membro de uma das mais ricas

famílias de São Paulo, cuja fortuna tinha origem na agricultura (açúcar e, principalmente, café) e no comércio.<sup>1</sup> Ao contrário de seus dois irmãos mais velhos, Eduardo Prado nunca aceitou o novo regime e morreu cedo - aos 41 anos, vítima de febre amarela contraída no Rio de Janeiro - mantendo suas convicções monarquistas e católicas.

A família abastada possibilitou a Eduardo Prado uma vida de ostentação. Formado em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1881, seguiu no ano seguinte para uma longa viagem ao exterior: durante quatro anos visitou a Europa, o Oriente Médio e os Estados Unidos. Em 1886 fixou-se em Paris, numa luxuosa residência, alternando suas estadas européias com períodos em sua confortável fazenda do Brejão, no estado de São Paulo. A casa de Paris tornou-se ponto de encontro da intelectualidade de língua portuguesa fixada ou em passagem pela cidade: eram freqüentadores dos salões parisienses de Prado, os portugueses Eça de Queiroz e Ramalho

---

<sup>1</sup> A mansão de sua mãe, Veridiana Prado, no bairro de Higienópolis, era um dos mais importantes pontos de encontro da vida intelectual e artística da cidade. Seguindo os padrões da elite da época, Veridiana casou-se aos treze anos de idade com seu tio paterno, Martinho Prado. Em 1877, escandalizou a sociedade paulista ao romper com o marido e manter sob seu comando a educação dos filhos e a administração da casa. Seu filho mais velho, Antonio da Silva Prado, grande cafeicultor, teve intensa vida política. Nos últimos anos do Segundo Reinado, Antônio Prado foi ministro da Agricultura (1885), ministro dos Negócios Estrangeiros (1888) e Conselheiro do Império. Abolicionista de última hora, aceitou a República, elegendo-se em 1890 deputado à Constituinte. Foi prefeito de São Paulo de 1899 a 1910 e, em 1926, com 86 anos, foi um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo. Martinico Prado, o segundo filho, também fazendeiro, era republicano de longa data. Caio, o terceiro, faleceu em 1889. Eduardo era o quarto filho homem de Veridiana Prado.

Ortigão, os brasileiros Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco, entre outros. A vida de Prado era ocupada por atividades sociais e culturais. Sua predileção por Paris era evidente. Para ele, como para a maior parte da intelectualidade brasileira e hispano-americana da época, a cidade era o ideal de civilização: “decididamente o mundo é Paris”.<sup>2</sup> A derrubada da monarquia provocou uma virada na vida de Prado: passou a publicar na *Revista de Portugal* (de dezembro de 1889 a junho de 1890) uma série de ácidos artigos contra o novo regime, depois reunidos em livro intitulado *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Nestes artigos, Eduardo Prado “conseguiu realizar a primeira sistematização das críticas à República brasileira, contendo já os seus escritos a maioria dos elementos que caracterizaria todo o movimento monarquista”.<sup>3</sup> Em 1892, voltou ao Brasil, tornando-se um ativo participante da militância monarquista. No ano seguinte, publicou *A Ilusão Americana*, sua obra mais conhecida (cuja primeira edição foi confiscada pelo governo republicano). Em meio a um ambiente conturbado, agravado pela Revolta da Armada, foi forçado a deixar o Brasil em 1894, retornando no ano seguinte. Ao voltar, tornou-se proprietário do jornal *O Comércio de São Paulo*, utilizando seus próprios

---

<sup>2</sup> PRADO, Eduardo. *Viagens*. São Paulo, 1902-03, 2 vols., *apud* SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 54.

<sup>3</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 30.

recursos, com o objetivo explícito de propagar a defesa da restauração da monarquia, atacando violentamente o regime republicano. O jornal acabou empastelado em 1897, em meio ao clima anti-monárquico exacerbado pelo conflito de Canudos, e Prado novamente deixou o país. Em seu retorno em 1898, encontrou um Brasil mais calmo. O paulista Campos Sales havia ocupado a presidência, sucedendo Prudente de Moraes; o movimento jacobino tinha sido derrotado; os militares haviam voltado, em sua maior parte, para os quartéis; a República oligárquica se estabilizava. Eduardo Prado dividiu seus últimos anos de vida entre a capital brasileira e Paris, preservando suas convicções monarquistas.<sup>4</sup>

Na sua condenação à República brasileira, Eduardo Prado teceu muitas considerações sobre as demais repúblicas americanas, principalmente sobre os Estados Unidos, mas também sobre os países hispano-americanos. Com o objetivo explícito de criticar o governo brasileiro, Prado escreveu diversos artigos a partir de 15 de novembro de 1889, expondo uma visão extremamente negativa sobre as repúblicas hispânicas. Em artigo denominado “Agouros e Presságios” (escrito durante a presidência de Prudente de Moraes), ao comentar mais uma reeleição de Porfirio Díaz no México, concluiu que:

---

<sup>4</sup> Sobre a vida de Eduardo Prado, ver SKIDMORE, Thomas E. “Eduardo Prado: um crítico nacionalista conservador da Primeira República Brasileira, 1889-1901”, in *O Brasil visto de fora*, pp. 53-70; e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*



*A forma republicana na América Ibérica, como nos demonstra a experiência de quase um século, é inevitavelmente militarista e pessoal. É uma fatalidade histórica a que não é lícito fugir. Debalde se têm feito tentativas de governos civis.[...] Essa sombra apagada e triste, que se chama um presidente civil, foi quase sempre imposta aos eleitores por algum caudilho, cansado de governar e que acha bom, por decência, interromper um pouco o seu governo [...]. Ora, o governo continua militarista sempre, embora o presidente não seja militar. O presidente civil é sempre o prisioneiro do seu Ministro da Guerra. [...] As populações monárquicas da América Latina, pela força de sua índole, modificam o regime republicano e encarnam sempre a República num indivíduo.[...] Uma república sul-americana, sem o seu competente homem militar, é uma coisa vaga, inquietante, é um estado de transição, um interregno triste e pouco duradouro. Os republicanos são adeptos do messianismo: é preciso que haja sempre em circulação, ou em expectativa, um salvador de República.<sup>5</sup>*

Prado julgava que o regime monárquico brasileiro tinha preservado “a paz interna pelo refreamento da caudilhagem” e o advento da república teria, ao revés, possibilitado o surgimento do caudilhismo no Brasil.<sup>6</sup> Citando o caso paraguaio, chegou a afirmar:

*Infeliz Paraguai! Bem vingado estás tu neste momento vendo que o Brasil, teu orgulhoso vencedor de outrora, é hoje o imitador do que tu foste há trinta anos! Os brasileiros, que tanto desprezaram os costumes semibárbaros da política paraguaia, têm hoje em casa o que tanta compaixão lhes inspirava na casa de seus inimigos. Nem mesmo faltam os adutores da ditadura, como os tinha López II.<sup>7</sup>*

<sup>5</sup> PRADO, Eduardo. “Agouros e Presságios”. In: *Trechos Escolhidos*, por Mário Casasanta. Rio de Janeiro: Agir, 1959 (Col. Nossos Clássicos, 39), pp. 65-8. Os grifos são nossos.

<sup>6</sup> Idem. “Exército e Governo” In: *Trechos Escolhidos*, pp. 101-2.

<sup>7</sup> Idem. “Designação de Sucessor”. In: *Trechos Escolhidos*, pp. 105-6.

Fica evidenciada a linha interpretativa de Prado em relação à Guerra do Paraguai, afinada com a visão oficial do Império, ou seja, responsabilizando Solano López como causador do conflito, devido ao seu autoritarismo e à sua política agressiva - efetivada nos ataques paraguaios ao Mato Grosso e ao território argentino.

Os conflitos provocados pelas disputas de fronteiras entre o Brasil e seus vizinhos hispânicos e a disputa pela hegemonia na região do Prata entre o Império brasileiro e Buenos Aires contribuíram, ao longo do século XIX, para intensificar as desconfianças mútuas entre brasileiros e hispânicos, presentes desde o período colonial. Após as independências, a instauração da monarquia brasileira rodeada de repúblicas incrementou as divergências, já que os países hispano-americanos temiam que o Império levasse adiante uma política expansionista (facilitada pelo fato do Brasil ter limites com quase todos os países sul-americanos). A proclamação da República contribuiu para diminuir as desconfianças, mas a intelectualidade brasileira continuava, em grande parte, com um olhar predominantemente negativo para os países vizinhos.

No seu ataque ao pan-americanismo, explicitado com vigor em *A Ilusão Americana*, Eduardo Prado enfatizou não só as diferenças histórico-culturais do Brasil em relação aos Estados Unidos, mas também em relação à América Hispânica. Com o objetivo de desqualificar totalmente o projeto pan-

americanista, negou inclusive a possibilidade de integração entre os países hispano-americanos: “A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as nações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa”.<sup>8</sup> Pretendeu sustentar sua pessimista declaração relacionando diversos conflitos - envolvendo fundamentalmente disputas territoriais - do México à Patagônia. Quanto ao Brasil, considerou que seus centros mais populosos, no litoral, estavam mais próximos da Europa, pela facilidade da viagem, do que da maior parte dos demais países americanos: “separado deles pela diversidade da origem e da língua; nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações”.<sup>9</sup>

Para asseverar que o Brasil constituía uma unidade independente do restante da América, Prado apelou para a suposta veracidade do mito da Ilha-Brasil, segundo o qual, originariamente, o Brasil seria um território insulado, envolvido pelas águas de dois grandes rios - o Amazonas e o Prata -, cujas nascentes seriam num mesmo lago interior. O Brasil, imensa ilha, formaria sozinho um continente e, posteriormente, o território brasileiro teria se fixado às vertentes orientais dos Andes. Sendo assim, Prado concluiu que “são propriamente suas e independentes as raízes profundas e as bases eternas do

---

<sup>8</sup> PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1961 (1ª. ed. de 1893), p. 8.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

maciço brasileiro”.<sup>10</sup> O desejo de Prado de distinguir o Brasil português e bragantino da América Espanhola - que, para ele, era sinônimo de guerras civis, revoluções, anarquia política, militarismo, autoritarismo, ditaduras, corrupção, ruína financeira<sup>11</sup> - era tão grande, que não bastavam as distinções lingüísticas, culturais, históricas, era necessária uma segregação natural, fruto dos desígnios divinos. Não podemos esquecer que Prado foi um convicto militante católico, defensor da Igreja e crítico feroz do positivismo e de sua forte influência no Brasil e em diversos países latino-americanos.<sup>12</sup>

Em sua obra mais conhecida, Eduardo Prado argumentou contra a adoção de instituições norte-americanas pelo Brasil e pelos demais países latino-americanos. Segundo Prado, Brasil e Estados Unidos estavam separados “não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo”.<sup>13</sup> A questão mais relevante era, sem dúvida, a discordância profunda com a opção latino-americana pelo regime republicano, o que, segundo ele, seria mera imitação das instituições norte-americanas. Prado objetivou provar, em sua obra, que os

---

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 10. Sobre o mito da Ilha-Brasil, ver MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Ed. Moderna, 1997, pp. 45-61.

<sup>11</sup> Ver PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*, pp. 11, 44 e seguintes.

<sup>12</sup> Sobre a forte presença do ideário positivista na América Latina, ver TERÁN, Óscar (Apresentação e seleção). *América Latina: positivismo y nación*. México: Editorial Katún, 1983.

<sup>13</sup> PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*, p. 7.

Estados Unidos não auxiliaram as independências das colônias ibero-americanas e que a tão invocada doutrina Monroe não passava de uma estratégia política para intensificar o poder e a interferência dos Estados Unidos nas questões internas dos países latino-americanos. Prado fez referências a inúmeras atitudes intervencionistas dos norte-americanos no países latinos do continente: o apoio à separação do Texas e posterior anexação deste território aos EUA; a subsequente guerra contra o México, “verdadeira guerra de conquista”, com o objetivo de estabelecer a escravidão nos territórios anexados; o atentado norte-americano às ilhas Malvinas em 1831, facilitando a ocupação posterior da ilhas pelos ingleses; a usurpação do governo nicaraguense pelo flibusteiro William Walker, com apoio do governo norte-americano, e a posterior invasão de Honduras (que resultou no fuzilamento de Walker); o interesse dos Estados Unidos em construir o canal inter-oceânico; a pressão sobre os governos de diversos países do continente, pelo pagamento de indenizações por prejuízos a empresas e cidadãos norte-americanos, com ameaças de intervenção militar; e outras situações francamente desfavoráveis aos países latino-americanos.<sup>14</sup> Concluiu afirmando que “não há país latino-americano que não tenha sofrido as insolências e às vezes a rapinagem dos Estados Unidos.”<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, pp. 12-97.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pp. 93-4.

Prado deixou explícito em seu livro que o pan-americanismo tinha como objetivo o escoamento da produção norte-americana que ultrapassasse a demanda interna e, com o propósito de concretizar este projeto, impor tratados de reciprocidade comercial a fim de abrir os mercados latino-americanos para os produtos norte-americanos, em situação de enorme vantagem sobre os produtos europeus. Prado buscou destruir a versão oficial sobre o pan-americanismo - integração fraterna dos países americanos, em benefício de todos - com uma forte contundência e extrema franqueza. Chegou a dizer, sobre James Blaine: “Essa empresa de extorquir tratados dos países latino-americanos a troco de vantagens ilusórias, esteve confiada a Blaine quando ele foi secretário de Estado pela segunda vez”.<sup>16</sup>

Ao longo de sua obra, Prado reforçou a tese de que o objetivo dos Estados Unidos sempre foi - desde Monroe - o de conquistar terras e mercados no continente, em detrimento dos interesses e direitos dos outros países americanos, utilizando-se para isso de arrogância diplomática e, sempre que julgassem necessário, força militar. Sua visão sobre os Estados Unidos era predominantemente negativa: ainda que tenha admitido que o país era uma potência econômica, julgava que o governo de fato era exercido por uma plutocracia, que não manifestava preocupação alguma em minimizar a pobreza

---

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 142.

de parcela significativa da população e sem respeito pela vida humana (já que a pena de morte era legal e o linchamento comum). Acabou por concluir que:

*O espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade. O rábula de aldeia é, sem dúvida, um ente inferior, mas em todo caso, é superior, como unidade social, ao capanga e ao mandão. [...] O espírito americano, infundido nas populações, é antes favorável ao capanga do que à gente do foro*<sup>17</sup>  
...

Fica evidenciada, nesta passagem, as afinidades de alguns julgamentos de Eduardo Prado em relação aos Estados Unidos com a conhecida interpretação de José Enrique Rodó, em *Ariel*, livro publicado sete anos depois de *A Ilusão Americana*. Na América Hispânica, por razões óbvias, o livro de Rodó é muito mais conhecido do que o de Prado. Entretanto, a crítica de Prado aos Estados Unidos foi muito mais contundente do que a de Rodó, não se limitando aos aspectos sócio-culturais, morais ou políticos, mas atacando de frente o imperialismo norte-americano (ainda que não tenha usado este termo), que se manifestava de forma cada vez mais ostensiva.

Em razão disso, a recuperação de Eduardo Prado pela esquerda brasileira é algo contraditória, porém explicável: seu antiimperialismo e suas

---

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 175.

críticas acerbas ao capitalismo norte-americano - ainda que em nome de um projeto monarquista, conservador e católico - tiveram uma recepção favorável por parcelas da esquerda. É interessante extrair do texto de Prado alguns trechos em que ele tratou das relações capital-trabalho e da questão operária nos Estados Unidos - passagens que poderiam ter sido assinadas por muitos socialistas latino-americanos -, como por exemplo:

*A classe dos donos de caminhos de ferro, dos monopolistas e dos industriais que a ferocidade do protecionismo enriqueceu em detrimento do conforto e do bem-estar do pobre, armam-se, nos Estados Unidos, de grandes recursos para a batalha suprema que têm de travar, mais dia menos dia, com o povo americano. O governo e os políticos de Washington são os representantes diretamente interessados ou indiretamente subsidiados que hão de procurar por todos os meios proteger os ricos e os satisfeitos contra os famintos.*

E, mais adiante:

*Hoje, o industrialismo ainda tem algumas esperanças de se salvar e o povo não tem ainda a consciência nítida da sua força. As dificuldades do presente já são, portanto, bastante graves para o capitalismo, e a plutocracia americana procura, a todo o transe, sair das suas dificuldades e para isso volta-se para o estrangeiro. É para o estrangeiro que os políticos norte-americanos querem abrir uma válvula para o excesso de produção.<sup>18</sup>*

Entretanto, o objetivo principal de Eduardo Prado não foi combater o imperialismo norte-americano e, muito menos, o sistema capitalista. Tanto é

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, pp. 136 e 141-2.



assim, que defendeu as monarquias européias, também imperialistas e capitalistas, em vários momentos de sua obra. Segundo ele, os governos monárquicos europeus - dada a característica de permanência, intrínseca às monarquias - tinham a preocupação de melhorar as condições de vida do operariado, ao contrário das repúblicas que, sendo governos transitórios, não tinham o mesmo interesse em “bem governar”. A república teria como marca “uma espécie de impersonalidade que a torna irresponsável.” As monarquias européias, ao revés, estariam “encarando de frente o problema do proletariado”, juntamente com a Igreja Católica. Prado chegou ao extremo de dizer que “a aliança da Igreja e do Império com a multidão infeliz contra a burguesia gozadora que se diz republicana ou pelo menos democrática, é o grande fato do findar deste século” e que a Igreja seria patrocinadora do “socialismo cristão”<sup>19</sup>. Há uma evidente disposição de distorcer a realidade em função de seu propósito de defender a monarquia e atacar o regime republicano e o presidencialismo, este sim o objetivo primordial de *A Ilusão Americana*.

Nesta perspectiva, procurou demonstrar que, no Brasil, como também nos países hispano-americanos, a monarquia era a forma de governo mais adequada para assegurar a estabilidade política, a ordem, a paz, a unidade

---

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, pp. 130-1 e 133-5.

territorial, a prosperidade econômica, a justiça e a liberdade. Ao tratar do México, afirmou que o governo do imperador austríaco Maximiliano de Habsburgo - colocado no poder pelos conservadores em 1864 e fuzilado pelos liberais vitoriosos em 1867, a mando de Benito Juárez - tinha sido “o mais honesto”, “o mais brando, o mais civilizado” governo mexicano desde a independência. Além disso, segundo Prado, a população tinha “índole monárquica” e, por isso, se houvesse um príncipe mexicano, haveria aceitação “unânime” da monarquia. E concluiu:

*No México, o sentimento monárquico é irresistível. Não pode restaurar a monarquia, mas tem tornado impossível a república. Porque no México não há, não houve, nem há de haver república. [...] A república, no México, como noutros países da América Latina, nunca será uma coisa impessoal; a república aí será sempre um homem.<sup>20</sup>*

E, quase sempre, um militar, pois o militarismo era a “sorte comum e inevitável de toda a América ibérica”. Comentando o governo do presidente mexicano, general Porfirio Díaz (1876-1880 / 1884-1911), Prado enfatizou que seu poder era “praticamente absoluto” e que a Constituição, “copiada” da Carta norte-americana, dava ao presidente “quase todos os poderes”, enquanto que o Congresso ficava reduzido a “nada” e as eleições seriam uma “farsa”. E

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, pp. 42-4, 47-8.

concluiu: “o furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América”.<sup>21</sup>

Claro está que Prado considerava o regime monárquico a opção “natural” dos países latino-americanos, dadas as suas características histórico-culturais. Segundo ele, o Brasil havia abandonado em 1889 o regime político mais adequado à sua prosperidade, imitando as instituições norte-americanas, em detrimento das suas próprias tradições. A trajetória das repúblicas hispano-americanas, a partir das independências, marcada por guerras civis, governos autoritários, militarismo e caudilhismo, auxiliaria Prado a justificar suas posições. *A Ilusão Americana* tornou-se uma obra símbolo da luta monarquista e anti-republicana, com o elemento polêmico adicional da propaganda antinorte-americana, num momento em que o Brasil estava tentando consolidar o novo regime (a primeira edição do livro foi publicada apenas quatro anos depois de proclamada a República) e buscando uma maior aproximação com os Estados Unidos. Sem dúvida, Prado acirrou os ânimos num momento já tão conturbado pelo movimento jacobino e pelo próprio movimento monarquista.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>22</sup> Sobre o movimento jacobino, ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986; sobre o movimento monarquista nos inícios da República, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Op. cit.*

A América Hispânica representava tudo o que o Brasil *não* deveria ser: republicano, militarista, violento. E era exatamente o que o Brasil tinha se transformado, segundo Prado, a partir de 15 de novembro de 1889. A idealização do Segundo Reinado é uma constante na historiografia brasileira, tanto no século XIX como em momentos bem mais recentes. E a imagem da América Hispânica como inevitável e permanentemente violenta, politicamente instável e imersa na convulsão social povoou e continua a povoar a visão brasileira sobre seus vizinhos. Eduardo Prado foi um dos intelectuais que colaboraram intensamente para esta interpretação.

Dentre os críticos mais combativos do pan-americanismo encontra-se também o historiador e diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), autor de uma vasta obra (cerca de quarenta livros publicados) que contem impressões de viagens, estudos sobre a literatura brasileira, coletâneas de colaborações à imprensa e diversos trabalhos historiográficos, incluindo o volumoso livro sobre o chamado Período Joanino, intitulado *Dom João VI no Brasil*, e considerado por vários estudiosos do autor como seu principal trabalho.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Esta obra foi recentemente reeditada: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 790 p.

No entanto, estamos interessados aqui nas obras de Oliveira Lima que tratam da América Latina, e especialmente das relações entre o Brasil, a América Hispânica e a América Anglo-Saxônica. Utilizamos, fundamentalmente, quatro trabalhos do autor: *Impressões da América Espanhola*, artigos sobre a América Hispânica, especialmente sobre a Venezuela e a Argentina, que apareceram n' *O Estado de São Paulo*, escritos entre 1904 e 1906; *Pan-Americanismo*, coletânea de artigos escritos entre 1903 e 1907 e publicados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *O Estado de São Paulo*, que discutem e polemizam - em razão da III Conferência Pan-Americana - sobre a Doutrina Monroe, a política do *big stick* de Theodore Roosevelt e as relações entre os Estados Unidos e a América Latina; o livro intitulado *América Latina e América Inglesa*, cujo subtítulo revela seu conteúdo: *A Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*, e que foi resultado de seis conferências pronunciadas pelo autor na Universidade de Stanford, Califórnia, em outubro de 1912, e repetidas em várias outras universidades norte-americanas; finalmente, examinamos *Na Argentina (Impressões 1918-19)*, obra que contém observações sobre a realidade do país vizinho, escritas durante estada do autor

na Argentina entre 1918 e 1919, acrescidas de conferências e discursos pronunciados naquele país.<sup>24</sup>

Estes quatro livros foram, em grande medida, resultado da experiência de Oliveira Lima como diplomata, tendo representado o Brasil em vários países, como Portugal, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Venezuela. A sua estada na Venezuela, visitas à Argentina e o período em que esteve nos Estados Unidos provocaram as reflexões de Oliveira Lima que procuramos trazer ao debate.

O autor debruçou-se sobre a realidade hispano-americana do século XIX e início do século XX, preocupando-se com a trajetória política das repúblicas do continente. No momento em que escreveu essas obras, mostrou-se saudososo do regime monárquico. Decepcionado com os rumos da república, procurou encontrar na monarquia brasileira as razões para o que ele considerava a “ordem social e a estabilidade política” do Brasil durante o século XIX, comparativamente à “anarquia” política e ao “caos social” das repúblicas hispano-americanas, no mesmo período.<sup>25</sup> Oliveira Lima acreditava que o

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, 206 p.; Idem. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal / Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, 198 p. (edição original de 1907); Idem. *América Latina e América Inglesa. A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d, 188 p.; Idem. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920, 263 p.

<sup>25</sup> OLIVEIRA LIMA, M. *América Latina e América Inglesa*, p. 172.

único remédio para a “desordem” em que haviam caído as nossas “repúblicas irmãs” teria sido a monarquia. Afirmava inclusive que o regime monárquico teria impedido a fragmentação das colônias espanholas. Considerava que o federalismo havia degenerado em toda a América Latina republicana, transformando esses países num aglomerado de províncias autônomas onde tudo dependia dos caprichos do chefe local. Afirmava que o federalismo assim concebido e aplicado tinha gerado “repúblicas doentes” e “guerras civis”. A “desordem” e a “selvageria” que assolavam os países hispano-americanos seriam o resultado do caudilhismo. A política demagógica dos caudilhos - considerava o autor - fascinava as massas ignorantes e inconscientes, gerando uma “anarquia perversora da moral pública de toda a nação.”<sup>26</sup>

Em contraposição a esta situação caótica da América Hispânica, Oliveira Lima apresentou um Brasil “pacífico, estável, ordeiro”, um “modelo de liberdade e de paz para a América Latina”, “uma imagem não ilusória de civilização”. A causa desta estabilidade estaria na monarquia, que além de impedir a instabilidade política, manteve a unidade territorial do país.<sup>27</sup> Estas interpretações de Oliveira Lima estão claramente em consonância com as idéias de Eduardo Prado. A defesa da monarquia, o anti-republicanismo, o

---

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, pp. 126-9.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 126 e *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*, p. 78.

antimilitarismo e a rejeição do caudilhismo são pontos centrais na análise de ambos.

Também no que diz respeito ao pan-americanismo, Oliveira Lima e Eduardo Prado têm vários pontos em comum. Por ocasião da III Conferência Pan-Americana, Oliveira Lima escreveu vários artigos sobre as vinculações entre a América Latina e os Estados Unidos. Nestes, explicitou de maneira inequívoca suas reservas quanto à doutrina de Monroe, ao corolário rooseveltiano ao monroísmo e ao pan-americanismo proposto pelo “Colosso do Norte”. As críticas contidas nestes artigos valeram ao autor choques políticos irreparáveis com o Barão do Rio Branco e com o seu colega Joaquim Nabuco. O entusiasmo pan-americanista de Nabuco provocou sérios atritos entre o “par homérico de nossa diplomacia”, nas palavras do contemporâneo Artur Orlando.<sup>28</sup>

Oliveira Lima considerava que a doutrina de Monroe tinha substituído a ascendência européia sobre a América Latina pelo domínio norte-americano, levando a cabo anexações que aos europeus não eram mais possíveis. Afirmou que, na prática, o monroísmo pouco ou nada tinha protegido as repúblicas ibero-americanas das agressões européias mas, ao contrário, servia como

---

<sup>28</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1906, p. 4. Discutiremos, no capítulo 4, acerca das idéias de Artur Orlando sobre o pan-americanismo. Em relação às posições de Oliveira Lima, ver: OLIVEIRA LIMA, M. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*.



mecanismo de justificação das agressões dos próprios Estados Unidos. Para o diplomata, reconhecer esta doutrina significava abdicar da soberania para consagrar o princípio da intervenção. Sustentou que o monroísmo sempre foi uma doutrina egoísta, que nunca representou garantia recíproca de defesa e soberania, pois os Estados Unidos se reservaram o direito de escolher quando e porque aplicá-la, de acordo com seus próprios interesses.

Para corroborar suas posições, lembrou a Guerra Hispano-Americana de 1898, afirmando que a transformação de Cuba em um Estado totalmente subordinado aos interesses dos Estados Unidos e a conversão de Porto Rico e das Filipinas em colônias norte-americanas demonstraram os reais interesses contidos na idéia da “América para os americanos”. A manobra política do governo norte-americano para separar o Panamá da Colômbia, apoderar-se de uma parte significativa do território do novo país, e construir o canal interoceânico também foi lembrada por Oliveira Lima como uma confirmação das suas críticas aos Estados Unidos nas suas relações com a América Latina. Sem deixar qualquer margem a dúvidas acerca de suas opiniões, o autor afirmou: “É força ter presente que a doutrina de Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não as veda aos americanos do norte”. E arrematou:

“... não há que nos fazemos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo, portanto de ameaça latente”.<sup>29</sup>

Portanto, acreditar na doutrina de Monroe tal qual ela foi enunciada, com o objetivo de impedir as intervenções européias no continente, era, para Oliveira Lima, ingenuidade. A doutrina, com o corolário de Roosevelt - expresso na política do *big stick* - adaptou-se perfeitamente ao imperialismo.

Numa crítica à política externa brasileira, Oliveira Lima considerou que, enquanto as repúblicas hispano-americanas, com a Argentina e o Chile à frente, faziam causa comum na resistência ao domínio norte-americano, o Brasil “sentia que nada tinha a temer e até se sentia com vigor para aspirar e dividir com os Estados Unidos a ‘hegemonia hemisférica’ ”<sup>30</sup> O projeto brasileiro de aproximação cada vez maior com os norte-americanos ficou claro quando Nabuco afirmou que a doutrina de Monroe não era ofensiva às repúblicas latino-americanas, mas sim um “privilégio” que devia ser compensado com “simpatia e gratidão” para com os Estados Unidos.<sup>31</sup>

Coerentemente com as idéias expressas a favor da soberania dos Estados latino-americanos, Oliveira Lima apoiou a chamada doutrina de Drago, que se opunha ao uso da Forças Armadas de um país contra outro, como instrumento

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA LIMA, M. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*, pp. 99-100.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>31</sup> Nabuco *apud* Oliveira Lima, *Pan-americanismo*, p. 67.

de pressão para cobrar dívidas. Luis María Drago (1859-1921) - jurista e ministro das Relações Exteriores da Argentina - enunciou sua doutrina, em 1903, como resposta ao bloqueio dos portos venezuelanos por navios de guerra ingleses, alemães e italianos, no ano anterior, com o objetivo de obrigar a Venezuela a saldar dívidas contraídas.<sup>32</sup>

O argumento central do ministro argentino era que os credores, de qualquer país, em razão da suspensão do pagamento dos juros, não tinham o direito de reclamar a ação armada dos seus governos contra os devedores, levando-se em consideração que, na taxa de juros e nas negociações efetuadas entre as partes, já estavam previstos e embutidos os riscos da negociação. Além disso, e mais relevante ainda,

*... semelhante modo de cobrar dívidas é nada menos do que tirânico, pois nunca o empregaria uma nação grande e forte contra outra de igual magnitude e fortaleza, reservando-o tão somente para as nações pequenas e débeis, o que até reduz o processo a um princípio de aplicação não uniforme e portanto contrário à teoria da igualdade da independência e soberania das nações, que deve ser o fundamento do direito das gentes. As operações bancárias contam seus perigos como seus lucros, e os governos não se organizaram para assegurar o êxito das especulações comerciais, [...] seria pouco eqüitativo que um grupo de capitalistas alcançasse o poder de arrastar o país credor a atos de força, porquanto gozaria desta forma do benefício de uma garantia nacional sem o haver pago.*<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Os princípios básicos da doutrina de Drago foram internacionalmente aceitos pela Segunda Conferência de Haia, em 1907.

<sup>33</sup> Síntese das concepções de Luis María Drago feita por Oliveira Lima. Ver: Oliveira Lima, *Pan-americanismo*, pp. 22-3.

Segundo Drago, a cobrança das dívidas internacionais (dívidas particulares; não entre Estados, como em caso de guerra), antes de exigida pela força, deveria ser “sempre reconhecida e proclamada pelos tribunais do país devedor, restando ainda a este a faculdade de escolher o modo e a oportunidade do pagamento [...], dele estando dependentes crédito e honra da coletividade”.<sup>34</sup>

Oliveira Lima, ao considerar a relevância da doutrina de Drago, elogiou o papel político desempenhado pela Argentina, na questão do bloqueio à Venezuela. Referindo-se à III Conferência Pan-Americana, que em breve ocorreria no Rio de Janeiro, Oliveira Lima afirmou que as diretrizes da política externa da Argentina significavam uma “garantia segura de que o rooseveltismo, edição última do monroísmo, não ficará desse lado sem contestação ...”<sup>35</sup>

Quanto ao papel político do Brasil no continente, o autor pernambucano descartava a possibilidade do nosso país servir como “associado” dos Estados Unidos, caso em que o Brasil seria apenas um “caixeiro-viajante” dos interesses norte-americanos. Entretanto, Oliveira Lima considerava que o Brasil, “pelas suas disposições pacíficas”, poderia vir a ser “um elemento de concórdia”, “quiçá em determinadas circunstâncias um traço de união entre a

---

<sup>34</sup> Oliveira Lima, *Pan-americanismo*, p. 23.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

grande república anglo-saxônica e as outras repúblicas latinas: a isso deve mesmo aspirar”.<sup>36</sup>

Apesar de estar entre aqueles, minoritários, que sustentavam convicções antiimperialistas, Oliveira Lima manteve suas posições. Depois da III Conferência, continuou a alertar os latino-americanos com relação ao expansionismo norte-americano. Afirmou, em artigo escrito em fins de 1906, que a intervenção dos Estados Unidos em Cuba poderia constituir um precedente e significava uma ameaça para todos os países da América Latina que dessem mostras de instabilidade.<sup>37</sup> Terminou por sugerir a manutenção das boas relações mantidas pelo Brasil com os Estados Unidos. Entretanto, propôs enfaticamente uma maior e constante aproximação do Brasil com os “vizinhos da mesma raça e com os mesmos intuitos gerais de cultura e de grandeza”. Para ele - ao contrário do que sustentava Eduardo Prado -, a solidariedade entre os países ibero-americanos era imprescindível como forma de conter as agressões norte-americanas.<sup>38</sup> Insiste, especialmente, na aproximação do Brasil com a Argentina e, em relação à disputa entre os dois países pela supremacia sul-americana e ao interesse dos Estados Unidos em

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, pp. 69-70.

<sup>37</sup> Idem, “Os resultados da reunião pan-americana e a questão de Cuba”. In: *Pan-americanismo*, p. 105.

<sup>38</sup> Idem, *Pan-americanismo*, pp. 73, 111.

manter divididos os países latino-americanos, o autor afirma, sem deixar lugar a dúvidas:

*É cedo para falar em hegemonia do continente meridional. Por enquanto a hegemonia do Novo Mundo é uma só: a dos Estados Unidos da América, que têm voz preponderante senão voto decisivo em qualquer assembléia pan-americana e que para isto têm conveniência, e muito humana ela é, em ver agravadas as desconfianças e rivalidades entre as outras nações deste mundo que eles consideram e proclamam, sem rebuços, seu. O princípio é velho do dividir para imperar. O predomínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se entre os países latinos do continente vingasse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônico.<sup>39</sup>*

Além da busca por relações comerciais, culturais e diplomáticas mais intensas e frutíferas entre os países ibero-americanos, Oliveira Lima destacou a educação como fator absolutamente necessário para manter a autonomia da América Latina, em concordância com outros pensadores importantes desse período. Só a educação, com um viés moralizante, poderia fazer desabrochar a “consciência nacional”, e também a “consciência americana”. A violência deveria ceder lugar à cultura. Educação e moralidade ajudariam a evitar a anarquia política e social.<sup>40</sup>

O progresso material, por sua vez, viria com a industrialização. Oliveira Lima alertou para o fato de que não usava o termo “industrialismo” com o

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

<sup>40</sup> Idem, *América Latina e América Inglesa*, pp. 182-6.

significado de uma “apurada produção fabril”, mas sim, “o amplo regime do capital em todo campo e sob toda condição de trabalho”. A extensão do capital, o estímulo econômico, o desenvolvimento da produção seriam o melhor corretivo para as lutas civis armadas, permitindo a “emancipação da classe operária”, que o autor entendia como sendo “a consciência dos próprios direitos e responsabilidades”, que viriam com a indústria.<sup>41</sup>

Fica claro que Oliveira Lima considerava necessário o disciplinamento das massas populares, “incultas e rebeldes”. Disciplina e controle que só poderiam realizar-se mediante um projeto educacional com vistas à moralização e ao patriotismo, e através do desenvolvimento econômico, gerador de empregos.

Seu pensamento continha, como podemos deduzir, muitos elementos conservadores no que se refere ao seu saudosismo monarquista, sua visão da sociedade e das classes populares. No entanto, tal qual Eduardo Prado, guardava um conteúdo crítico no que diz respeito à questão do imperialismo.

Ainda que Eduardo Prado tenha sido, entre os opositores ao pan-americanismo, o primeiro a ter sua obra amplamente conhecida e debatida (driblando a censura da época), o educador e crítico literário José Veríssimo

---

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, pp. 178, 181.

expressou antes mesmo de Prado, em seu trabalho *A Educação Nacional* - cuja primeira edição foi publicada em Belém no ano de 1890<sup>42</sup> - as suas reservas em relação aos Estados Unidos e críticas à “imitação” das instituições políticas e traços culturais norte-americanos.

José Veríssimo nasceu em Óbidos, Pará, em 1857. Passou a infância na província natal, seguindo mais tarde para o Rio de Janeiro onde estudou no Colégio Pedro II e na Escola Central, futura Politécnica. Em 1876, adoentado, voltou ao Pará, onde ficou até 1891. Neste período paraense, começou sua carreira de jornalista, ensaísta, estudioso da história e da cultura amazônica e brasileira e educador. Foi fundador de órgãos de imprensa (*Gazeta do Norte* e *Revista Amazônica*), publicou várias obras (com destaque para os estudos sobre a vida amazônica e para o seu ensaio *A Educação Nacional*) e ocupou a Diretoria de Instrução Pública do Pará. No Rio de Janeiro, passou a lecionar Português e História no Colégio Pedro II, aproximou-se dos escritores e intelectuais da época e publicou diversos livros sobre crítica e história literária e novos estudos sobre a Amazônia e a cultura brasileira. Foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros do período, falecendo no Rio em 1916.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> O livro teve uma segunda edição, publicada no Rio de Janeiro, em 1906, pela Francisco Alves e, finalmente, uma terceira edição (que utilizamos) publicada em Porto Alegre, pela Editora Mercado Aberto, em 1985.

<sup>43</sup> Dados sobre a vida e a obra de José Veríssimo foram obtidos em BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Cultrix, 1996, pp. 252-5 e



Seu livro *A Educação Nacional* teve um objetivo explícito: servir como colaboração às reformas educacionais que deveriam ser implementadas a partir do novo regime. Veríssimo acreditava que, para consolidar e fortalecer o regime republicano, era imprescindível uma profunda reforma educacional. Para o autor, faltava no Brasil um forte sentimento nacional que estivesse acima dos localismos e provincianismos. As dificuldades de comunicação, a escassez de trabalhos científicos e artísticos sobre as várias regiões do país, o enorme contingente de analfabetos (84% da população, segundo dados apontados pelo próprio Veríssimo), entre outros fatores, colaboravam para a dispersão dos brasileiros e para a ausência de um sentimento nacional que pudesse garantir a unidade do país, debelando qualquer espírito separatista que por ventura viesse a se manifestar.

Na sua busca por propostas adequadas à realidade brasileira, Veríssimo admitiu, e considerou mesmo indispensável, conhecer o sistema educacional de outros países, mas renegou a cópia indiscriminada de modelos externos. Nesta questão, chamou atenção primordialmente para o caso norte-americano, escrevendo, inclusive, um capítulo denominado “Brasil e Estados Unidos” (o último da obra). Este capítulo tem início de forma contundente: “Muito é o que havemos de aprender e mesmo a imitar dos Estados Unidos, mas que isto não

nos induza a pormo-nos simplesmente a copiá-los”. E, mais adiante: “Sejamos brasileiros e não *yankees*.”<sup>44</sup> É evidente que Verissimo já possuía a mesma preocupação manifestada três anos depois, de forma ainda mais veemente, por Eduardo Prado, ou seja, a cópia irrefletida de instituições e costumes alheios, fundamentalmente em relação aos Estados Unidos, país considerado modelo de república progressista e civilizada no continente americano.

As apreensões de Verissimo, Prado e Oliveira Lima foram, evidentemente, respostas ao projeto pan-americanista de Blaine e à crescente influência política e cultural dos Estados Unidos no Brasil e no restante da América Latina. A visão de mundo europeizante e suas reservas em relação ao *american way of life* ficaram evidentes nas obras dos três autores, a despeito das suas divergências.

Verissimo, ao contrário de Prado e Oliveira Lima, era simpático à república, ainda que não tenha sido um crítico dos mais áspers ao regime monárquico. Também não deixou de manifestar, em vários dos seus textos, discordâncias em relação a diversos aspectos do novo regime. Em relação aos Estados Unidos e à América Latina, entretanto, as linhas gerais das suas interpretações se aproximam muito dos dois autores já abordados.

---

<sup>44</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3ª. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 131.

Em uma passagem de *A Educação Nacional*, as opiniões de Veríssimo sobre os Estados Unidos são extremamente semelhantes às do uruguaio José Enrique Rodó, que publicou o seu *Ariel* dez anos depois. Ainda que um pouco extensa, a citação abaixo revela com grande expressividade a visão de Veríssimo:

*Eu, confesso, não tenho pela desmarcada e apregoadíssima civilização americana senão uma medíocre inveja. E no fundo do meu coração de brasileiro, alguma coisa há que desdenha daquela nação tão excessivamente prática, tão colossalmente egoísta e tão eminentemente, perdoem-me a expressão, strugforlifista.<sup>45</sup> Essa civilização, sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; **admiro-a, mas não a estimo.**<sup>46</sup> Esse país novo, onde há fortunas que fazem fantásticas as lendárias riquezas dos nababos, quando o proletariado, com as suas justas reivindicações, já se lobriga através de uma grandeza desmedida, ofende a minha simpleza de matuto chão e honesto. Essa política cruel, que veda a um povo a entrada do país, persegue-o e lincha-o, que massacra toda uma raça; que tem uma habilidade especial para adestrar cães contra outra e que, de Bíblia na mão, discute, justifica, aplaude e exalta a escravidão, fere de frente a idéia que da eqüidade e da justiça tenho. Aquela corrupção política que tanto impressionou Spencer e quantos publicistas têm visitado e estudado os Estados Unidos repugna ao meu senso moral. Aquele pufismo, aquela charlatanice do jornalismo, com seus títulos enormes, extravagantes, mentirosos, de um reclamo desfaçado e insolente, escandalizam a minha probidade literária. Aquela supremacia brutal das massas, aquele reino absoluto do número revoltam a minha liberdade espiritual.<sup>47</sup>*

Rodó, em *Ariel*, afirmou, referindo-se também aos Estados Unidos:

<sup>45</sup> De *struggle for life*.

<sup>46</sup> Os grifos são nossos.

<sup>47</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*, p. 132.

*Sua grandeza titânica assim se impõe, mesmo aos mais acautelados, pelas enormes desproporções de seu caráter ou pelas violências recentes de sua história. E, de minha parte, vedes que, ainda que não os ame, admiro-os.*<sup>48</sup>

Esta semelhança de opiniões e sentimentos - que pode ser verificada em várias outras passagens dos textos dos escritores uruguaio e brasileiro (por, exemplo, na crítica ao “reino absoluto do número”, ou seja, a primazia da quantidade em detrimento da qualidade) - é ainda mais notável se considerarmos que não há nenhum indício de Rodó ter lido o livro de Veríssimo antes de escrever *Ariel*. Ainda mais considerando-se que a primeira edição de *A Educação Nacional* foi publicada no Pará, dificultando a circulação da obra, ainda mais na distante região do Prata; e a segunda edição, publicada no Rio de Janeiro, é de 1906, portanto, seis anos após a primeira edição de *Ariel*. Interessa observar que isso comprova que havia, em diferentes países, demonstrações claras de receios cada vez maiores quanto ao aumento da influência cultural e da preponderância econômica dos Estados Unidos sobre a América Latina. Esta coincidência das frases de Veríssimo e Rodó já havia sido apontada anteriormente por Jean Franco e Roberto Fernández Retamar e, mais recentemente, foi novamente assinalada por João Alexandre

---

<sup>48</sup> RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 77. Os grifos são nossos.

Barbosa.<sup>49</sup> Vale destacar que Veríssimo leu Rodó, como prova seu artigo intitulado “A Regeneração da América Latina”, publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1900, e reunido no volume *Homens e Coisas Estrangeiras*, primeira série (1899-1900), publicado em 1902, no Rio.<sup>50</sup> Também não podemos nos esquecer que as referências intelectuais de Veríssimo e Rodó eram as mesmas: ambos leram e citaram Tocqueville e Renán em suas obras, entre outros autores. As interpretações de Veríssimo sobre os Estados Unidos foram, em grande medida, elaboradas a partir da visão de Tocqueville em *A Democracia na América*. A mesma coisa podemos dizer das análises de Rodó.

No entanto, a despeito das semelhanças entre Rodó e Veríssimo, há uma diferença clara entre os dois ensaístas. Os textos do brasileiro são muito mais explícitos no que tange à questão do imperialismo. Veríssimo faz claramente as conexões entre a Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e o Pan-Americanismo como desdobramentos, ao longo do século XIX, de uma mesma

---

<sup>49</sup> FRANCO, Jean. *The Modern Culture of Latin America: Society and the Artist*. Revised edition. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 62; FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán. Apuntes sobre la cultura de nuestra América*. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1973, pp. 32-3; BARBOSA, João Alexandre. “Introdução: A Vertente Latino-Americana”. In: VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 8-9.

<sup>50</sup> Ver VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 17-31.

e cada vez mais intensa política expansionista e imperialista dos Estados Unidos:

*Se a declaração de Monroe é de 1823 e só por meados do século passado se completou a espoliação do México, é positivamente certo afirmar que o pensamento, já imperial, de domínio que essa doutrina continha em potência, existia na mente nacional americana.*

E, mais adiante:

*O pan-americanismo, tal como o entendem e querem os Estados Unidos, invenção de Blaine, principal fator do imperialismo americano e pai espiritual de Roosevelt, é, e todo o livro do sr. Oliveira Lima concorre para o demonstrar<sup>51</sup>, a encarnação daquele ideal do “manifesto destino” de uns Estados Unidos estendendo-se de pólo a pólo.<sup>52</sup>*

As passagens citadas são explícitas. Tal qual Eduardo Prado e Oliveira Lima - lidos e comentados por Veríssimo -, o ensaísta paraense também não compartilhava da “ilusão americana”. O antinorte-americanismo de Rodó, por outro lado, não carrega consigo um sentimento antiimperialista. A preocupação de Rodó é, acima de tudo, com a defesa das tradições político-culturais ibéricas, em um mundo em rápida transformação, contra a influência utilitarista e materialista da cultura norte-americana (como já evidenciamos no primeiro capítulo). O expansionismo dos Estados Unidos e sua política externa

<sup>51</sup> Refere-se a *Pan-Americanismo*, de 1907.

<sup>52</sup> VERÍSSIMO, José. “O Perigo Americano”. In: *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 121 e 124.

agressiva - principalmente no México, América Central, Antilhas e Pacífico Sul - não obtiveram a atenção de Rodó. É interessante constatar como a obra de Rodó teve muito mais repercussão do que outros livros que, na mesma época, trataram com muito mais veemência da questão do expansionismo estadunidense na América Latina.

Ao tratar dos Estados Unidos, Veríssimo concluiu que as divergências de “clima, raça, situação geográfica, origem histórica, elementos de colonização, instituições fundamentais”, tudo no país do norte era diverso do Brasil. Em contraste com a “força”, a “riqueza”, os “progressos da arte e da indústria” dos norte-americanos, os brasileiros constituíam um “povo fraco, sentimental, idealista, incoerente, mas bom”. O futuro do Brasil, para o autor, dependia da consolidação do espírito público e do sentimento nacional. E, para tanto, a educação, distribuída por todo o território nacional, seria o elemento fundamental. A escola deveria ser o elo de ligação que unisse os elementos heterogêneos da nação, com um sistema em que a “mesma educação” fosse “prodigamente distribuída a todos os cidadãos”. Neste particular, elogia os Estados Unidos, que teriam dado à educação a importância e o papel que lhe cabia na sociedade.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*, pp. 45, 52, 57, 132, 133.

Veríssimo também preocupou-se - em sua atividade como ensaísta, crítico literário e colunista de jornais - em analisar aspectos da cultura, da literatura e da vida política dos países hispano-americanos. Sua visão da América Hispânica não fugiu, evidentemente, das concepções que já havia manifestado em relação à sociedade brasileira. Afinal, nossos vizinhos também não tinham alcançado o “estágio da civilização”. Entretanto, chama atenção o interesse e o conhecimento que Veríssimo possuía tanto da produção cultural como dos problemas político-sociais dos países hispano-americanos.

A visão de Veríssimo sobre as sociedades latino-americanas (e aí inclui-se o Brasil) é majoritariamente negativa. O autor descarta a existência de uma “opinião pública” nestes países. Segundo ele, além dos caudilhos político-militares, de uma “insignificante minoria intelectual, sem nenhuma importância ou influência prática ou moral”, e do funcionalismo público, “espécie de casta neutra, amorfa e sem vontade”, havia apenas os *rotos*, como eram chamados pela oligarquia chilena os “analfabetos, miseráveis (...) e fetichistas”, a imensa maioria da população latino-americana. Para Veríssimo, essa população era incapaz de formular quaisquer idéias, reivindicações ou propostas. Não tinham nenhuma possibilidade de se articular, de fazer valer seus interesses. Veríssimo não crê absolutamente que essas populações, “exploradas sistemática e desumanamente”, poderiam resistir a essa condição.



Ele nega aos mais pobres a capacidade de ter opiniões e de expressá-las de maneira articulada. É uma visão elitista e distanciada da realidade da maioria da população. O autor não considera que a América Latina tenha *povo*, no sentido liberal do termo. Para ele, o que havia era uma *massa* amorfa, sem visibilidade, inábil, inativa, despossuída de propriedade, de educação, de cultura, de cidadania. Retira a condição propriamente humana da maior parte da população, reduzindo-a à condição de massa explorada e irracional.<sup>54</sup>

Entretanto, ao analisar a produção intelectual hispano-americana (ou melhor, parte dela), Veríssimo percebe a presença de um “movimento de opinião favorável a um mais consciente e expressivo sentimento de raça e de nacionalidade”. Em vários dos artigos em que discute a América Hispânica, o autor percebe um crescente sentimento antiestadunidense e um revivescimento do idealismo, do espiritualismo, do nacionalismo e do latino-americanismo, que não aparece no Brasil, a não ser em alguns poucos autores. Analisa obras de diversos autores hispano-americanos em que este sentimento aparece, mais intenso em uns do que em outros: os argentinos A. Rodríguez del Busto, Manuel Ugarte, Manuel Gálvez e José Ingenieros; o uruguaio José Enrique Rodó; o peruano Francisco García Calderón, entre outros. Em todos estes autores percebe-se uma grande preocupação com o avanço econômico, cultural

---

<sup>54</sup> Ver VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 17-8.

e, finalmente, territorial dos Estados Unidos sobre todo o continente, e um apoio declarado a uma aliança dos países hispano-americanos para barrar esse avanço inexorável. Rodríguez del Busto, em seu livro *Peligros americanos*, identifica basicamente dois riscos para a América Ibérica: o avanço territorial norte-americano, iniciado contra o México, e os conflitos entre os países hispano-americanos. Para ele, somente uma aliança destes países poderia barrar os Estados Unidos em seus intentos hegemônicos. Polemizando com Rodríguez del Busto, o chileno Paulino Afonso não crê nas possibilidades desta aliança “fraternal”, no que concorda Veríssimo. O ensaísta brasileiro sintetiza seus sentimentos em relação à América Latina em uma passagem de seu artigo “A Regeneração da América Latina”:

*Tenho a fraternidade latino-americana, sinto-a intimamente; nunca, desde rapaz, participei do preconceito da minha gente, herdado do português e desenvolvido pelas nossas lutas no Rio da Prata, contra os povos espanhóis da América. Amo-os a todos e me revoltam as manifestações hostis a qualquer deles; mas não consigo ajeitar-me à idéia que eles possam sair tão cedo da miséria econômica, social e moral em que, salvo uma ou outra raríssima exceção, vivem. [...] E se são verdadeiras as chamadas leis biológicas de seleção natural, e fatais como as da astronomia ou da física - do que me permito aliás duvidar - esses povos não terão futuro próprio. Outros lho farão.<sup>55</sup>*

Veríssimo, entretanto, não compartilha do receio de que os Estados Unidos pudessem conquistar territorialmente toda a América Hispânica.

---

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, p. 20.

Estaria além das forças de qualquer país, mesmo para os poderosos Estados Unidos, considerando-se, além disso, o poder de resistência dos latino-americanos, já demonstrado nas lutas pelas independências e em outras circunstâncias.

Ao discorrer sobre *Ariel* de Rodó, Veríssimo percebe o espanholismo do autor uruguaio que, de pronto, rejeita. Para o brasileiro, a Espanha representava fanatismo, inquisição, conquistas violentas, obscurantismo (na tradição da *Leyenda Negra*<sup>56</sup>). Veríssimo compreende, no entanto, que o espanholismo manifestado por vários intelectuais hispano-americanos entre fins do século XIX e inícios do XX tinha relação direta e proporcional ao crescimento do antinorte-americanismo, exacerbado pela interferência dos Estados Unidos na Guerra de Independência de Cuba e suas conseqüências: a transformação de Cuba em uma espécie de protetorado norte-americano (com a Emenda Platt) e a transformação de Porto Rico, das Filipinas e da ilha de Guam, no Pacífico, em colônias dos Estados Unidos. Para os adversários do pan-americanismo, estes acontecimentos serviram para confirmar e reforçar as suas convicções.

---

<sup>56</sup> Sobre a *Leyenda Negra*, ver as observações, ainda que muito resumidas, de ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial: Os conquistadores*. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 92-5.

Buscando ser realista e objetivo em todos os seus textos, Veríssimo não poderia também deixar de reconhecer o forte idealismo presente em *Ariel*, com o qual discorda. Discute também acerca do livro do argentino Manuel Galvez, *El solar de la raza*. Nele, a hispanofilia é ainda mais evidente do que em Rodó. Sabemos como a visão de Veríssimo sobre o futuro das sociedades latino-americanas não deixa lugar para idealismos.<sup>57</sup>

No entanto, os artigos de Veríssimo, a despeito das suas interpretações negativas sobre a América Hispânica, revelam que o ensaísta brasileiro reconhecia nos intelectuais, poetas e alguns políticos hispano-americanos um forte sentimento nacional e latino-americanista, juntamente com uma clareza da necessidade de combater o domínio cultural, econômico e, em casos mais extremos, territorial dos Estados Unidos sobre o continente. Essa consciência nacional e antiimperialista é valorizada por Veríssimo, mesmo quando ele manifesta discordâncias com certos aspectos das obras analisadas. O autor valoriza essa consciência nacional, ainda com mais ênfase, levando-se em conta que suas críticas a muitos intelectuais brasileiros têm como alvos, exatamente, a mania da cópia dos valores e costumes externos, a “ilusão americana” e a ausência de sentimento nacional.

---

<sup>57</sup> VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 17-31 e 112-116.

Não deixa de ser interessante perceber que, apesar das idéias marcadas pelos preconceitos da época (baseadas no evolucionismo e no darwinismo social), Veríssimo tem a preocupação de analisar os autores hispano-americanos em busca de respostas para problemas que ele sabia não poder encontrar nos escritores europeus. Reconhecendo as debilidades e diferenças, mas também as semelhanças entre os países latino-americanos, busca pensar o Brasil dentro de um contexto mais amplo, identificando nos intelectuais hispânicos um senso crítico - em relação aos dilemas que o continente enfrentava - muitas vezes mais aguçado e perspicaz do que em seus conterrâneos brasileiros. Veríssimo chega inclusive a criticar veementemente a opinião muito difundida no Brasil, à época, que julgava a produção intelectual e literária brasileira superior à produção hispano-americana. Veríssimo considera essa opinião “deplorável”, porque não se baseava no conhecimento da produção cultural dos países vizinhos, era equivocada e presunçosa, além de desestimulante para o conhecimento - proveitoso, segundo o autor - destas culturas similares à nossa. Veríssimo chama a atenção para o fato de que grande parte das colônias espanholas na América tiveram faculdades, universidades e imprensa muito antes do Brasil. Para confirmar estas fontes culturais comuns na América Latina, chega a afirmar que “hispano-americanos também somos nós, pois Portugal é Espanha”, e também que “a

literatura histórico-sociológica hispano-americana, ao invés da nossa, é riquíssima”.<sup>58</sup>

Em relação às questões propriamente políticas, Veríssimo manifesta seu repúdio diante de todos os regimes ditatoriais. Ao abordar o caso paraguaio, afirma que o Brasil prestou “o mais assinalado serviço” ao Paraguai, “livrando-o” dos López. Sintetiza a história paraguaia da seguinte maneira:

*Como nação o Paraguai é o lídimo efeito de dois regimes perfeitamente equivalentes: a redução jesuítica e o despotismo republicano. A ditadura de Francia, com ser este livre pensador e devotíssimo de Rousseau, não difere essencialmente da ditadura dos jesuítas, instituidores do Paraguai. Com pouca diferença os López continuaram Francia, apenas aumentando o despotismo com o fator da sua incapacidade e cruieza.*

E continua adiante:

*... mantendo os paraguaios na subserviência em que os criaram os jesuítas, aumentando-lhes a sujeição absoluta e a obediência passiva, descurando, propositadamente, a sua instrução, reduzindo-os praticamente a puros servos da gleba, Francia preparou, pode dizer-se, fomentou, as brutas ditaduras de Carlos e Solano López. Ao cabo a turbulência dos novos libertados por Bolívar, lhes foi mais benéfica do que a ordem e tranqüilidade dos 26 anos do reinado do sombrio déspota que foi Francia. [...] a ditadura no rio da Prata, no Chile e no Peru [foi] o principal fator de todos os males e de todas as vergonhas que têm afligido e desonrado a América Espanhola, onde não criou nada de sólido, de estável, de são. Indefectivelmente viçou sempre entre a malversação e a sangueira.*<sup>59</sup>

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, pp. 51, 74, 103 e 104.

<sup>59</sup> VERÍSSIMO, José. “Letras Paraguaias”. In: *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 108-11.

A interpretação de Veríssimo segue a linha da historiografia brasileira conservadora sobre a Guerra do Paraguai, justificando-a como necessária para derrubar a ditadura de Solano López (a quem pertenceria, para o autor, “toda a culpa da guerra”) e como um “bem” para o povo paraguaio. Chega a afirmar que “o nosso procedimento de vencedores, (...) nem no decurso nem ao cabo da guerra poderia ser mais generoso”. Sem pretender realizar uma análise acerca dos regimes ditatoriais paraguaios do século XIX - que não é nosso propósito aqui - a interpretação de Veríssimo corresponde, sem sombra de dúvida, à visão do vencedor, que responsabiliza integralmente o vencido pela violência desencadeada e não reconhece, em nenhum momento, os abusos e atrocidades cometidas pelo lado vitorioso. A despeito da “fraternidade latino-americana” que Veríssimo diz possuir, trata o Paraguai com a mesma arrogância que critica nos norte-americanos em suas relações com a América Latina.

Ao tratar do México, em textos escritos nos tempos consulsionados da Revolução, nos anos de 1913 e 1914, José Veríssimo aproveita para novamente atacar os regimes ditatoriais. Reconhece que o governo de Porfirio Díaz - que por mais de três décadas submeteu a população mexicana - manteve-se no poder por este longo período à custa de uma violenta máquina repressiva, que freqüentemente executava seus opositores (a despeito do

“espírito de insubordinação, de indisciplina, de revolta dos hispano-americanos”, como faz questão de afirmar). Para Veríssimo, a Revolução foi um “espontâneo levante popular para acabar com certas condições intoleráveis”. E Madero, por ter “falhado neste ideal de reforma mais social que política e (...) faltado aos compromissos de a executar prontamente”, fracassou, terminando assassinado à traição.<sup>60</sup>

Baseando-se em um artigo do norte-americano John Kennet Turner, publicado em jornal nova-iorquino de maio de 1913, Veríssimo corrobora a opinião do autor de que a causa fundamental da Revolução era a questão social e, fundamentalmente, a concentração das terras em pouquíssimas mãos, concentração que foi ainda mais acentuada nos longos anos do porfiriato. A absorção das pequenas propriedades pelos latifúndios, a improdutividade da maior parte destas terras e a redução da população rural a peões das grandes fazendas - tirando-lhe a possibilidade de trabalhar nas próprias terras - foi o resultado da ditadura porfirista. Baseando-se em J. K. Turner, Veríssimo conclui que “somente uma melhoria essencial do problema agrário pode

---

<sup>60</sup> Francisco Madero, oriundo de rica família do norte do país, inicia uma campanha contra mais uma reeleição de Porfirio Díaz em fins de 1908, tornando-se, com a queda do ditador em 1911, presidente eleito do México. O descaso de Madero quanto às demandas de camponeses e operários gera insatisfação destes setores ao seu governo. Em fevereiro de 1913, Madero e seu vice Pino Suárez são assassinados a mando de Victoriano Huerta, homem de confiança do presidente que acabou traindo-o e assumindo o poder. Huerta também é derrotado pelas forças de oposição ao seu governo e obrigado a renunciar em julho de 1914.



restituir a paz ao México”. E, em setembro de 1913, opta por condenar qualquer intervenção estrangeira no país, pois naquele momento, segundo Veríssimo, só o próprio México conseguiria resolver seus dilemas e conflitos.<sup>61</sup>

Entretanto, quando se refere às intervenções estrangeiras na América Latina, Veríssimo afirma não acreditar na “confraternidade latino-americana” para assegurar a sua defesa e, além disso, julga que as intervenções externas (principalmente dos Estados Unidos), em grande medida - mas sem justificá-las -, são estimuladas pela própria desordem e anarquia dos países latino-americanos.<sup>62</sup> E o caso mexicano é, para o autor brasileiro, um claro exemplo disso, a começar da ditadura porfirista e da revolução que desencadeou-se para derrubá-la.

Em artigo intitulado “Miremo-nos no México”, Veríssimo procura mostrar a inexistência de um “verdadeiro” Estado liberal no país, em que termos como Constituição, eleitorado, Congresso e povo perdem seu significado original, sucumbindo às ditaduras, à corrupção, ao analfabetismo do povo, à concentração da riqueza. E compara esta situação ao Brasil do

---

<sup>61</sup> Idem. “O caso do México”. In: *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 126-31.

<sup>62</sup> Idem. “Estados Unidos e México, um grande atentado internacional”. In: *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 133-4.

mesmo período, onde a “política dos governadores”, as fraudes eleitorais, o coronelismo e o analfabetismo caracterizavam a vida política brasileira.<sup>63</sup>

Apesar de reconhecer que as causas mais profundas da Revolução Mexicana estão diretamente relacionadas às injustiças sociais e à concentração da terra e demais riquezas - situação agravada por uma longa e violenta ditadura -, Veríssimo vê o processo revolucionário apenas como mais uma guerra civil, mais uma luta pelo poder entre caudilhos rivais, redundando em desordem e anarquia. Chega a justificar a intervenção norte-americana no México, ainda que em textos anteriores tivesse criticado o expediente das intervenções externas em países soberanos. Diante do que considerava o aumento da barbárie, em artigo de junho de 1914, passou a admitir a intervenção norte-americana, com o apoio do chamado ABC (grupo que reunia Argentina, Brasil e Chile no apoio à ação estadunidense). Sua justificativa é que “a obra da civilização é a obra dessas intervenções dos mais capazes com os menos capazes”. A anarquia era resultado da luta cada vez mais violenta entre “caudilhos rivais”, incluindo “bandidos” e “salteadores” como Pancho Villa. E o autor se pergunta: já que “lavra desde 1910 no México a destruição, o incêndio, o morticínio, a depredação, o terror e o horror de uma luta fratricida num povo barbarizado por 30 anos de ditadura e uma existência tão

---

<sup>63</sup> Idem. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 133-4 e “Miremo-nos no México”, pp. 135-8.

miserável como a do servo da gleba da Idade Média”, os princípios de humanidade não estariam acima do respeito às soberanias nacionais? Sua resposta é positiva e, assim, acaba finalmente por aceitar a ação norte-americana no México, em nome da “civilização”. Para defender-se do monroísmo de Woodrow Wilson, a América Latina deveria contar com governos legais, dignos e mantenedores da ordem, já que suas populações, “civicamente incapazes”, não teriam muito o que fazer.<sup>64</sup>

As interpretações de Veríssimo sobre a Revolução Mexicana demonstram como ele se debatia entre opiniões conflitantes. De um lado, admite que a explicação mais profunda para o conflito era a miséria, a concentração de terras e riquezas e a exploração da maioria da população por uns poucos privilegiados - protegidos e, ao mesmo tempo, sustentáculos da ditadura porfirista. Por outro lado, ao analisar a conflito, desconsidera a vertente camponesa, ignora a ação de Emiliano Zapata no sul e considera Pancho Villa apenas um “bandido” e “bandoleiro”. A luta revolucionária fica reduzida a uma disputa pelo poder entre caudilhos.

Vale ressaltar que a interpretação do autor brasileiro, como demonstram seus artigos, baseou-se fundamentalmente na imprensa dos Estados Unidos e nos textos dos analistas norte-americanos, de onde obtém informações e busca

---

<sup>64</sup> VERÍSSIMO, José. “O monroísmo wilsoniano e a América Latina”. In: *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, pp. 144-8.

elementos para sua análise. Sendo assim, não é de se estranhar sua visão sobre Pancho Villa e sobre a Revolução como um todo. Isso também explica porque, ao longo do tempo, entre setembro de 1913 e junho de 1914, altera sua posição em relação ao papel dos Estados Unidos, passando de uma severa crítica à intervenção externa em países soberanos à aceitação da intervenção norte-americana. Sendo assim, vemos como Veríssimo oscila entre uma visão da Revolução como um “espontâneo levante popular” ou como uma “luta sangüinária pelo poder entre caudilhos sem escrúpulos”. Pelo que se observa nos seus últimos textos, é a segunda interpretação que predomina, como aliás era comum entre as elites intelectuais do Brasil no início da República, quando o tema em questão eram as guerras civis e os conflitos sociais nas repúblicas hispano-americanas.

Mas havia algumas raras vozes dissonantes na intelectualidade brasileira da virada do século. Manoel José Bomfim (1868-1932), sergipano de Aracaju, estudou medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos. Sua trajetória incluiu, além da medicina<sup>65</sup>, a pedagogia, a

---

<sup>65</sup> Bomfim abandonou a prática da medicina após a morte de sua filha, que não conseguiu salvar. A partir de então, passou a dedicar-se à educação.

administração escolar<sup>66</sup>, o jornalismo e a política (foi deputado federal por Sergipe).

Escreveu uma obra muito diversificada: livros, opúsculos e artigos sobre pedagogia, psicologia, história, sociologia, medicina, e obras didáticas de língua portuguesa, zoologia e botânica. Dentre todos os seus trabalhos, aqueles que nos interessam mais diretamente são os livros: *A América Latina: males de origem*, escrito em Paris em 1903, mas publicado em 1905; e a trilogia *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (escrito em 1925 e publicado em 1929); *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (redigido em 1926 e editado em 1930); e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano de sua publicação). Os três últimos - ainda que dedicados a refletir sobre o Brasil e escritos posteriormente ao período focado em nosso trabalho - complementam e aprofundam as idéias e interpretações expressas em *A América Latina*. Em várias passagens - especialmente em *O Brasil na América* - dedicam-se a analisar os países hispano-americanos e a posição do Brasil no continente. Sendo assim, por tratar-se de um conjunto de obras que

---

<sup>66</sup> Bomfim foi professor e diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro por longos anos e diretor do *Pedagogium* (centro de formação de professores direcionados ao ensino primário). Exerceu também o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro, o equivalente hoje ao Secretário de Educação. Ver: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 4<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, pp. 19; 355-6.

guardam uma certa unidade, abrimos esta exceção em relação à periodização escolhida.

Em *A América Latina*, Bomfim afirma ter percebido - quando da sua estada em Paris nos primeiros anos do século, para estudar pedagogia e psicologia - uma “reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul” na Europa. Seu livro foi uma resposta a essa visão negativa e teve origem em um artigo que lhe encomendaram em Paris sobre a América Latina e o Brasil.<sup>67</sup> Bomfim nota que, para os europeus, os latino-americanos eram “preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros” que ocupavam imerecidamente “imensos e ricos territórios”. A condenação às repúblicas latino-americanas era unânime por parte dos intelectuais e da imprensa européia: não havia “salvação possível para tais nacionalidades”. Os países latino-americanos seriam um “obstáculo à posse e ao gozo de uma riqueza apetecida”. Segundo Bomfim, “se não fossem os Estados Unidos”, os “apetites” dos países europeus sobre a América Latina não teriam sido contidos.<sup>68</sup>

Bomfim considerava que a condenação da América Latina pelos europeus era fruto da ignorância e do interesse em explorar as riquezas do

---

<sup>67</sup> BOMFIM, M. *A América Latina*, p. 35. Bomfim usa indistintamente América do Sul e América Latina para referir-se à segunda.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, pp. 38-9; 289.

subcontinente. Este juízo condenatório tinha uma conseqüência perversa: a assimilação, pelos próprios latino-americanos, desta visão negativista e a apropriação de concepções inaplicáveis à nossa realidade.

Bomfim temia que, se as opiniões negativas à respeito da América Latina fossem mantidas, “cedo ou tarde” os países do subcontinente seriam “atacados, brutalmente ou insidiosamente, nas nossas soberanias de povo independente, e, num caso ou no outro, o desenvolvimento destas sociedades sul-americanas” seria “profundamente perturbado”.<sup>69</sup>

Como contrapartida, a América Latina contava com a barreira que o poderio norte-americano e a doutrina Monroe representavam. Entretanto, essa barreira significava, ao mesmo tempo, um perigo. Bomfim tinha consciência do risco do monroísmo para a soberania dos países latino-americanos:

*Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas. É preciso notar que sobre a opinião pública norte-americana se refletem os efeitos dos juízos e conceitos, com que a Europa nos condena, e que os políticos americanos nos consideram também: ingovernáveis, imprestáveis quase. [...] e é lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande República [...] admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina. [...] Demais - dado mesmo os Estados Unidos se mostrem dispostos a amparar-nos e proteger-nos abeternum, ainda assim, acabaremos perdendo a nossa soberania e qualidade de povos*

---

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

*livres. A soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos. Acredito que essa absorção não esteja nos planos dos estadistas americanos; mas é ela uma conseqüência natural da situação de protegido e protetor. De fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina.*<sup>70</sup>

Inicialmente, a admiração de Bomfim pelos Estados Unidos - seu regime republicano, seu desenvolvimento econômico - impediu o autor sergipano de vislumbrar no monroísmo intenções imperialistas. Mas acabou por concordar com os opositores da política pan-americanista. Fez ácidas críticas à atitude complacente dos Estados Unidos em relação ao bloqueio, em 1902, dos portos venezuelanos por navios de guerra europeus, para forçar o país a saldar suas dívidas. Elogiou a doutrina Drago e afirmou que a “doutrina de Monroe, aplicada e formulada como o faz a grande República, sem nenhum acordo com as outras potências americanas, é antes um atentado à soberania dessas outras nações do que uma garantia”.<sup>71</sup> Em outra passagem, Bomfim acusou diretamente os Estados Unidos de adotar uma política imperialista:

*Os sucessos do istmo do Panamá (novembro de 1903) nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política - a política dos fortes, ou*

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, pp. 44-5. Ver também pp. 289-90.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, p. 45, nota 4.



*melhor, a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo...*<sup>72</sup>

Percebemos claramente que, quando escreveu a primeira versão de seu livro, Bomfim foi mais condescendente em relação à política externa dos Estados Unidos para a América Latina, recusando-se a aceitar que houvesse uma intenção premeditada por parte do governo norte-americano de dominar os países latino-americanos. Entretanto, após a atitude dos EUA em relação ao bloqueio da Venezuela e, principalmente, depois das manobras que visavam a construção do canal interoceânico no Panamá, Bomfim não teve mais dúvidas de que havia, sim, objetivos expansionistas dos EUA no continente, principalmente na América Central e Antilhas. Daí as notas incluídas posteriormente em seu livro, que tiveram como objetivo fundamental revelar a motivação imperialista dos norte-americanos.

Para Bomfim, só havia uma maneira de impedir a dominação pelos países mais fortes: rivalizar com eles, “não só em força, mas, principalmente em competência”. Segundo o autor, as economias essencialmente agrícolas eram sinônimo de economias colonizadas. Bomfim apostava no desenvolvimento industrial como a melhor forma de superar a dependência

---

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, pp. 287-8, nota 77. As notas 4 e 77, nas quais Bomfim endossou enfaticamente a posição argentina e condenou a atitude dos EUA diante do caso da Venezuela e em relação ao Panamá, foram escritas posteriormente à redação do livro.

externa.<sup>73</sup> Não podemos esquecer que, no início do século, muitos políticos e intelectuais sustentavam a “natural” vocação agrícola do Brasil.

Contudo, apesar do baixo grau de desenvolvimento, Bomfim acreditava ser “dificílima” a “absorção” da América Latina pelos países mais ricos. Considerava que a resistência era fruto do “próprio caráter”, do “temperamento”, dos “instintos guerreiros” das populações latino-americanas. E seria uma resistência “brutal e horrenda”. Na “guerra formal”, a América Latina perderia, mas resistiria persistentemente nas guerrilhas. Segundo Bomfim, “a organização econômica é tão rudimentar, e a barbaria é tal, e o clima tão favorável, que o viver eternamente em guerrilhas parecerá uma delícia”. Como as populações já estavam “afeitas às lutas cruentas”, às revoltas e insurreições, “principalmente contra o próprio governo”, não fugiriam da luta para resistir ao invasor estrangeiro, antes pelo contrário, seriam “destemidas”, “quase insensíveis à dor”. Além disso, Bomfim acreditava que estes países poderiam unir-se para a defesa comum, já que a invasão de um deles representaria um risco para todos os outros. A união seria facilitada pela relativa “homogeneidade de sentimentos” e pela ausência de “incompatibilidade de raça ou de tradições”.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, p. 289.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, pp. 290-2.

A visão de Bomfim sobre a situação latino-americana é bastante interessante. Ele endossa a idéia da barbárie e do atraso, mas se recusa a aceitar que esta situação seja definitiva. Para ele, superando-se os fatores que determinaram o atraso, o subcontinente teria todas as possibilidades de se desenvolver. Recusa-se a aceitar a existência de obstáculos intransponíveis, ligados às raças formadoras, à mestiçagem ou ao clima, como sustentavam vários intelectuais europeus de projeção.<sup>75</sup> Apesar de, seguindo as vozes dominantes, aceitar a Europa Ocidental e os Estados Unidos como paradigmas do desenvolvimento, Bomfim tinha confiança na “aptidão” dos países latino-americanos para o “progresso”, desde que fossem criadas as possibilidades para tal. Estas condições básicas eram a “educação social”, a difusão da “instrução popular” em larga escala e o “aperfeiçoamento da produção”. Não poderia haver democracia com populações, em sua quase totalidade, analfabetas, nem seria possível conquistar a “liberdade sem instrução”.<sup>76</sup>

Segundo Bomfim, a única opção para a América Latina era “avançar para o progresso”, caso contrário, seria “esmagada”. Mas havia uma “relação direta entre a difusão do ensino, a generalização da instrução e o progresso social e econômico”. Deixou explícito que aqueles que se manifestavam contrários à difusão da instrução popular tinham como objetivo oculto a

---

<sup>75</sup> Analisaremos estas questões no capítulo 6.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, pp. 308, 311 e 341.

manutenção do povo na ignorância, para mais facilmente explorá-lo. Defendia o ensino público e laico, o culto à razão e à ciência. Propunha a realização de uma campanha maciça pela difusão do ensino primário e a criação de universidades populares - mas, como ele fez questão de ressaltar, “verdadeiramente *populares*, e não arremedos de academias, de onde o povo foge, e com razão”.<sup>77</sup> Era necessário suprir “não só as exigências materiais, como as necessidades intelectuais, afetivas e estéticas” da população.<sup>78</sup>

Bomfim rejeitava não apenas os preconceitos, mas também os diagnósticos e “conselhos” dos europeus e norte-americanos. Creditava o atraso latino-americano aos seus “males de origem”: a colonização, a servidão, a escravidão e o arcaísmo religioso. Mesmo após os processos de independência, com a vitória de setores das elites coloniais, foram mantidos privilégios, injustiças e opressões, e as transformações necessárias foram postergadas.<sup>79</sup>

A crença de Bomfim na viabilidade de suas propostas para a difusão da educação pública e laica, voltada para as classes populares, leva-o, como vimos, a acreditar na possibilidade do progresso latino-americano. Quando

---

<sup>77</sup> Bomfim chegou a fundar, em 1904, uma Universidade Popular. Entretanto, este projeto teve existência efêmera. Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. “Um Livro Admirável”. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 30.

<sup>78</sup> BOMFIM, M. *A América Latina*, pp. 321, 343-4, 347-8, 350.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, pp. 321-8.

escreveu *A América Latina*, aos 35 anos, apostava na fraternidade dos povos latino-americanos e na solidariedade entre os países do continente na busca da justiça, da democracia e da melhoria das condições de existência em cada um dos países.<sup>80</sup>

Em seu livro de 1929, *O Brasil na América*, Bomfim ressaltou, porém, as diferenças entre o Brasil e os países hispano-americanos. No prefácio, afirmou que, se em *A América Latina* verificou o que era comum, seu objetivo no novo livro era “destacar” o que poderia “distinguir o Brasil entre os outros neo-ibéricos”, como ele preferia denominar os países latino-americanos. Segundo Bomfim, *O Brasil na América* não trazia nem “modificação de sentimentos, nem novidade de pensamento” em relação à sua obra de 1905. Os conceitos e idéias fundamentais, expostos em *A América Latina* não tinham sido abandonados. Mas existia uma diferença central: no livro anterior havia a crença no futuro da América Latina, havia a aposta na utopia. Em 1925, quando escreveu *O Brasil na América*, o autor revelou sua desilusão com os rumos políticos do Brasil.<sup>81</sup>

Bomfim considerava que os “chamados *latino-americanos*” não pensavam em *América Latina*, pois a “tal unidade” era, na verdade, “irreal”.

---

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, pp. 350-1.

<sup>81</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 27 e *A América Latina*, p. 351.

Apesar dos “processos análogos de colonização”, as diferenças entre o Brasil e os países hispano-americanos eram, para o autor, ainda maiores do que entre Portugal e Espanha. Mesmo entre os hispano-americanos as especificidades nacionais eram muitas. Bomfim concluiu que a expressão América Latina deveria servir apenas “para designação geográfica”.<sup>82</sup>

O historiador sergipano procurou explicar, então, as razões pelas quais seu livro anterior foi intitulado exatamente *A América Latina*, afirmando não ser nenhuma contradição a escolha deste título:

*O motivo principal naquelas páginas era responder aos que, aplicando-nos o epíteto geral - latino-americanos, pretendem que somos, por isso mesmo, povos inferiores, condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril e desinteressante para o resto do mundo. Acusados e vilipendiados nessa rubrica, era indispensável tomá-la, e inscrevê-la nos frontispício da obra dedicada especialmente ao assunto, para demonstrar - que os fatos apontados como índice de irremissível degradação geral, esses mesmos em que se identificam os chamados latino-americanos, são, tão-somente, conseqüências necessárias das condições de formação colonial, lastimáveis, sim, mas perfeitamente elimináveis, já eliminados, em grande parte, no curso da vida independente de algumas nações. Não podia ser outro o título do livro destinado a esse fim [...]. Por ignorância e má vontade, eles criaram e mantêm o conceito que nos confunde, a todos, como se fôramos povos que apenas se diferenciasssem nessas qualidades más, ou negativas, tidas como características dos latino-americanos.*<sup>83</sup>

<sup>82</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*, pp. 31-2. Os grifos são do autor.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, p. 33. Os grifos são do autor.

O texto é claro: o autor rejeita o termo América Latina por julgá-lo uma criação dos europeus que tornou-se sinônimo de atraso e barbárie. Sabemos, de fato, que a expressão América “latina” começou a ser utilizada na França, na década de 30 do século XIX. Em meados do século, um grupo de intelectuais hispano-americanos residentes em Paris adotou a designação. A partir daí, foram vários os autores - latino-americanos, norte-americanos e europeus - que adotaram o termo América Latina. Também não podemos ignorar que o governo francês de Napoleão III estimulou o uso da expressão, utilizando a justificativa de “auxiliar” os países “latinos” do continente americano a impedir o expansionismo anglo-saxão (inglês e norte-americano). O objetivo, evidentemente, era aumentar a influência da França, econômica e culturalmente, sobre a América Latina.

Entretanto, sabemos que, apesar destas “origens européias”, os latino-americanos se apropriaram da expressão América Latina, dando-lhe novos significados. A partir da segunda metade do século XIX, passou a ser necessária a distinção entre a América Anglo-Saxônica e os países ao sul do Rio Grande, como uma forma de contrapor-se ao expansionismo territorial, econômico e cultural dos Estados Unidos no continente.<sup>84</sup> Curiosamente, em

---

<sup>84</sup> Sobre o conceito de América Latina e suas origens, ver: ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *Op. cit.*, pp. 157-71; FERNÁNDEZ MORENO, César. “Introdução”. In: *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. XV-XXIX; ROUQUIÉ, Alain. “Prefácio” e

1925, Bomfim não levou em consideração as construções “latino-americanas” da expressão e recusou o seu uso, alegando ser um termo estigmatizante, criado pelos europeus com o objetivo de, desqualificando-nos, facilitar a dominação.

O objetivo fundamental de Bomfim em *O Brasil na América* era comprovar que o Brasil tinha sido o primeiro país do continente americano a “afirmar-se como nacionalidade”. O autor dedicou-se a caracterizar o período colonial e procurou mostrar as especificidades da formação brasileira. Segundo ele, o século XVII teria sido a “*Idade de Ouro*” da nossa história, um período “glorioso e afirmativo”: o açúcar brasileiro era exportado para toda a Europa; o território foi expandido pela ação das expedições paulistas; os pernambucanos conseguiram vencer os holandeses. Bomfim exaltou este período da história brasileira, como aquele em que o país, apesar de colonizado, começava a impor-se como nação. Segundo ele, no século XVII, o Brasil já estava em processo de consolidação de um forte sentimento nacional. Entretanto, a dependência que Portugal tinha das riquezas de sua maior colônia traduziu-se no aumento cada vez maior da exploração, culminando na transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, “um aluvião que afogou por anos o Brasil brasileiro”. E a “independência em falso” de 1822 foi “uma

---

“Introdução”. In: *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991, pp. 15-36.



afronta ao ideal desta pátria, já tão potente na consciência dos nacionais que tivera a força de fazer mártires - os de *dezessete*, executados pelo próprio bragantismo”.<sup>85</sup> O período monárquico manteve a herança nefasta do passado colonial, representada pelo “parasitismo” português sobre o Brasil.<sup>86</sup> Bomfim, na impossibilidade de buscar as raízes da nação no século XIX, dadas as suas divergências radicais com a monarquia portuguesa - ele rejeitava veementemente a dinastia dos Bragança, foi obrigado a voltar-se aos séculos XVI e XVII.

A maneira que Bomfim encontrou para comprovar a afirmação da nacionalidade brasileira foi através da distinção do Brasil em relação aos demais países do continente. No segundo capítulo de *O Brasil na América*, procurou demonstrar as diferenças entre Portugal e Espanha e, no último, insistiu nas “diferenças entre os neo-ibéricos”.

A insistência de Bomfim recaiu sobre a “homogeneidade” da população brasileira, resultante de um “largo cruzamento”. Já os espanhóis, não souberam, segundo o autor, “assimilar o índio”. A escravidão indígena, no Brasil colonial, teria sido bem mais assimiladora, com grande mestiçagem. Também teria sido “menos feroz”, comparando-se aos vice-reinos espanhóis. Em contrapartida, na América Hispânica, a maior parte dos indígenas

---

<sup>85</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*, p. 372.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, pp. 381-5. Os grifos são do autor.

permaneciam “puros”. Citou o caso peruano, em que os índios da serra permaneceram falando o quíchua e a sociedade, dividida em castas. Fez referências ao argentino José Ingenieros, em relação ao seu “orgulho de branco puro”, criticando o preconceito contra os índios. Suas críticas estenderam-se a Sarmiento, ao seu racismo e “falsa ciência”, e ao fato de que via a América “sem o Brasil”.<sup>87</sup> Bomfim terminou afirmando que os hispânicos consideravam os índios como “raça inferior, nada aproveitável”. Enquanto que, no Brasil, as distinções seriam fundamentalmente econômicas e de poder político. O preconceito, no caso brasileiro, não era racial, segundo o autor sergipano. No Brasil, não havia “grupos destacados como raça”, ao contrário da Argentina, México ou Bolívia, em que os censos contavam “centenas de milhares de - *índios*”. No Brasil, os índios teriam sido absorvidos, desaparecendo em meio à população mesclada.<sup>88</sup>

Bomfim chegou a afirmar que, em muitos aspectos, a colonização brasileira se aproximava mais da norte-americana do que da hispano-americana. Por exemplo, na maior ênfase dada à agricultura do que à mineração. A agricultura seria sinônimo de “estabilidade”, “solidariedade”, “amor à terra”, enquanto que a mineração, ao contrário, significava “depredação sobre a terra, esterilização necessária do chão”, “transitoriedade”,

---

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, pp. 340-8.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, pp. 346-8. Grifo do autor.

“instabilidade”. Observou que, no Brasil das minas, os mesmos problemas eram facilmente verificáveis. Por isto que o século XVIII representava, para Bomfim, um período de decadência em relação ao século anterior.<sup>89</sup>

A questão das guerras civis também foi ressaltada por Bomfim: “E este espírito faccioso, em que se geram e se alimentam revoluções e levantamentos, será uma constante na formação dos neo-espanhóis, para ser o mal maior das futuras nações que neles se instituem”. O Brasil, diversamente, teria tido, já na colônia, a centralização política, através da institucionalização do Governo Geral. Bomfim, como tantos outros autores, contrapõe a América Hispânica localista, fragmentada, federalista, ao Brasil centralista, homogêneo, unido. Contudo, localiza as raízes da estabilidade brasileira no século XVII e não no Segundo Reinado, como a grande maioria dos historiadores.<sup>90</sup>

Apesar de Bomfim ter sido um crítico vigoroso do darwinismo social e dos preconceitos raciais, não conseguiu romper completamente com as concepções predominantes no Brasil sobre a América Hispânica, em geral preconcebidas. Na sua ânsia de realçar as características positivas da formação brasileira, Bomfim acabou por realizar uma análise bastante tendenciosa, que exacerbou características negativas do período formativo da América Hispânica - do início da colonização até meados do século XIX - e, por outro

---

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, pp. 349, 354.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*, pp. 341, 357-60.

lado, enalteceu exageradamente características, por ele consideradas positivas, do período colonial brasileiro. É importante deixar claro que Bomfim era extremamente crítico no que tange ao colonialismo, de um modo geral: seu discurso caracteriza-se pelo anticolonialismo e antiimperialismo. Entretanto, na busca por comprovar a formação precoce de um sentimento nacional no Brasil, comparativamente ao restante do continente - chegou a dizer que:

*A colônia Brasil foi a única a resistir com os seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer pelos seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos.*<sup>91</sup>

E, ainda mais contundente:

*... a nação formadora do Brasil era, havia dois séculos, uma perfeita unidade nacional, com vida íntima bem harmonizada, graças a um patriotismo vivaz, e à perfeita homogeneidade política das populações.*<sup>92</sup>

Quanto aos países hispano-americanos, teriam herdado dos espanhóis os traços de seu caráter particularista e fragmentado, expressos, de forma muito clara, no caudilhismo:

*No castelhano, palpita muito de perto a herança e tradição do árabe: hábitos de ócio, caciquismo de chefe de tribo, domínio ostensivo, inabilidade administrativa, independência dos grupos dentro do Estado.[...] os castelhanos do século XVI transportaram para a América todos esses motivos de turbulência, e formaram sociedades onde os laços nacionais*

<sup>91</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*, p. 35.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 361.

*eram ainda mais frouxos, e a própria turbulência se multiplicava...*<sup>93</sup>

Revelou-se, nesta passagem, uma visão triplamente preconcebida: contra os árabes, espanhóis e hispano-americanos. A instabilidade política e a fragmentação seriam uma herança histórico-cultural perversa, que perseguia continuamente estas sociedades. Bomfim fez uma ressalva, apenas: que, “poucos anos” antes, em razão da “responsabilidade de nação livre, e uma educação política de mais de um século”, alguns países hispano-americanos tinham conseguido “corrigir” os “funestos efeitos dessa formação em facção e turbulência”. Bomfim referiu-se, basicamente, à Argentina e ao Chile, “verdadeiras nações modernas”.<sup>94</sup>

Os hispano-americanos, “mais monárquicos do que nós”, segundo Bomfim, adotaram a forma de governo republicana, enquanto que o Brasil, com vários antecedentes de lutas independentistas e republicanas, foi obrigado a aceitar a monarquia dos Bragança.<sup>95</sup>

As críticas de Bomfim à monarquia brasileira estendeu-se à política externa. O historiador sergipano julgava que as guerras do Brasil no Prata tinham sido “injustas, criminosas”, impostas apenas “pelo capricho do soberano”. E sintetizou:

---

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, p. 384.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, p. 374.

*Toda a história do Brasil, no Sul, é a expressão da política bragantina a embaraçar, turbar, viciar e prejudicar a nova pátria, desviando-a dos seus destinos americanos, cobrindo-a de vergonhas, bloqueando-a, na solidariedade continental, cercando-a de inimigos justificados e, por isso, irredutíveis.*<sup>96</sup>

Toda a política americana do Império tinha sido “nefasta para o Brasil e contraproducente quanto aos fins colimados”. E, tudo isto, sob a justificativa da “necessidade de hegemonia no continente”, impedindo que a Argentina reconstituísse o vice-reino do Prata. Mas a política imperial não conseguiu evitar o progresso do país platino, o mais adiantado e forte na América Latina: “forte da verdadeira força, a que resulta de conquistas definitivas, em saber, em cultura, em organização social e em educação democrática”. Junte-se a esta política equivocada em relação à Argentina, o “aniquilamento” do Paraguai - “longa e triste campanha para o extermínio de um povo” - , configurando os resultados altamente negativos da política exterior brasileira no Segundo Reinado.<sup>97</sup>

Em 1860, o Paraguai era, segundo Bomfim, “próspero, organizado rigidamente, bem disciplinado, fora das agitações do caudilhismo [...], uma potência”. O interesse do Brasil, na realidade, era obter a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai, para poder ter um acesso mais fácil ao Mato Grosso e a todo o centro-oeste do território brasileiro. Bomfim considerava que não

<sup>96</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, p. 263.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, pp. 264-5, 269.

havia “uma só verdade” que comprovasse que “os López eram inimigos do Brasil”, para justificar o “crime hediondo” contra o Paraguai, cometido pelo “imperialismo torvo, de funesta e ridícula hegemonia” da monarquia brasileira e pela “cobardíssima Tríplice Aliança”. O autor sergipano considerava que o Brasil não havia obtido nenhuma vantagem com a Guerra do Paraguai. Esta teria ocorrido única e exclusivamente pela “sinistra estupidez” do bragantismo.<sup>98</sup>

*Na essência dos seus sentimentos, o Brasil nunca molestaria nações platinas, ou qualquer nação da América, ou do mundo. Os efeitos da ação brasileira no sul são manifestações exclusivas da política pessoal dos Braganças.*<sup>99</sup>

As razões ocultas do Império brasileiro seriam, ao fomentar o facciosismo e a fragmentação, tentar comprovar que os países hispano-americanos, por serem repúblicas, eram instáveis, incapazes para alcançar o progresso e pretender impor a hegemonia do Brasil na América do Sul. Afirma ainda que a Guerra do Paraguai “nunca foi popular no Brasil”, não obteve o apoio da população. Se houve heroísmo, foi do lado paraguaio, na resistência tenaz, “que só não foi estúpida porque foi sublime”. Por essas razões que, para Bomfim, “um brasileiro nunca poderá reconhecer legítima bondade em Pedro II. Nunca!”<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, pp. 271-6.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, p. 275.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, pp. 275-9. Grifo do autor.

As análises de Bomfim, formuladas no final dos anos 20, sobre a participação da monarquia brasileira nas guerras no Prata, foram contrárias à tendência dominante na época, que condenava os hispano-americanos e glorificava os militares brasileiros. Especialmente no caso da Guerra do Paraguai, Bomfim antecipou em muito a visão crítica que, décadas mais tarde, passou a vigorar. Ainda que, diferenciando-se da corrente revisionista dos anos 60 e 70, já que não creditava as motivações mais profundas da guerra aos interesses ingleses - interpretação esta que vem, recentemente, sendo fortemente questionada<sup>101</sup> -, Bomfim denunciou a ação extremamente violenta do Brasil na guerra, que reduziu a população do país vizinho de forma drástica, desorganizou completamente sua economia e deixou o Paraguai totalmente destruído. Bomfim também detectou com clareza os interesses do Brasil na livre navegação dos rios e suas pretensões de hegemonia na região. Também criticou severa e ironicamente as interpretações que justificavam a ação brasileira no Prata como defesa da liberdade, contra os ditadores hispano-americanos:

*Só uma boa fé que já fosse estultice, poderia admitir que o Império bragantino-brasileiro fosse combater Rosas, Oribe, ou López por amor à liberdade... O Estado que, com toda desfaçatez, tivera riqueza da condenada escravidão, e protegera, enquanto pudera, o hediondo negreirismo português [...]. O Estado que proíbe a entrada da Cabana de Pai Thomaz; o Estado onde, mesmo depois de aniquilado o Paraguai, foi preciso um*

<sup>101</sup> Ver, a este respeito, os trabalhos de Francisco F. M. Doratioto.



*longo discutir para que se concedesse a minguada e assassina libertação dos nascituros [...]; um tal Estado, apresentar-se como paladino da liberdade, chega a ser irrisão.*<sup>102</sup>

O texto dispensa comentários. Ao contrário de outros intelectuais, que condenaram a escravidão preservando a instituição monárquica - como é o caso conhecido de Joaquim Nabuco, Bomfim não retirou as responsabilidades do Estado monárquico, e de D. Pedro II, pela manutenção do regime escravista durante praticamente todo o período imperial.

Quanto à Guerra do Paraguai, sua atribuição ao “imperial capricho” como principal responsável pelo sangrento conflito deve ser compreendida na sua ânsia de desqualificar totalmente o período monárquico brasileiro e de contrariar o discurso dominante, que preserva a figura de D. Pedro II, ainda hoje, praticamente imune às críticas.

Em *O Brasil Nação* - o último livro da trilogia sobre a formação histórica do Brasil, escrito no final de sua vida - Manoel Bomfim já não acreditava que a transformação radical das sociedades latino-americanas seria consequência de amplos projetos de educação da população, diversamente do período em que escreveu *A América Latina*, quando julgava que a instrução popular pudesse coibir as desigualdades sociais. Bomfim continuava, evidentemente, apostando na importância da educação, mas, devido à

---

<sup>102</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, pp. 274-5.

percepção de que as elites latino-americanas, detentoras do poder político, não investiriam num projeto maciço de instrução, passou a defender que o único meio de acabar com a exploração era através da revolução popular:

*A esperar que uma educação inicial nos leve à indispensável renovação, esperaremos eternidades, numa expectativa que será necessariamente agravação de misérias. No Império, protelava-se a democracia porque não tínhamos povo educado para o regime... e setenta anos de realeza não o preparou. Na República, elimina-se igualmente a democracia e condena-se a liberdade, também na alegação do imprevisto do povo para a política de liberdade e de opinião... E nos trinta e sete anos de República, mais nos afastamos da indispensável cultura das massas. Esperar ainda, seria arriscar todo o futuro desta pátria...*<sup>103</sup>

Cada vez mais influenciado pelas idéias socialistas<sup>104</sup>, Bomfim defende a “verdadeira” revolução social, criticando os regimes liberal-democráticos:

*... a democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital. Senhora dele, uma minoria pôde subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas [...]. É esta uma situação que só se pode resolver revolucionariamente.*<sup>105</sup>

A aposta na revolução não significava, para Bomfim, a adoção do modelo soviético pois, segundo ele, não tínhamos as condições necessárias para “contar com a imediata solução comunista”. Nossa opção deveria ser

<sup>103</sup> BOMFIM, M. “Por fim” (escrito em março de 1928). In: *O Brasil Nação*, p. 562. Grifos do autor.

<sup>104</sup> Bomfim cita, em suas obras, Marx, Engels, Blanqui, entre outros autores.

<sup>105</sup> BOMFIM, M. “Por fim”. In: *O Brasil Nação*, pp. 566-7.

condizente com a realidade brasileira, caracterizada por ter um proletariado que “mal se define como classe”, e um “povo sem consciência dos seus direitos, inculto”. Mas a revolução não poderia esperar, teria que brevemente salvar a consciência nacional, pois, “mais de uma vez, em nações poderosas, o Estado esteve descaradamente prisioneiro do capital”. Quanto ao Brasil, Bomfim avaliava que avançava sobre nós, e já nos constringia “órgãos importantes, o polvo-capital”.<sup>106</sup>

Curiosamente, Bomfim - que no último capítulo de seu *O Brasil na América* realçou, de todas as maneiras, as diferenças entre o Brasil e os “neocastelhanos”, com o claro objetivo de reafirmar a nacionalidade brasileira - foi buscar na experiência mexicana respostas para suas inquietações. Na impossibilidade, dadas as divergências conjunturais e histórico-culturais, de seguir o modelo russo, Bomfim inspirou-se na Revolução Mexicana de 1910:

*Por tudo isto, se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil - a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproximam-nos tanto... / [...] apurando se possíveis as formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimanar diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de*

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*, pp. 570-1.

*ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população com a plena consciência dos fins diretos, quanto possível; terra para os que desejam trabalhá-la... Isto, que é absolutamente indispensável, ali se vem realizando desde o modesto zapatismo. Isto, poderíamos tentá-lo... desde que haja a trama renovadora e renovada em que as eras se desenham para refazerem-se. Essa trama, expressão cinemática bem própria, seria a nova classe realizadora.<sup>107</sup>*

Optamos por citar longamente esta passagem pelas suas interessantes revelações. Ainda que considerasse o Brasil um país com especificidades bastante acentuadas, resultantes de seu período formativo, o exemplo mexicano pareceu-lhe muito mais próximo e familiar do que o russo. Reconhece e elogia várias iniciativas resultantes do processo revolucionário mexicano: a derrota do poder da velha oligarquia representada pela ditadura de Porfirio Díaz; a difusão maciça do ensino público, principalmente a partir da gestão de José Vasconcelos como ministro da Educação; o estímulo ao fortalecimento da identidade nacional, com a valorização da cultura popular e de suas raízes pré-hispânicas; a legislação trabalhista e social; a reforma agrária. Não há dúvida de que Bomfim acompanhava atentamente o processo político no México a partir da Revolução de 1910 e, principalmente, as profundas transformações pelas quais o país vinha passando.

---

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, pp. 572-3.

Importante observar, também, a recusa de Bomfim ao modelo fascista - que vinha atraindo tantos intelectuais latino-americanos a partir do início dos anos 20 - e, por outro lado, a rejeição às imposições da III Internacional. Ao mesmo tempo, percebemos que Bomfim não idealizava a Revolução Mexicana, considerava que era a “revolução possível”, dentro das condições concretas do México do início deste século.

Nos últimos parágrafos da conclusão de *O Brasil Nação*, Bomfim retomou a crença num futuro menos desigual e injusto para o Brasil. Recomendou o ensino público para todas as crianças; um sistema educativo que estimulasse o sentimento nacional, mas preservando a solidariedade e cordialidade com os estrangeiros; o incentivo à produção científica; e “o Estado, apenas, para impedir a injustiça e assegurar a defesa social contra o mal evitável...”. Suas utopias não se restringiam ao território brasileiro, mas abrangiam toda a América Latina. Nesse sentido, explicitou o desejo por

*... um efetivo e cordial movimento de aproximação de todos os povos ibéricos do continente [...], que foi o glorioso programa de Bolívar; toda a América irmanada - sonho-utopia para o resto do mundo, possibilidade banal para este Novo Mundo, sem perspectiva de guerras...*<sup>108</sup>

Em agosto de 1931, Bomfim escreveu um posfácio para *O Brasil Nação*, com o objetivo principal de negar que a *revolução* de 1930 fosse

---

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, p. 578.

aquela pregada por ele em 1928. O movimento de 1930 significava, para ele, mais uma “politiquice tradicional”, uma falsa revolução: “a agitação, por mais vasta e profunda que tenha sido, limitou-se, de modo absoluto, ao mundo político dos governantes tradicionais”.<sup>109</sup>

Bomfim também percebeu com clareza a influência perigosa do fascismo nos meios militares, políticos e intelectuais brasileiros. Ironicamente, afirmou:

*... Mussolini é um grande ator, em pleno tablado, a irradiar tentações por todos os lados, maravilhosamente talhado para ideal dessa mentalidade agaloada, certa de que ao Brasil só tem faltado a puerilidade de um ditador a esfarelar-se em despotismos, sobre esta população de ignorantes e inúteis. E cada galão é bem um símbolo de fascismo, num bom fascismo crioulo, para outras tantas legiões, encamisadas ou não.*<sup>110</sup>

Suas críticas ao movimento de 1930 e suas convicções socialistas ficaram ainda mais evidentes nesta passagem:

*Convençamo-nos que a fórmula - colaboração das classes é, apenas, o engodo com que o trabalhador continua a ser mantido na extrema situação de dependência econômica, pois que não pode haver sincera e real colaboração entre partes de atuação e valor tão diferentes.*<sup>111</sup>

Bomfim construiu um contra-discurso, em que condenou as elites governantes; a desigualdade social; a exploração do trabalho; o racismo; a falta

<sup>109</sup> Idem. “Posfácio”. In: *O Brasil Nação*, pp. 581, 583.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, p. 582. Grifo do autor.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, p. 589. Grifo do autor.

de investimentos em políticas voltadas à educação popular, à saúde pública, ao saneamento, à habitação; o militarismo e os gastos excessivos para sustentar as Forças Armadas. Foi uma voz vigorosa nas primeiras décadas deste século contra os privilégios das minorias e a miséria de milhões de brasileiros e hispano-americanos. Manteve certas interpretações preconcebidas e generalizantes em relação às repúblicas hispano-americanas, fundamentalmente no que se refere à questão da unidade e identidade nacionais (que, segundo ele, seriam muito mais frágeis nos países hispano-americanos do que no Brasil). Entretanto, defendeu a solidariedade entre os países latino-americanos e a união de esforços para combater o domínio e a dependência em relação aos poderosos países capitalistas. Acreditou na revolução popular e teve no México uma forte inspiração, a despeito das limitações do processo revolucionário mexicano (era, como já afirmamos, a “revolução possível”). Manoel Bomfim foi uma voz vibrante, apaixonada, sem perder a racionalidade. Teve, a seu tempo, poucos seguidores em meio à intelectualidade brasileira, muito elitizada. Mas deixou sua marca inconfundível.

## CAPÍTULO 4

### Os defensores do pan-americanismo

Neste capítulo, discutimos as interpretações de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando e Sílvio Romero<sup>1</sup> sobre o tema do pan-americanismo. Mantendo os mesmos critérios do capítulo anterior, não restringimos nossa análise a esse assunto. Diferentes questões, relacionadas à temática central de nosso trabalho, são abordadas. A defesa do pan-americanismo é o ponto de união entre estes intelectuais. Contudo, as suas análises revelam-se bastante diversas quando se detém sobre outras questões.

Entre os propagandistas do pan-americanismo, um dos mais importantes e conhecidos, sem sombra de dúvida, foi Joaquim Nabuco.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um dos intelectuais mais polêmicos de sua geração. Defensor intransigente da abolição sob a monarquia, monarquista fervoroso quando os republicanos chegaram ao poder e, na última fase de sua carreira política, um entusiasta do pan-

---

<sup>1</sup> No caso específico de Sílvio Romero, apenas analisamos brevemente suas posições sobre os riscos da expansão da cultura germânica no Brasil - em razão da intensa imigração de alemães e sua concentração no sul do país - e, em contrapartida, o papel dos Estados Unidos na defesa da América Latina contra possíveis tentativas de invasão por parte de países europeus, particularmente a Alemanha.



americanismo e da “natural” ascendência dos Estados Unidos no continente americano. Em 1899, depois de uma década de resistência monarquista, foi nomeado chefe da missão diplomática para defender os interesses brasileiros na questão territorial com a Guiana Inglesa. A partir daí, começou o processo de aceitação do regime republicano, que se completou em 1905, quando Nabuco tomou posse como primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos, durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, iniciando-se então sua propaganda pan-americanista. Nabuco faleceu em Washington, aos 60 anos, tendo vivido em um período de grandes transformações na vida brasileira.<sup>2</sup>

Focalizaremos inicialmente uma obra de Joaquim Nabuco, publicada em 1895, em que o autor analisou o governo de José Manuel Balmaceda, presidente do Chile entre 1886 e 1891.

Quando escreveu seu ensaio sobre Balmaceda, Nabuco vivia um momento de afastamento da vida pública, decepcionado com os rumos que o regime republicano vinha tomando e ainda esperançoso em relação ao retorno da monarquia. No mesmo ano, inclusive, publicou um panfleto intitulado

---

<sup>2</sup> Sobre Nabuco e sua trajetória política, ver: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; e GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989.

*O Dever dos Monarquistas*.<sup>3</sup> A análise sobre o governo de Balmaceda esteve, dessa forma, marcada pelo momento político de Nabuco, pela sua convicção monarquista e civilista (anti-militarista).

O programa de governo de Balmaceda caracterizou-se por um intervencionismo estatal que visava promover o desenvolvimento da mineração, da agricultura e da indústria nacionais. Balmaceda propunha “a reestruturação da administração e do sistema fiscal, o equilíbrio orçamentário, a realização de grandes obras públicas, o desenvolvimento dos transportes e da educação, a satisfação do consumo interno com a produção doméstica, a melhoria da situação dos trabalhadores”, a limitação da entrada de capitais estrangeiros.<sup>4</sup> Para efetivar seu projeto de estímulo à indústria nacional, Balmaceda buscou implementar uma política protecionista e, ao mesmo tempo, investiu em infra-estrutura (construção de ferrovias, pontes, portos) e educação (escolas básicas e técnicas). Seu governo sofreu acirrada oposição das oligarquias chilenas - proprietários de terras, grupos comerciais e financeiros -, de setores da intelectualidade e dos interesses britânicos. Para contrapor seus opositores, o presidente apelou para o fortalecimento do Executivo.

---

<sup>3</sup> NABUCO, Joaquim. *O Dever dos Monarquistas*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

<sup>4</sup> KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974, pp. 210-1.

Em janeiro de 1891, Balmaceda decidiu não convocar o Congresso até as eleições de março. Setores parlamentares de oposição uniram-se à Marinha para combater o governo. A insurreição teve como consequência a queda do presidente, em agosto. Balmaceda refugiou-se na embaixada argentina e acabou por suicidar-se em 19 de setembro de 1891, dia seguinte à data em que havia expirado seu mandato constitucional.

Este período da história chilena - que simplesmente esboçamos - foi alvo do interesse de Nabuco. Ele confessou ser um admirador do Chile e o comparou ao Brasil, países que se destacariam na América Latina pela “ordem, governo parlamentar, liberdade civil, pureza administrativa, seriedade, decoro e dignidade oficial”. Os dois países seriam “saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensangüentadas”<sup>5</sup>, ou seja, a monarquia brasileira e a república chilena seriam exemplos de ordem e estabilidade, contrastando com os demais países da América Latina, marcados pelas turbulências políticas e pelas guerras civis. Brasil e Chile, entretanto, tiveram que superar crises que colocaram em risco, segundo a visão de Nabuco, suas tradições políticas. No primeiro, durante o período de consolidação do regime republicano, com o domínio dos militares no comando da vida pública entre 1889 e 1894. No segundo, durante o governo de Balmaceda.

---

<sup>5</sup> NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937 (1ª. ed. de 1895), p. 3.

O interesse de Nabuco pelo Chile teve origem, evidentemente, no momento por que passava o Brasil em 1895 (quando a obra foi publicada, originalmente, no *Jornal do Comércio* do Recife). O autor procurou refletir sobre Balmaceda com o objetivo de obter subsídios para tecer críticas ao regime republicano brasileiro e, mais especificamente, ao período militar de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e ao chamado “movimento jacobino”, que exerceu séria resistência ao governo do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes (1894-1898).

Para Nabuco, Balmaceda representava a ascensão, na política chilena, do personalismo, da ditadura, do autoritarismo. Ao combater as oposições no Parlamento, Balmaceda estaria indo contra a tradição parlamentarista chilena. Assim se expressou Nabuco: “sob pretexto de fundar a descentralização [...], Balmaceda propunha praticamente a onipotência do Poder Executivo e a degradação do Congresso”.<sup>6</sup>

Nabuco fez a defesa do Parlamento (legítimo representante do Chile, segundo ele) e criticou fortemente o positivismo. Foi um adepto do regime parlamentarista. Para ele, a república presidencialista só era adequada à realidade norte-americana, com sólida opinião pública e sistema partidário forte.

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 41.

As críticas a Balmaceda foram crescendo ao longo do texto de Nabuco. O autor chegou a afirmar que o presidente chileno teria se transformado no “caráter imperioso em quem o mando absoluto embotara todas as outras faculdades”, acrescentando que Balmaceda havia se convertido em “um autômato moral”.<sup>7</sup>

Nabuco via apenas dois lados: de um, Balmaceda e, de outro, “o Chile”, este último representado pelo Congresso. Ou seja, um presidente autoritário que, dominando o Executivo, colocava-se contra a “nação”, representada pelo Congresso (que, na realidade, era dominado pelas oligarquias chilenas).

Nas conclusões de sua obra, Nabuco fez algumas considerações sobre a América Latina. Afirmou que a escolha pelo Chile foi proposital, pois os defensores da república no Brasil apontavam este país como um exemplo da viabilidade do regime republicano no continente. O Chile, segundo Nabuco, era exceção, assim como os Estados Unidos. Nesse sentido, o autor se utilizou do exemplo da organização política que levou à derrubada do presidente Balmaceda como uma prova de que a sociedade chilena tinha capacidade de conter os abusos do poder.

No caso brasileiro, afirmou que a liberdade foi mantida na monarquia apenas porque neste regime “o poder se continha a si mesmo”. E continuou:

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 67.

*... isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o governo pela força moral somente.*<sup>8</sup>

Nabuco acreditava que o poder militar, arbitrário, despótico, poderia tomar conta do Brasil, pela “completa falta de resistência”.

O Chile, ao contrário do Brasil, teria capacidade para a república, demonstrada pela resistência ao governo ditatorial de Balmaceda. E essa tradição de estabilidade teria sido reforçada, ainda mais, pela organização contra aquele governo.<sup>9</sup>

O interesse pela América Latina, segundo Nabuco, aumentou depois do 15 de novembro, pois o Brasil estava inserido dentro de um mesmo “sistema político mais vasto”.<sup>10</sup> No início de seu trabalho, justificou seu interesse pelo Chile e afirmou que a cada dia tornava-se mais importante para os brasileiros “conhecer o estado político da América do Sul”.<sup>11</sup>

É forçoso observar que o interesse de Nabuco pelo governo e pelo processo de deposição do presidente Balmaceda, no Chile, procedeu de uma

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 180.

<sup>9</sup> Euclides da Cunha, em crônica publicada em *O Estado de São Paulo*, no dia 3 de julho de 1892, ao tratar da questão dos exilados políticos brasileiros, também fez referências à situação do Chile pós-Balmaceda. Disse que, apesar da crise ter sido mais grave no país andino, o Chile a estava superando. Elogiou os chilenos, pois, ainda que divididos politicamente, buscavam resolver os problemas do presente.

<sup>10</sup> NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*, p. 182.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.

preocupação com os rumos da política brasileira, com a luta política efetivada no Brasil. A visão sobre a América Hispânica partiu de uma concepção brasileira, que se formou a partir da realidade nacional. Toda a argumentação de Nabuco foi no sentido de contrapor o militarismo político, o florianismo, o “jacobinismo” e defender a tradição monárquica e parlamentar no Brasil.

Ao final da primeira década republicana, esvaziado o “jacobinismo” florianista e vencidas as resistências mais fortes ao novo regime, Nabuco viu sua crença em um possível retorno da monarquia se esfacelar. Em 1904, fez a seguinte avaliação de sua fase monarquista pós 1889:

*... abandonei-me por bastante tempo à doçura daquele sentimento, mas depois compreendi que, sem fé ou esperança na volta da monarquia, esse não era o meu dever para com o país, mas sim a minha desnaturalização do novo Brasil.*<sup>12</sup>

E confessou:

*... quero viver até o fim monarquista, mas quero morrer reconciliado com os novos destinos do meu país.*<sup>13</sup>

A estabilidade que o novo regime foi conquistando seduziu o monarquista. Nabuco começou a convencer-se de que, tal qual a chilena, a república brasileira poderia vencer os obstáculos e garantir a ordem e o desenvolvimento.

<sup>12</sup> NABUCO, Joaquim. *Carta a Hilário de Gouvêa*, outubro de 1904, *apud* NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 192.

<sup>13</sup> *Diário de Joaquim Nabuco*, 1899, *apud* NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 192.

A conciliação com a república efetivou-se com a volta de Nabuco à diplomacia. Esta última fase de sua carreira política teve como centro norteador a defesa da política pan-americanista. Se os Estados Unidos constituíam o exemplo mais bem acabado de república presidencialista, nada mais natural, para o diplomata brasileiro, do que a liderança norte-americana em um continente republicano e presidencialista.<sup>14</sup> Também não podemos esquecer que, sem a adesão ao regime republicano, seria praticamente inviável a defesa do pan-americanismo.

A adesão incondicional de Nabuco ao monroísmo acabou por provocar divergências entre o embaixador em Washington e Rio Branco. Nabuco tomou a defesa da preponderância norte-americana no continente como causa principal do final de sua vida, e não aceitou nunca a caracterização dos Estados Unidos como um país imperialista, a despeito daqueles que discordavam frontalmente de sua posição. Entre junho e outubro de 1906, Nabuco voltou ao Brasil com o objetivo de presidir a III Conferência Pan-Americana. Nessa ocasião, assumiu publicamente sua fidelidade ao regime republicano e à política de aproximação com os Estados Unidos, para desgosto dos monarquistas renitentes.

---

<sup>14</sup> Sobre a adesão de Nabuco ao pan-americanismo, ver o volume X das suas *Obras Completas: Pensamentos Soltos. Camões e Assuntos Americanos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPE), 1949.



A questão do pan-americanismo foi o ponto central das divergências entre Nabuco e Oliveira Lima. As concepções destes dois intelectuais e diplomatas são reveladoras dos debates políticos e ideológicos das classes dominantes brasileiras da virada do século XIX para o XX. Contemporâneos, ambos membros de famílias tradicionais, ligadas à produção açucareira em Pernambuco, foram aliados no saudosismo monarquista pós 1889 e na campanha contra os governos militares do início da república. Ambos viram nas repúblicas hispano-americanas exemplos de anarquia política provocada pelo militarismo dos caudilhos. Mas divergiram em pontos centrais da discussão política do período. Enquanto Nabuco foi um dos principais porta-vozes do abolicionismo, Oliveira Lima criticou a forma “abrupta” pela qual a escravidão foi extinta, reforçando o coro dos produtores de açúcar nordestinos. Também se opuseram radicalmente no que diz respeito ao pan-americanismo e às relações do Brasil, e da América Latina como um todo, com os Estados Unidos. Nabuco, um pregador incansável das vantagens da doutrina Monroe, e Oliveira Lima, um crítico implacável da mesma doutrina. As interpretações dos dois diplomatas e intelectuais pernambucanos sobre a América Hispânica e suas relações com o Brasil também se situam dentro deste contexto. Criticaram o “caos político e social” das repúblicas hispano-americanas, mas reconheceram a necessidade de uma maior aproximação do Brasil republicano

com os países vizinhos. E procuraram refletir sobre as experiências dos demais países latino-americanos. Mas não há dúvida de que esta reflexão tinha como alvo os confrontos nos quais os políticos e intelectuais brasileiros estavam diretamente envolvidos, num momento de profundas transformações na vida nacional.

Euclides da Cunha (1866-1909) também emitiu julgamentos sobre a América Latina, em obras como *Contrastes e Confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (em que abordou a disputa de territórios entre os dois países, 1907), *À Margem da História* (1909), algumas crônicas, além da vasta correspondência.<sup>15</sup>

Suas interpretações foram, em grande medida, influenciadas por suas experiências nas expedições de reconhecimento das fronteiras amazônicas, em que trabalhou como engenheiro enviado pelo Ministério das Relações Exteriores, na gestão de Rio Branco. Os impasses diplomáticos e a preocupação em relação a uma guerra com o Peru, que lhe parecia iminente, levaram Euclides a uma visão bastante pessimista quanto às relações do Brasil com os países vizinhos e em relação ao próprio futuro dos países latino-

---

<sup>15</sup> CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, 2 vols; *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (orgs.). São Paulo: Edusp, 1997.

americanos. Em seus textos, o autor de *Os Sertões* reforçou a imagem da América Hispânica envolta na anarquia e na turbulência das guerras civis: “A República tirou-nos do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade sul-americana.”<sup>16</sup>

A expressão preocupada de Euclides da Cunha, que abre o artigo intitulado “Solidariedade Sul-Americana”, demonstra a apreensão vigente no início do século com os rumos e com a imagem do Brasil. Havia o risco, segundo Euclides, de que o país passasse a ser visto, com a instauração do regime republicano, como mais um membro de um bloco de países imersos no desgoverno, na anarquia, nas guerras civis. Euclides da Cunha - assim como outros tantos intelectuais brasileiros da época - considerava, apesar de suas convicções republicanas, que o regime monárquico sob D. Pedro II representou a garantia da ordem no Brasil, em contraste com os países fronteiriços:

*Na atividade revolucionária e dispersiva da política sul-americana, apisoada e revolta pelas gauchadas dos caudilhos, a nossa placidez, a nossa quietude, digamos de uma vez, o nosso marasmo, delatavam ao olhar inexperto do estrangeiro o progresso dos que ficam parados quando outros velozmente recuam.*

E concluiu mais adiante:

*Se essa solidariedade sul-americana é um bellissimo ideal absolutamente irrealizável, com o efeito único de nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente*

<sup>16</sup> Idem. “Solidariedade Sul-Americana”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 190-3.

*perdidos, [...] deixemo-la. Sigamos - no nosso antigo e esplêndido isolamento - para o futuro ...*<sup>17</sup>

Neste texto, Euclides procurou justificar um possível conflito armado com o Peru, motivado pelas disputas territoriais. Considerou que poderia ser, inclusive, uma “guerra reconstrutora” e que, caso não pudesse ser evitada com esforços diplomáticos, a guerra deveria ser levada adiante “para a defesa da Amazônia”, onde, como Euclides fez questão de ressaltar, “a visão profética de Humboldt nos revelou o mais amplo cenário de toda a civilização da terra”.<sup>18</sup>

Em razão das suas atividades profissionais na fronteira, o Peru foi um dos países hispano-americanos que mais recebeu a atenção de Euclides, em vários de seus textos. A presença de peruanos na região do Alto Juruá - que penetravam em território brasileiro para explorar o látex das seringueiras e dos cauchos - exacerbava as divergências entre Brasil e Peru. Para Euclides, entretanto, as incursões de peruanos no norte do Brasil eram reflexo de “um expressivo movimento histórico, desencadeado com uma finalidade irresistível”: a ocupação da Amazônia. A população peruana, apertada entre um litoral “estéril” e a cordilheira dos Andes, precisava, segundo Euclides, ocupar o Oriente, a “porção mais vasta e mais exuberante do país”. Daí que, para ele, o conflito entre Brasil e Peru era “inevitável” e “iminente”, pois estava

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, pp. 190 e 193.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, pp. 192-3.

em jogo a sobrevivência da nacionalidade peruana, ameaçada pelo excesso de estrangeiros - “do alemão industrioso ao *coolí* quase escravo” - e pela ausência de povo, pois o peruano era, “ainda mais do que nós, uma ficção etnográfica”.<sup>19</sup>

O país vizinho necessitava, segundo Euclides, de “um desdobramento heróico para o futuro, uma entrada atrevida na Amazônia, uma *rush* salvadora às cabeceiras do Purus, visando do mesmo passo uma saída para o Atlântico e um cenário mais e mais fecundo às atividades”. Este “dilema” vivido pelos peruanos - a ocupação da Amazônia ou a “extinção completa da nacionalidade” - era, para Euclides, indício de uma guerra inevitável entre peruanos e brasileiros.<sup>20</sup>

Entretanto, Euclides sustentou - em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 22 de maio de 1904 - que o envio de sucessivos batalhões para o Alto Purus era “um erro”, pois acabaria por dificultar as negociações diplomáticas entre Brasil e Peru. Além disso, acreditava que nas regiões do Alto Purus e do Alto Juruá a guerra tradicional estava condenada ao fracasso.

---

<sup>19</sup> Idem. “Contrastes e confrontos” e “Conflito inevitável”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 175-82.

<sup>20</sup> Idem. “Conflito inevitável”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. I, pp. 179-82.

Ali, a guerrilha tomaria o lugar da guerra e somente os “jagunços” poderiam suplantar os caucheiros peruanos, “solertes e escapantes”.<sup>21</sup>

Os caucheiros - em geral de origem peruana - eram, para Euclides, um retrato da exploração sem critérios, destruidora da natureza e da vida aborígene. Nômades, desbravavam a floresta em busca dos cauchos, matando ou escravizando índios, devastando o ambiente, para em seguida abandonar as áreas já arrasadas. Os “barões” do caucho, geralmente de Lima ou Arequipa, exploravam os *peones* - peruanos ou brasileiros, índios ou mestiços - sem quaisquer limites, numa região sem leis, dominada pela impunidade, pela violência e pela trivialidade da morte. Euclides sintetizou sua visão sobre os exploradores do caucho na fronteira brasileiro-peruana: eram “construtores de ruínas”.<sup>22</sup>

Sua visão sobre a história peruana era um misto de críticas negativas e admiração. Para Euclides, o Peru havia tido “duas histórias fundamentalmente distintas”: uma caracterizada pelo militarismo e pela violência política - os golpes, as sedições, as lutas entre os caudilhos -; a outra, “mais comovente”, “grave”, plena de tradições - as heranças da cultura incaica e as glórias das

<sup>21</sup> Idem. “Contra os caucheiros”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 182-85. Evidentemente, Euclides recuperava as lições das derrotas das primeiras expedições enviadas contra os conselheiristas de Canudos.

<sup>22</sup> Idem. “Os Caucheros”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, pp. 282-92. Ver também “Brasileiros”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, pp. 297-308.

lutas de independência. Nesta história profunda do Peru insere-se *el problema del Oriente*. Euclides acentuou o contraste entre o “ocidente obscurecido”, entorpecido pelos golpes e sublevações, e o “levante resplandecente”, onde poderiam renascer as esperanças para o futuro do país vizinho. O escritor brasileiro descreveu várias tentativas dos peruanos, em geral mal sucedidas, para ocupar a Amazônia peruana, ao mesmo tempo em que relatou as disputas entre brasileiros e peruanos pela exploração do caucho na região fronteiriça.<sup>23</sup>

Quanto à questão do caudilhismo, Euclides também reforçou a imagem freqüente entre os brasileiros: os caudilhos constituíam “... esta interessantíssima frândula de heróicos degenerados que invadem desabaladamente a história, fugindo da polícia correcional ...”. E continuou: “... em todos [...], os mesmos traços característicos: a combatividade irrequieta, a bravura astuciosa e a ferocidade não raro sulcada de inexplicáveis lances generosos”. José Artigas, por exemplo, era “o motim feito homem, o primeiro molde dos caudilhos”.<sup>24</sup> Ao concluir seu texto, avaliando as campanhas brasileiras na fronteira sul do país, Euclides deixou transparecer o mesmo tom preconceituoso de outros analistas brasileiros da época. Segundo ele, “aos

---

<sup>23</sup> “ ‘Brasileiros’ ”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, pp. 297-308. Ver também “Contrastes e confrontos”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 175-78.

<sup>24</sup> Idem. “Heróis e bandidos”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 125-26.

nossos melhores generais coube sempre o arriscadíssimo papel de uns tenazes e brilhantes caçadores de caudilhos e de tiranos irrequietos”. Como já está explicitado no título de seu artigo, os caudilhos hispano-americanos eram, apesar de “heróis”, “bandidos”.<sup>25</sup>

No que diz respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos, Euclides também expressou suas posições. Fez sérias críticas à Constituição brasileira de 1891, considerada uma cópia da Constituição norte-americana, “violando [...] as nossas tradições e a nossa índole”.<sup>26</sup> Ao resenhar o livro *Ideal Americano*, de Theodore Roosevelt, Euclides fez vigorosos elogios ao presidente norte-americano: surpreendentemente, o “homem tão representativo do absorvente utilitarismo e do triunfo industrial da América do Norte” era “um idealista, um sonhador, um poeta incomparável de virtudes heróicas”, um defensor das “belíssimas tradições de honra” da história política estadunidense, “o grande professor da energia, o maior filósofo prático do século, o ríspido evangelista da vida intensa e proveitosa”.<sup>27</sup> Apesar de julgar o estilo rooseveltiano “mediocre”, considerou que a leitura de seu livro pelos brasileiros era “imperiosa e urgente”. As críticas de Roosevelt ao localismo e ao federalismo exacerbados, sua defesa de um forte sentimento nacional e as

---

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 128.

<sup>26</sup> Idem. “O Ideal Americano”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, p. 193.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 194; e “Temores vão”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, p. 197.



restrições ao cosmopolitismo - que, para Euclides, era uma “espécie de *regímen* colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo” - deveriam, para o escritor brasileiro, serem atentamente observadas em nosso país. Segundo Euclides, estas considerações de Roosevelt eram muito mais apropriadas ao Brasil do que aos Estados Unidos, pois “o americano do norte é um absorvente e um dominador de civilizações [...]; americaniza-as”. E, assim, concluiu: “o *Ideal Americano* não é um livro para os Estados Unidos, é um livro para o Brasil”.

Euclides, apesar de valorizar a defesa da nacionalidade e das tradições e valores brasileiros, incorporava na sua análise das relações internacionais as influências do evolucionismo. Para ele, o domínio das nações mais fracas pelas mais fortes era inevitável, “um fenômeno natural”, “o darwinismo rudemente aplicado à vida das nações”. Sendo assim, lutar contra o predomínio político e econômico das nacionalidades mais “competentes” era um empenho inútil, ainda que, paradoxalmente, as nações mais “frágeis”, como o Brasil, deveriam manter e valorizar suas tradições, sob o risco de verem-se irremediavelmente dominadas.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Idem. “O Ideal Americano”, pp. 193-96.

Em artigo intitulado “Temores vãos”, Euclides argumentou contrariamente às preocupações em relação ao “perigo *yankee*” e ao “perigo alemão”. Para o autor brasileiro - como o próprio título de seu texto explicita -, as preocupações expressas por vários autores quanto ao risco de um domínio do Brasil pelos norte-americanos ou pelos alemães (através da forte presença dos imigrantes desta origem no sul do país) eram desnecessárias. Este texto mostra muito bem a visão positiva que Euclides possuía dos Estados Unidos. Para ele, “o imperialismo nos últimos tempos dominante na política norte-americana não significa o fato material de uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas”. Ou seja, Euclides endossou a interpretação - vigente, com força, nos Estados Unidos e entre os defensores do pan-americanismo - de que o imperialismo norte-americano (como vimos, ele utilizava este termo) não era equivalente ao imperialismo europeu da mesma época. Os Estados Unidos não seriam verdadeiramente imperialistas, já que não tinham ocupado militarmente e nem dominado vastos territórios em outras partes do mundo - como haviam feito vários países europeus na Ásia e na África. Euclides percebeu que o domínio norte-americano era essencialmente econômico, antes que territorial (mesmo levando-se em conta a guerra contra o México - e a incorporação de quase metade do território mexicano ao domínio dos EUA - e os resultados da Guerra

Hispano-Americana, com a transformação das Filipinas, de Guam e de Porto Rico em colônias norte-americanas). Para Euclides, a hegemonia continental dos Estados Unidos era inevitável, fruto do “triunfo das atividades” e de seu inquestionável poderio industrial. O ideário liberal de Euclides e sua admiração pelos Estados Unidos, seu regime republicano e suas tradições políticas ficam explícitos em seus textos. A expansão norte-americana era, para o escritor brasileiro, “naturalíssima”, em um país

*... onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial, sempre emperrada ou tardia, permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, por um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência.<sup>29</sup>*

Euclides reforçou ainda mais seus elogios aos Estados Unidos. Segundo ele, o expansionismo norte-americano levava consigo, além do vigor de sua indústria, em busca de mercados, e o desafogo de seus capitais, “as mais belas conquistas morais do nosso tempo, em que a inviolabilidade dos direitos se ajusta cada vez mais ao respeito crescente da liberdade humana”. Sendo assim, julgava injustificáveis os temores em relação ao expansionismo dos Estados Unidos no continente pois, como deixou claro em seu texto, “não é o bárbaro

---

<sup>29</sup> Idem. “Temores vãos”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 196-9.

que nos ameaça, é a civilização que nos apavora. Esta última consideração é expressiva. Mostra que os receios são vãos.”<sup>30</sup>

Para Euclides, o perigo *yankee* e o perigo germânico não existiam. O perigo “real e único” era brasileiro: a aposta nos arranjos políticos e uma legislação copiada apressadamente - que não refletia as “condições naturais do nosso progresso” e em que predominava um “federalismo incompreendido”, que poderia levar ao “rompimento da solidariedade nacional”. Entretanto, Euclides terminou seu artigo de forma otimista, declarando sua confiança na superação de uma fase de adaptação ao regime republicano: “firmar-se-á, inevitavelmente, uma harmonia salvadora entre os belos atributos da nossa raça e as fórmulas superiores da República, empanados num eclipse momentâneo”.<sup>31</sup>

Euclides defendeu, em vários dos seus textos, um nacionalismo “lúcido” e equilibrado, isto é, a defesa dos valores culturais brasileiros, acompanhada da rejeição ao chauvinismo e à xenofobia. Apoiou a imigração europeia, mas alertou para os riscos de um cosmopolitismo exagerado, que dificultasse a afirmação dos valores nacionais. E concluiu: “falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos”. A mestiçagem seria, para ele, fator central para a dificuldade de consolidar os

---

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 197.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, pp. 198-9.

caracteres nacionais. Euclides percebeu que a tendência “irresistível” das “raças fortes” para o domínio não era mais pela força militar e nem por conquistas territoriais, mas fundamentalmente “pela infiltração poderosa do seu gênio e da sua atividade”, ou seja, pela influência cultural e pelo poder econômico. Para ele, a única forma de “enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as cautelosamente”, seria mantermos e defendermos a “originalidade das nossas tendências, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações”. Os problemas do Brasil não eram resultado do regime republicano, mas da adoção de uma legislação inadaptada às condições brasileiras. Os futuros legisladores teriam, segundo Euclides, uma tarefa mais social do que política.<sup>32</sup>

Para consolidar o Estado nacional, Euclides considerava fundamental a ocupação do território, principalmente as regiões de população rarefeita como o centro-oeste e o norte do país. A questão da integração territorial era um tema central em um país de dimensões continentais e com uma população tão mal distribuída. Euclides também vislumbrava a importância das ligações terrestres entre o Brasil e os países vizinhos. Defendeu a construção das estradas de ferro Madeira-Mamoré (no Acre), Noroeste do Brasil (de Bauru - interior de São Paulo - a Corumbá, atravessando o atual estado de Mato Grosso do Sul e

---

<sup>32</sup> Idem. “Nativismo provisório”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 211-4.

ligando o Brasil à Bolívia e ao Chile por vias férreas) e de uma Viação Sul-Americana.<sup>33</sup> A Noroeste do Brasil teria a enorme vantagem de aproximar a Bolívia ao Atlântico, transformando o porto de Santos - e não mais o de Buenos Aires - no melhor escoadouro para as mercadorias do oriente boliviano (por encurtar o caminho do território boliviano ao Atlântico e por ser mais próximo dos mercados europeus do que o porto argentino).<sup>34</sup>

Euclides incentivou a melhoria dos transportes e comunicações no Brasil, interligando o país com os vizinhos, num intento de alavancar o comércio continental e colaborar para a efetivação da integração sul-americana. Defendendo a construção da E.F. Madeira-Mamoré, chegou a dizer que “o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”.<sup>35</sup>

Euclides comparou o avanço das ferrovias na Argentina em relação ao Brasil, com enorme vantagem para o país platino, o que teria alavancado o seu progresso. Citou *Facundo: Civilización y Barbarie*, de Sarmiento - “um dos maiores livros sul-americanos”<sup>36</sup> - como mais uma prova de que o avanço das

<sup>33</sup> A E.F. Madeira-Mamoré começou a ser construída em 1907, depois de duas tentativas fracassadas em 1870 e 1878. A E.F. Noroeste do Brasil foi concluída em 1917, ligando Corumbá, na fronteira com a Bolívia, a Bauru e esta cidade à E.F. Sorocabana e à E.F. Paulista. Ver MAGNOLI, D., *Op. cit.*, pp. 276-82.

<sup>34</sup> Idem. “Viação Sul-Americana”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, pp. 327-35.

<sup>35</sup> Idem. “A Transacrea”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, p. 319.

<sup>36</sup> Em resenha ao livro do uruguaio Agustín de Vedia, *Martín García y la jurisdicción del Plata* (na qual Euclides discutiu o possível aterramento progressivo do estuário do Prata e a

ferrovias foi, não apenas um elemento fundamental para a ocupação do território argentino - auxiliando no processo de consolidação da unidade nacional e de modernização do país - mas, também, um importante instrumento dos unitários na luta contra as *montoneras* e os caudilhos. Euclides chegou a dizer que

*... a civilização platina alastrou-se logo depois sobre as planícies, com o só estirar-se de seus rieles paralelos, por cima dos rastros das montoneras. Os ideais de seus maiores estadistas, da escola de Rivadavia, têm, hoje, uma realidade tangível, mensurável até em quilômetros.*<sup>37</sup>

A admiração de Euclides pelo progresso argentino é evidente, e “sem apreensões patrióticas”, como fez questão de ressaltar. Entretanto, previu “um reverso sombrio nesse quadro admirável”: a abertura do Canal do Panamá traria como conseqüência a redução do tráfego pelas linhas férreas que ligavam o Peru, o Chile e o oeste da Bolívia ao porto de Buenos Aires. Euclides chegou ao exagero de declarar que essa diminuição no comércio acabaria por deter o progresso argentino e por “despojar” o país platino “de toda a importância nas relações exteriores”.<sup>38</sup>

---

importância geopolítica da ilha de Martín García, defendendo a jurisdição uruguaia sobre as águas platinas), o escritor brasileiro referiu-se a Sarmiento como “a grande voz desta glória sul-americana”. Ver: CUNHA, Euclides da. “Martín García”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, p. 352.

<sup>37</sup> Idem. “Viação Sul-Americana”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, p. 323.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, pp. 321-7.

Euclides também se preocupou com as questões sociais e, sobre este tema, escreveu um artigo bastante revelador. Em “Um velho problema”, refletiu sobre a questão do “direito de roubo” nos casos de indigência. Discutiu o tema retomando criticamente os argumentos de S. Tomás de Aquino, dos utopistas da Renascença, dos socialistas utópicos do século XIX e, finalmente, de Marx. Elogiou neste último a recusa às idealizações e a “análise rigorosa dos materiais objetivos”. Chegou a afirmar que “não se pode negar a segurança do raciocínio” de Marx, principalmente quanto à concepção de que “a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham” e que “o capital é uma espoliação”. Euclides repetiu Marx, ao reafirmar que “a exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina”. Para mudar este quadro, Euclides rejeitava “as medidas violentas, sempre infecundas” e - comparando as sociedades com a natureza - apostava nas “reformas lentas”, progressivas, resultado da “evolução natural” das sociedades.<sup>39</sup>

No período em que viveu em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, trabalhando como engenheiro nas obras de recuperação de uma ponte (de 1899 a 1901), escreveu - juntamente com seu amigo, o advogado Francisco de Escobar - o programa de *O Proletário*, órgão do “Clube Democrático

---

<sup>39</sup> Idem. “Um velho problema”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, pp. 215-20.



Internacional Filhos do Trabalho”, e uma *Mensagem aos Trabalhadores*, publicados no dia primeiro de maio de 1899. Neste programa são enfatizados os direitos sociais e trabalhistas de operários, crianças e mulheres; uma maior democratização do acesso à justiça e à participação política; a defesa da cobrança de “pesadíssimos” impostos sobre a renda e o controle dos juros. Sem qualquer sombra de dúvida, é um programa muito avançado para a época e revela as intensas preocupações com a questão social por parte de Euclides, que, aliás, permeiam toda a sua obra.<sup>40</sup>

Sobre a questão da integração dos países americanos, nem todos os textos de Euclides revelam o olhar pessimista de “Solidariedade Sul-Americana”. Sua visão oscilava entre um descrédito quase absoluto, como no artigo já comentado, e uma perspectiva mais otimista, que apostava sobretudo no fortalecimento das relações intelectuais. Mas a “solidariedade” em que apostou Euclides foi, de fato, a pan-americana, e não a latino-americana.

Em crônica publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 15 de maio de 1892, por ocasião da Exposição de Chicago, Euclides reafirmou sua crença na política pan-americanista. Declarou seu “imenso orgulho” de americano, e fez uma exaltação à união das Américas, sob a liderança dos Estados Unidos:

*Realmente, se esta política americana, toda civilização e paz, ideada por Monroe, não é uma utopia irrealizável e se de fato,*

---

<sup>40</sup> Idem. “Programa de *O Proletário* e *Mensagem aos Trabalhadores*”. In: *Fragmentos e Relíquias. Obra Completa*, vol. 1, pp. 578-9.

*embora sem a base orgânica de um código fundamental comum, a vasta confederação das repúblicas americanas, graças à uniformidade dos sistemas políticos, é um fato de ordem moral, sobranceiro às fronteiras - podemos compartilhar das glórias que advirão à América pelo condensar na sua metrópole comercial as maiores criações do esforço humano. [...] se efiscazmente emulados pelos do norte os sul-americanos se alevantarem tanto, deixará talvez de ser um sonhador ousado, alguém que idealize a constituição final da pátria americana. [...] pátria universal da indústria e do trabalho.*<sup>41</sup>

Este texto é exemplar no que tange à admiração de Euclides pelo regime republicano, pelo liberalismo e progresso industrial dos Estados Unidos, que, para ele, era o exemplo maior para os países ibero-americanos. Seu engajamento posterior no Ministério das Relações Exteriores e a consideração que nutria pelo ministro, exposta em artigos e na correspondência, sublinham sua adesão ao projeto de Rio Branco de aproximação com Washington e de apoio ao pan-americanismo.

Sua posição também ficou explícita em carta endereçada a Araripe Jr., enviada de Lorena - SP, em 27 de fevereiro de 1903. Araripe Jr. era um defensor contumaz da doutrina de Monroe e do pan-americanismo. Nesta carta, Euclides solidarizou-se com as posições do conhecido crítico literário cearense. Admitindo a “expansão irresistível” dos países mais poderosos, Euclides julgava “consoladora a idéia de que a absorção final” se realizasse menos à

---

<sup>41</sup> Idem. “Dia a Dia”, 15 de maio de 1892. In: *Crônica. Obra Completa*, vol. 1, p. 676.

custa do militarismo alemão do que do progresso norte-americano. Referindo-se às concepções do próprio Araripe, disse Euclides:

*Não calculo até que ponto se possa aceitar o seu otimismo sobre a hegemonia norte-americana. Mas, dado mesmo que ele falhe por completo, e que o malsinado imperialismo ianque se exagere até a posse dos países estranhos, - de que nos valeriam lamúrias de superstições patrióticas? [...] subordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, preferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos.*<sup>42</sup>

Suas idéias sobre a questão do pan-americanismo estão evidentes nesta passagem de sua correspondência. Evolucionista, acreditava na inevitabilidade da hegemonia norte-americana no continente. Dentro desta perspectiva, considerava romântica e infrutífera qualquer tentativa de defesa patriótica. Sendo assim, a aliança aos Estados Unidos - leia-se adesão à política pan-americanista - era a opção mais interessante para o Brasil que, dessa forma, poderia almejar a preponderância sul-americana, com o apoio norte-americano.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> Idem. "Carta a Araripe Jr.". Lorena, 27 de fevereiro de 1903. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (orgs.). São Paulo: Edusp, 1997, p. 151.

<sup>43</sup> Em carta a Oliveira Lima, de 23 de maio de 1906 - período em que este atuava, como diplomata, na Venezuela -, Euclides aconselhou o amigo a ser mais discreto nas suas críticas aos Estados Unidos (estampadas nos artigos que Oliveira Lima publicava em *O Estado de São Paulo*): "... se eu pudesse aconselhar-lhe, diria que não destacasse por enquanto tão incisivamente certos aspectos da existência ianque... Não posso ir além desta reticência que entrego à sua sutileza". No Rio de Janeiro, preparava-se a III Conferência Pan-Americana, que foi realizada na cidade entre julho e agosto daquele ano. Momento político, portanto, bastante inoportuno para as críticas vigorosas de Oliveira Lima.

Em relação à América Hispânica, a correspondência de Euclides confirma que as relações pretendidas eram basicamente intelectuais. Em carta de setembro de 1908, ao uruguaio Agustín de Vedia, - quando a maior parte dos litígios de fronteiras do Brasil com os países vizinhos tinha sido resolvida diplomaticamente -, Euclides elogiou a capacidade dos sul-americanos, contrariamente aos europeus, de conseguir resolver suas divergências com justiça e paz. Em outra carta ao mesmo Vedia, de outubro do mesmo ano, enalteceu a política de “aproximação dos espíritos na América Latina” e a “solidariedade do pensamento sul-americano”. Em terceira carta, agradeceu o recebimento de *Constitución Argentina*, de Vedia, e a encomenda de *Os Sertões*.<sup>44</sup>

Euclides também enviou, em agosto de 1907, através do diplomata Domicio da Gama, um exemplar de *Os Sertões* para a Biblioteca de Lima, e solicitou deste, livros ou folhetos sobre as “modernas indagações históricas e geográficas do Peru”. Revelou ao amigo que estava cultivando o projeto de escrever um livro “essencialmente sul-americano” e que, para realizá-lo,

---

Euclides, como homem de confiança de Rio Branco, sente-se na obrigação de alertar o amigo para agir de forma mais cautelosa, pelo menos nos meses precedentes à III Conferência. Ver: “Carta a Oliveira Lima”. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1906. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, 1997, pp. 303-4.

<sup>44</sup> Idem. “Cartas a Agustín de Vedia”. Rio de Janeiro, 01 de setembro, 03 de outubro e 13 de outubro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, 1997, pp. 374-5; 378-9 e 383-4.

precisava “estudar muito”, tendo de superar as dificuldades de conseguir bibliografia.<sup>45</sup> Em carta posterior a Domicio da Gama, de novembro, Euclides demonstrou apreensões quanto a uma possível guerra entre Brasil e Peru, na fronteira amazônica, rejeitando o que seria “uma das maiores anomalias políticas dos últimos tempos”. Na mesma carta, elogiou a tradição intelectual peruana e solicitou que Gama lhe enviasse os boletins de 1907 da Sociedade Geográfica de Lima e obras do historiador, ensaísta e crítico peruano, Riva Agüero. O interesse intelectual de Euclides pela América Hispânica, e pelo Peru em particular, ficou evidenciado pela correspondência com Domicio da Gama. Da mesma maneira, outros textos seus demonstraram o conhecimento que possuía da obra de autores fundamentais da tradição intelectual hispano-americana, como, por exemplo, os argentinos Sarmiento e Alberdi. Citou também, em sua correspondência com Oliveira Lima, o poeta venezuelano Estrada Palma e o escritor, do mesmo país, Ángel César Rivas. Euclides, sempre que possível, buscou informar-se sobre a produção intelectual hispano-americana com os amigos diplomatas que atuavam nos países vizinhos. E, ao mesmo tempo, procurou divulgar sua própria obra nestes países. Em carta ao

---

<sup>45</sup> É importante registrar que Euclides não estava se referindo, na carta a Gama, a *Peru versus Bolívia*, livro que havia publicado pouco tempo antes no *Jornal do Comércio*. Como se sabe, *Peru versus Bolívia* é uma obra de caráter técnico, em que Euclides argumentou a favor da Bolívia nas disputas fronteiriças com o Peru. O projeto de um livro “sul-americano” - a que faz referência na carta - não chegou a ser concretizado, como tampouco o projeto revelado por Euclides de escrever um livro sobre a região amazônica. Ver: “Carta

seu editor, Gustavo Massow, solicitou que este enviasse *Os Sertões* a algumas instituições e personalidades, entre estas, ao general Bartolomé Mitre, ex-presidente argentino.<sup>46</sup>

Na sua correspondência com Oliveira Lima, Euclides também revelou suas opiniões sobre as rivalidades entre Brasil e Argentina pela hegemonia sul-americana. Afastou o temor de um conflito armado, apostando na concorrência econômica:

*Afinal, a luta argentina é menos perigosa e mais grave. É uma rivalidade a decidir-se no jogo das competências e em conflitos industriais ou agrícolas. Os que tanto se impressionam com os soldados argentinos, esquece-lhes o operário, o lavrador, e o industrial argentinos - esses, sim, terríveis antagonistas diante da nossa pobreza orgulhosa, da nossa inaptidão e da nossa preguiça. Para vencê-los não precisamos do sorteio, que tantas controvérsias agita - precisamos de uma política sadia, que restaure as esperanças dos fortes e dos bons, estimulando a alma nacional pelo regime franco do triunfo das competências ...*<sup>47</sup>

O recado é evidente: o Brasil deveria preocupar-se menos com disputas militares improváveis com o país platino e apostar no desenvolvimento industrial, agrícola, comercial, e na melhoria dos transportes, portos e

---

a Domicio da Gama". Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1907. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, 1997, pp. 334-7.

<sup>46</sup> Idem. "Carta a Gustavo Massow". São Paulo, 6 de janeiro de 1903. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, 1997, p. 145.

<sup>47</sup> Idem. "Carta a Oliveira Lima". Rio de Janeiro, 13 de março de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*, 1997, p. 352.

comunicações. Nos seus artigos sobre as malhas ferroviárias argentina e brasileira, essa posição também ficou evidenciada.<sup>48</sup>

A visão de Euclides sobre a América Hispânica e suas relações com o Brasil oscilou entre um pessimismo brutal, como expresso no artigo “Solidariedade Sul-Americana”, em que recusou qualquer possibilidade de estreitamento de relações entre o Brasil e os demais países sul-americanos, até um desejo, explicitado em artigos e cartas, de uma maior aproximação intelectual e do fortalecimento de relações diplomáticas construtivas e pacíficas. Demonstrou admiração pelo progresso argentino e pela organização política chilena (o Chile soube, segundo Euclides, superar a crise do governo Balmaceda). Em síntese, seus textos alternaram a ênfase na questão do caudilhismo, da anarquia política, da mestiçagem como fator de degenerescência e, de outro lado, a crença no progresso econômico, no regime republicano, na ordem e estabilidade política, na solidariedade continental.

Esta oscilação também pode ser verificada nas suas análises sobre o Brasil: Euclides, ao refletir sobre o futuro brasileiro também se dividiu entre um profundo pessimismo e um otimismo crítico. Como chamou atenção Nicolau Sevcenko, Euclides possuía a “consciência dividida” entre um sentimento romântico, na tradição de Victor Hugo e Alfred de Musset, e a

---

<sup>48</sup> Idem. “Viação Sul-Americana”. In: *À Margem da História. Obra Completa*, vol. 1, pp. 321-35.

influência determinista e evolucionista, na linha de Comte, Spencer e Gumpłowicz:

*Seu espírito se identifica com os dois pontos extremos mais distantes do espectro cultural de sua época. Euclides da Cunha possui igualmente vivos em si, com o mesmo calor, exatamente os dois mundos que se negavam um ao outro, que só poderia sobreexistir um à custa da morte do outro. Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX literário, romântico e idealista; o século XX, científico, naturalista e materialista.<sup>49</sup>*

Esta dicotomia, presente no pensamento de Euclides, refletiu-se claramente nas suas interpretações sobre a atividade política, as relações sociais e a produção cultural dos países hispano-americanos e, mais ainda, da América Latina como um todo, incluindo o Brasil. Entretanto, julgamos que, na luta que travava entre as duas influências, foi o determinismo, o darwinismo social e o evolucionismo que prevaleceu. E, não é por outra razão que acabou aderindo ao pan-americanismo e à política de aproximação aos Estados Unidos, pois, como ele mesmo afirmou, se a hegemonia norte-americana no continente era inevitável, o papel de aliados era preferível ao de vencidos.

Artur Orlando (1858-1916)<sup>50</sup> foi mais um intelectual e político que deixou-se seduzir pelos apelos do pan-americanismo e tornou-se seu

<sup>49</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 133.

<sup>50</sup> Seu nome completo era Artur Orlando da Silva, mas assinava suas obras e era conhecido apenas como Artur Orlando.



propagandista. Nascido na cidade do Recife, formou-se pela Faculdade de Direito (em 1881), onde passou a freqüentar o círculo de intelectuais pernambucanos liderados por Tobias Barreto - conhecido como *Escola do Recife* -, do qual também faziam parte Silvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Graça Aranha, entre outros. Abolicionista e republicano, a partir de 1889 ingressou na política e na administração: foi diretor de Instrução Pública de Pernambuco, deputado estadual e, a partir de 1903, deputado federal. Dedicou-se também ao jornalismo, tendo sido um dos colaboradores de *A Província* e redator-chefe do *Diário de Pernambuco* (de 1901 a 1911), ambos editados em sua cidade natal e vinculados ao grupo político do senador Francisco Rosa e Silva, ao qual pertencia Artur Orlando.<sup>51</sup> Dentre os integrantes da *Escola do Recife*, Orlando foi o único que exerceu uma militância política contínua e prolongada, tendo sido um dos membros do Partido Autonomista, dissidência do Partido Republicano em Pernambuco.

A obra de Orlando é bastante diversificada: publicou grande número de artigos e ensaios na imprensa - depois reunidos nos livros *Ensaio de Crítica* (1904) e *Novos Ensaio* (1905) - e alguns livros, versando sobre questões jurídicas, políticas, sociológicas e filosóficas.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> O *Diário de Pernambuco*, inclusive, tornou-se propriedade de Rosa e Silva a partir de abril de 1901, e foi desde então que Orlando assumiu as funções de chefia no jornal.

<sup>52</sup> Sobre Artur Orlando, ver PAIM, Antônio. "Introdução". In: ORLANDO, Artur. *Ensaio de Crítica*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1975, pp. 7-27.

Seu trabalho intitulado *Pan-americanismo* foi publicado originalmente no Rio de Janeiro em 1906, ou seja, no mesmo ano em que ocorreu na cidade a III Conferência Pan-Americana.<sup>53</sup> Segundo Orlando, o pan-americanismo deveria ocupar um lugar central no debate intelectual do continente americano. Seu livro inicia-se com a seguinte afirmação:

*Para todo filho do Novo Mundo o pan-americanismo é dentre os problemas político-sociais aquele que de preferência deve preocupar-lhe o espírito. Basta lembrar que ele se prende intimamente aos dois fatores por excelência de toda organização e progresso sociais: território e população.*<sup>54</sup>

Território e população equivalem, no pensamento de Orlando, aos conceitos tão caros ao determinismo geográfico e ao social-darwinismo: meio e raça. Para o autor, como para a maioria dos seus contemporâneos, o “território” e a “população” são elementos explicativos da economia, das instituições políticas e jurídicas, dos costumes e dos caracteres morais e religiosos de um povo.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Não conseguimos apurar, com certeza, se Artur Orlando escreveu e/ou publicou seu livro antes ou depois da III Conferência Pan-Americana, ocorrida de 21 de julho a 26 de agosto de 1906. Na bibliografia de Artur Orlando, preparada para a edição de 1975 dos seus *Ensaio de Crítica* e organizada em ordem cronológica de publicação, *Pan-americanismo* aparece entre dois artigos publicados pelo autor no *Diário de Pernambuco*, de 04 de março e 30 de maio de 1906, respectivamente. No caso de *Pan-americanismo*, aparece somente o ano da publicação. Mas, a julgar pela cronologia das obras, Orlando teria publicado seu livro antes da Conferência realizada no Rio. Ver: ORLANDO, Artur. *Ensaio de Crítica*, p. 26.

<sup>54</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Tip. do “Jornal do Commercio”, 1906, p. 3.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, pp. 3-4.

Quanto ao projeto expansionista dos Estados Unidos, Orlando detectou-o claramente, inclusive afirmando que este propósito já estava embutido na doutrina de Monroe e explicitado na idéia do Destino Manifesto. O autor tinha plena consciência que o domínio das Antilhas e do Pacífico Sul era um objetivo fundamental da política estratégica norte-americana. Mas considerava esse expansionismo como um fator positivo para o desenvolvimento destas regiões:<sup>56</sup>

*A construção do canal interoceânico completará a obra de dominação das Antilhas e Filipinas, e senhores das Antilhas e Filipinas, por meio do canal de Panamá estarão os americanos senhores do Pacífico, e senhores do Pacífico, dentro em breve, estarão senhores da economia geral do globo. Assim uma das mais belas páginas de história futura será a dominação do Pacífico como o mais poderoso instrumento de civilização, de que se tem servido o mais ativo povo do mundo.*<sup>57</sup>

Orlando declarou explicitamente seu apoio à política expansionista norte-americana e a considerou, acima de tudo, um importantíssimo fator de civilização. Sua admiração pelos Estados Unidos e pelo seu modelo de desenvolvimento foi reiterado em todo o livro. Ele via no pan-americanismo objetivos expansionistas, mas não imperialistas. Para ele, “a realização do ideal pan-americano marcará uma das maiores revoluções operadas no seio da humanidade - a vitória da idéia e sentimento do justo sobre qualquer

---

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, pp. 11-6.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, pp. 15-6.

manifestação de imperialismo particularista ou comunário”. E, a seguir, foi ainda mais explícito - com o objetivo de contrapor-se àqueles que consideravam o projeto pan-americanista um disfarce para a política imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina:

*... o pan-americanismo no bom sentido da palavra não quer dizer dominação da América do Norte sobre a América do Sul; traduz idéia muito mais nobre e elevada, qual a de articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento, levar a expansão simultânea da economia e da justiça ao coração do mundo inteiro.<sup>58</sup>*

Impressiona, também, a vinculação que Artur Orlando fez entre as propostas de integração continental formuladas por Simón Bolívar e James Monroe, descartando qualquer diferença entre as duas perspectivas. Chegou a dizer, referindo-se ao Congresso do Panamá, de 1826: “Bolívar dirigiu um novo convite às democracias americanas, a fim de reunidas em congresso solene adotarem a doutrina de Monroe”.<sup>59</sup> E reforçou sua argumentação: “Bem se vê que o pan-americanismo teve seu início na concepção panlatinista do *fogoso* Bolívar”.<sup>60</sup> O pan-americanismo era, para Orlando, “filho da fusão do

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, pp. 17-8.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 16

<sup>60</sup> O grifo é nosso. Curiosamente, ao falar de Bolívar, o autor brasileiro não deixou passar a oportunidade de chamá-lo de “fogoso”, sublinhando, dessa maneira, o caráter ardente, arrebatado, inflamado do líder hispano-americano (traço de personalidade de Bolívar tão destacado por certa bibliografia). A identificação dos hispano-americanos com características relacionadas à impetuosidade, à paixão, à exacerbação das emoções em detrimento da prudência, do cálculo, da razão era (e ainda é) bastante frequente. Os autores

gênio latino e do caráter anglo-saxônio”.<sup>61</sup> Ou seja, segundo o autor, o pan-americanismo - no sentido de uma confederação de Estados americanos - teria sido uma idéia inicial de Bolívar (expressa, entre outros documentos, na famosa “Carta de Jamaica”, de 1815), reformulada em 1823 por Monroe e depois retomada pelo próprio Bolívar em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá.

Esta interpretação, como sabemos, é claramente tendenciosa e deturpadora da realidade, porque a idéia original de Bolívar era uma liga voluntária de Estados hispano-americanos, que não incluía o Brasil monárquico - visto como um braço da Santa Aliança no continente americano - e considerava tanto os Estados Unidos como a Inglaterra apenas aliados potenciais e não integrantes desta confederação.<sup>62</sup> Deve-se registrar que, em diversas ocasiões, Bolívar manifestou sua admiração pelas instituições políticas inglesas e seu desejo de obter o apoio da Grã-Bretanha para seus projetos.<sup>63</sup>

---

brasileiros do início do século contribuíram para a difusão e o fortalecimento desta interpretação.

<sup>61</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, p. 17.

<sup>62</sup> Representantes dos dois países anglo-saxões foram convidados especiais ao Congresso do Panamá, instalado em junho de 1826: o representante norte-americano morreu a caminho e a Inglaterra enviou apenas um observador. O Brasil, por sua vez, não participou do Congresso.

<sup>63</sup> Esta admiração de Bolívar em relação às instituições britânicas está claramente exposta no discurso pronunciado por ocasião da instalação do Congresso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819. Nesta ocasião, Bolívar criticou a adoção do federalismo (baseado no modelo norte-americano) pela Constituição da Venezuela, chegando a afirmar que os legisladores deveriam se basear nas características propriamente venezuelanas e não consultar o “código de Washington”. Manifestou a opinião de que os venezuelanos deveriam se inspirar na Constituição britânica, sem cair, entretanto, numa “imitação

Obviamente, Bolívar não compactuava com as posições de Monroe, no sentido de recusar qualquer forma de interferência européia nas Américas. Além disso, Bolívar manifestou seu descontentamento quanto à posição dos Estados Unidos em relação às guerras de independência na América Hispânica, criticando severamente a ausência de apoio dos norte-americanos. Em carta a Bautista Irvine, agente dos Estados Unidos junto à Venezuela, afirmou Bolívar: “Refiro-me à conduta dos Estados Unidos do norte a respeito dos independentes do sul e das rigorosas leis promulgadas com o objetivo de impedir toda espécie de auxílios que pudéssemos procurar ali”.<sup>64</sup> E, em correspondência a Francisco de Paula Santander, de 30 de maio de 1825 (portanto, dois anos depois da declaração de Monroe), não deixou dúvidas acerca de sua opinião sobre a participação dos Estados Unidos no seu projeto de organizar uma liga de Estados no continente: “Os americanos do norte e do Haiti só por serem estrangeiros têm o caráter heterogêneo para nós. Por isso mesmo jamais serei de opinião de que os convidemos para nossos acordos americanos”.<sup>65</sup> Claro está que o pan-americanismo (como foi proposto por James G. Blaine) não tem ligação com a proposta bolivariana de uma

---

servil”. Ver: BOLÍVAR, Simón. *Política*. Orgs.: Manoel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo: Ática, 1983, pp. 115-36.

<sup>64</sup> BOLÍVAR, Simón. *Op. cit.*, p. 95. Sintomaticamente, Bolívar refere-se aos Estados Unidos do norte e não aos Estados Unidos da América.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

confederação de Estados hispano-americanos, muito pelo contrário. E, evidentemente, em nenhum momento Bolívar pretendeu “adotar a doutrina de Monroe”, como afirmou, de forma apressada e forçada, Artur Orlando.

Em seu livro, Orlando também procurou demonstrar como, diferentemente do pan-americanismo, a concentração de imigrantes no Brasil poderia significar um risco para o país. Com o objetivo de contrapor-se aos que advogavam a imigração europeia como a melhor saída para o Brasil alcançar o almejado progresso econômico e social, Orlando criticou severamente a entrada maciça de europeus no Brasil, principalmente dos alemães, concentrados nos estados do sul. O autor considerava que os colonos de origem germânica tendiam a conservar, onde quer que se instalassem, fortes raízes e vínculos com a pátria. Segundo Orlando, o “ideal” da política de emigração da Alemanha era “enxertar no território dos Estados estrangeiros pequenas pátrias alemãs”.<sup>66</sup>

Orlando, no entanto, não estava sozinho na defesa destas opiniões. O ensaísta e crítico literário sergipano Sílvio Romero (1851-1914) discutiu o mesmo tema em *O Alemanismo no Sul do Brasil*, elogiado por Orlando<sup>67</sup>. Apesar de defender a idéia de que os “dolicocéfalos loiros” da Europa do norte eram “superiores” ao restante dos homens, Romero criticou a forma como os

---

<sup>66</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, p. 25.

<sup>67</sup> O opúsculo *O Alemanismo no Sul do Brasil* foi praticamente reproduzido, com inclusões, em ROMERO, Sílvio. *A América Latina. Análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*. Porto: Lello e Irmão, 1906, pp. 263-347.

alemães estavam se apoderando de uma parte significativa do sul do Brasil, sem abdicar da sua língua, da sua religião e de nenhum dos seus costumes. O grande problema era que estes imigrantes, segundo Romero, não se preocupavam em aprender o português e tampouco em tentar integrar-se à população local e adaptar-se aos costumes do novo país. Ao contrário, demonstravam “aversão” e “desprezo por tudo que é brasileiro, *menos a terra, que chamam sua*”.<sup>68</sup> Em síntese, o ensaísta sergipano considerava que

*... o erro gravíssimo, o erro inexpiável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do sul, foi se haver consentido a formação lenta, por oitenta dilatados anos, de fortes grupos de população que ficou irredutivelmente germânica, sem a menor fusão com populações brasileiras.*<sup>69</sup>

<sup>68</sup> ROMERO, Sílvio. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*. Porto: Lello e Irmão, 1906, pp. 229 e 304. Grifos do autor.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 313. Os primeiros alemães chegaram ao Brasil em 1824, ano em que fundaram a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Durante o Império, o Brasil recebeu cerca de 350 mil imigrantes de origem alemã. O cultivo da língua e dos valores culturais alemães foi mantido entre os imigrantes e seus descendentes desde a fundação das primeiras colônias. A unificação da Alemanha e a constituição do Império germânico, em 1871, provocaram o surgimento do pangermanismo, que pretendia congregar todos os alemães no exterior. Daí o aparecimento no Brasil, desde fins do século XIX, dos alertas acerca do “perigo alemão”: alegava-se que a presença maciça de imigrantes de origem alemã - concentrados nos estados do sul - estaria vinculada à política expansionista do Império germânico, constituindo uma “ameaça à integridade nacional brasileira”. Entretanto, como mostra Maria Luiza Renaux, havia uma espécie de “biculturalismo” nas comunidades teuto-brasileiras: conservavam sua identidade cultural mantendo a utilização da língua alemã dentro de casa e, ao mesmo tempo, aprendiam e exercitavam o português na escola. Conforme aconselhava uma cartilha escolar, escrita em alemão, que era adotada nas colônias alemãs ainda no começo do século XX, o aprendizado da língua portuguesa era essencial para que os descendentes de alemães pudessem destacar-se como “verdadeiros cidadãos brasileiros”. Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2; especialmente o item “As falsas Europas: colônias alemãs no sul do Império”, pp. 317-35.



Para Romero, somente a doutrina de Monroe tinha conseguido impedir que a Alemanha transformasse a região sul do Brasil (particularmente os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em um protetorado seu, em razão dos prováveis conflitos que esta ação acarretaria com os Estados Unidos. O autor chegou, inclusive, a expressar “indignação” ao perceber “a inconsciente ingratidão do mestiço ibero-americano chasquear levianamente da *doutrina de Monroe*, a que devemos ter escapado da conquista alemã em terras do sul”. Entretanto, fez uma ressalva:

*O Chile e a Argentina, mais hábeis do que nós, trataram logo de fechar a porta da Patagônia, dividindo-a entre si. De incursões em qualquer outro ponto de seus territórios estão livres; porque lá não existem zonas onde os teutos sejam senhores, onde só se fale a língua alemã. Diversa é a situação do Brasil, no qual o processo de desagregação vai ser dirigido habilmente com alguma demora; mas infalivelmente seguro.*<sup>70</sup>

Argentina e Chile (e, por vezes, o Uruguai) eram os únicos países hispano-americanos respeitados e, em certos momentos, elogiados por Romero. Verificamos o mesmo em relação a outros autores da época, como por exemplo, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima.

Em relação à “desagregação” do território brasileiro - inevitável, para Romero, caso a presença dos alemães no sul continuasse crescendo -, Artur Orlando foi mais prudente. Reconheceu que não havia maiores razões para

---

<sup>70</sup> ROMERO, Sílvio. *A América Latina*, pp. 280-1, grifos do autor.

temer que a Alemanha tentasse “arrebatar um pedaço do território pátrio”, mas, segundo ele, a colonização alemã deveria se concretizar de modo que não viesse “dificultar a evolução de nosso organismo nacional”. Para o autor, o perigo estava “justamente nessas grandes massas de emigrantes [sic], alemães, italianos ou de outra qualquer origem, congregando-se em blocos *inassimiláveis*, e, portanto, perturbadores da economia nacional”.<sup>71</sup> Orlando tinha, na verdade, como objetivo central, criticar os chamados *germanistas*, intelectuais que defendiam uma maior influência da Alemanha no Brasil, tanto no aspecto cultural como econômico. Muitos destes *germanistas* faziam oposição ao pan-americanismo, pois consideravam que uma maior ingerência norte-americana no Brasil teria como consequência uma diminuição das influências européias, julgadas por eles como mais benéficas.

Quanto ao lugar do Brasil nas Américas, Orlando considerava que a abolição da escravidão negra e a implantação da república haviam tirado o Brasil do isolamento em que se encontrava durante a vigência da monarquia, tornando possível sua incorporação ao projeto pan-americanista. E este projeto, para o autor, teria como meta fundamental “conglobar os povos do Novo Mundo em uma vasta Confederação de Estados autônomos e independentes

---

<sup>71</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, pp. 40-1. É interessante notar a semelhança de preocupação de Orlando, em relação aos imigrantes, com as análises de Rodó e outros autores uruguaios e argentinos.

com o fim de subordinar à idéia e sentimento do Justo, às normas do Direito, as relações e interesses econômicos”. Esta seria, segundo Orlando, a “tarefa do século XX sob o ponto de vista americano”.<sup>72</sup>

Ao longo do livro, o autor enfatizou freqüentemente a idéia exposta acima: que a integração americana deveria ter como objetivo central a subordinação das relações econômicas a leis interamericanas a serem acordadas entre os Estados confederados. Chegou a dizer que o “grande problema” era “fazer desaparecer a flagrante contradição entre a igualdade jurídica e a desigualdade econômica, entre a apregoada igualdade de direito e a monstruosa desigualdade de fato”. Orlando insistiu em que a igualdade abstrata perante a lei, consagrada nas modernas constituições políticas, levava os homens a acreditarem na real possibilidade desta maior igualdade e a lutar por isto. O autor, entretanto, acreditava que a implantação do pan-americanismo, juntamente com regras interamericanas que controlassem as relações econômicas e os “abusos da plutocracia”, poderia “tornar realidade o ideal de um Direito Econômico” ou de uma “Economia Jurídica” que possibilitasse a “distribuição eqüitativa dos bens”. Comparou esta tarefa com o papel do cristianismo na vida das sociedades: “nada há a temer do pan-americanismo, porque ele não tem em vista senão organizar a vida internacional econômica,

---

<sup>72</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, pp. 161, 185, 187.

como em dado momento foi possível ao cristianismo organizar a vida internacional religiosa”. E, mais adiante, “o pan-americanismo procura realizar na esfera econômica o que o cristianismo realizou na esfera religiosa”.<sup>73</sup>

Para o autor, o pan-americanismo era “uma obra de fraternização entre o panlatinismo e o pansaxonismo, despertando entre todos os povos da América a idéia e o sentimento de um destino comum”. Segundo Orlando, o pan-americanismo não traria “prejuízo da integridade nacional e da autonomia dos Estados”, pois estes preservariam sua independência e a “plena autonomia legislativa [...] em tudo que diz respeito à vida nacional”. Também não seria necessário que todos os Estados americanos aderissem, nem que todas as matérias fossem reguladas de início. O “tempo” e a “experiência” se encarregariam de terminar a obra.<sup>74</sup>

O autor fez apenas uma ressalva ao pan-americanismo: afirmou que a doutrina de Drago deveria ser um complemento à doutrina de Monroe, pois a América não seria realmente dos americanos “senão no dia em que não for permitido a nação alguma do mundo bloquear qualquer país americano ou ocupar militarmente seu território para cobrança de dívida pública ou particular”. Neste aspecto, elogiou e citou o artigo de Oliveira Lima, “O Sr.

---

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, pp. 41, 65, 97, 153-4.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, pp. 64, 159-60.

Drago, o caso da Venezuela e a doutrina de Monroe”<sup>75</sup>, apesar da evidente divergência dos dois autores quanto ao pan-americanismo.<sup>76</sup>

A América não poderia deixar-se “vencer pelo Oriente”, que começava a “despertar de seu pesado sono milenar”. A Europa, segundo Orlando, já teria cumprido seu “destino de porta-bandeira da civilização”. Restaria agora à América cumprir a sua “missão histórica”: o pan-americanismo, cujo objetivo seria procurar um “remédio para o mal” que a afligia, e para o “perigo” que a ameaçava. E, segundo o autor, o “mal” que a perturbava era “a luta das classes, a discordia intestina, a guerra econômica”; e o “perigo” que a ameaçava era a “invasão de raças superiores em número e diferentes em cultura, em idéias e sentimentos, em alma”. Para o autor, a união interamericana teria como função e objetivo evitar os “escolhos dos catecismos manchesteriano e marxista”.<sup>77</sup> O autor recusava tanto o liberalismo excessivo, no que tange às relações socioeconômicas, como as concepções revolucionárias.

Como outros autores da época, Orlando também considerava que a educação deveria ter um papel de relevo em qualquer projeto de desenvolvimento. Sendo assim, coerentemente, propôs que o ensino ocupasse o

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel. “O Sr. Drago, o caso da Venezuela e a doutrina de Monroe”. In: *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*, pp. 21-30.

<sup>76</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-americanismo*, pp. 71-2; 74-6.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, pp. 65 e 98.

“primeiro plano do programa pan-americano”.<sup>78</sup> Sugeriu a criação de um ensino interamericano, no qual deveriam constar as seguintes disciplinas, por ele assim numeradas: 1<sup>a</sup>. - geografia (estudo do “meio físico”); 2<sup>a</sup>. - história das ciências, letras, artes, indústrias, religiões; 3<sup>a</sup>. - etnologia ou sócio-psicologia dos povos (para auxiliar no conhecimento da “questão da adaptabilidade ou inadaptabilidade de certas raças às condições especiais do continente americano”); 4<sup>a</sup>. - ciência econômica (pela “importância capital do fator econômico na solução dos problemas sociais”); 5<sup>a</sup>. - direito comparado (“principalmente em relação à família e à propriedade”); 6<sup>a</sup>. - história do direito; 7<sup>a</sup>. - direito internacional privado e público; 8<sup>a</sup>. - política jurídica.

No programa proposto acima, é claramente constatável o perfil social-darwinista (na ênfase ao estudo do *meio* e das *raças*) e o destaque dado aos estudos jurídicos, reforçando as concepções expostas em *Pan-americanismo*.

Estas idéias foram reiteradas ao longo de todo o livro, nestes mesmos termos. Em síntese, Orlando defendia a efetivação do projeto pan-americanista, com a constituição de uma Confederação de Estados americanos e a organização jurídica da vida econômica interamericana, com o objetivo de subordinar os interesses econômicos ao direito internacional e possibilitar uma maior justiça social nestes países. Evidentemente, era uma visão legalista das

---

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

questões econômico-sociais; uma superestimação idealista do poder do direito internacional sobre as relações econômicas; uma crença irreal na possibilidade de controlar o poder econômico, coibir a excessiva exploração do trabalho e evitar a luta de classes com uma nova legislação interamericana.

A influência da cultura norte-americana, de suas instituições e modo de vida, segundo Orlando, teriam um papel primordial na transformação dos países latino-americanos. Segundo ele, traria, como resultado, a “vitória da justiça e da civilização sobre a barbárie e a iniquidade”.<sup>79</sup> Para Orlando, os latino-americanos só teriam a ganhar com o pan-americanismo. Concluiu seu livro com a seguinte passagem, que explicita sua visão:

*A raça latina não está em atraso senão porque é uma raça comunitária, em que os indivíduos não têm iniciativa e não contam senão com a coletividade: eles não se decidem por si, mas pelo meio familiar, político, religioso, de que fazem parte. É preciso, portanto, submeter a raça latina ao contágio das instituições e da educação do povo particularista por excelência - os Estados Unidos - o povo de vida intensa, o povo da máxima energia individual, o povo que levou a aptidão ao progresso e o sentimento da dignidade humana ao mais alto grau de desenvolvimento, o povo do Self-Help, do Self-Control, do Self-Restraint, o povo do futuro.<sup>80</sup>*

O texto acima fala por si. A visão sobre os latino-americanos é aquela freqüente no Brasil do início do século XX, ou seja, povos atrasados, com

---

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, p. 185.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 220.

“tendências militaristas”<sup>81</sup>, vinculados às tradições comunitárias e coletivistas, distantes do rápido processo de modernização pelo qual passava o Ocidente - fundamentalmente a partir da segunda metade do século XIX. E os Estados Unidos - símbolo por excelência do progresso, do desenvolvimento, da modernidade, da civilização - eram, para Artur Orlando, o melhor exemplo a ser seguido pelos países latino-americanos, incluindo o Brasil, na sua busca de alcançar o progresso e atingir a civilização. A proposta pan-americanista e a sua implantação eram o caminho mais curto, segundo Orlando, para que a superação do atraso e da barbárie da América Latina fosse efetivada.

As idéias defendidas por Orlando chamaram a atenção de outros intelectuais da época. Oliveira Lima, em seu livro *Pan-americanismo*, fez severas críticas ao livro de igual título de seu conterrâneo. Oliveira Lima considerava “impraticável” a adoção de uma legislação comum aos países americanos, “sem um tribunal internacional que lhe garantisse a sua jurisprudência coletiva e una”. Argumentou também que a ameaça de um imperialismo teutônico ou italiano - já que não existia um imperialismo propriamente “europeu” - era “mais afastada” do que a ameaça do imperialismo norte-americano. Segundo ele, os receios de uma nova conquista colonial por parte da Europa eram “anacrônicos” e, nesse sentido, a doutrina de

---

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p. 20.



Monroe não teria mais justificativas para vigorar. Referindo-se ao predomínio de europeus e norte-americanos sobre o Brasil e outros países americanos, Oliveira Lima ressaltou que, no caso dos europeus, o essencial era “assimilar o elemento estrangeiro e assim impedi-lo de constituir um estado no Estado” e, quanto aos norte-americanos, o problema revelava-se com mais gravidade: seria “mister um esforço mais direto e mais rápido para preservar a integridade pelo menos moral, quando não política”. Em síntese, Oliveira Lima considerava as idéias de Artur Orlando idealistas e ilusórias, sem qualquer respaldo na realidade das relações entre as Américas.<sup>82</sup>

José Veríssimo endossava, como já evidenciamos, as desconfianças em relação ao pan-americanismo e, coerentemente, avaliou que as idéias de Artur Orlando pecavam por ingenuidade, lirismo e “juvenil entusiasmo”. Segundo o crítico paraense, a análise de Orlando sobre o pan-americanismo revelava “duvidosa inteligência” do que a proposta norte-americana significava na realidade.<sup>83</sup>

As observações de Oliveira Lima e Veríssimo sobre as concepções de Artur Orlando comprovam que a questão do pan-americanismo e das relações entre as Américas era um tema central no debate da época. As idéias circulavam nos meios intelectual, político e diplomático - em muitos casos, as

---

<sup>82</sup> OLIVEIRA LIMA, *Pan-Americanismo*, pp. 93, 96-7, 100 e 109.

<sup>83</sup> VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, p. 123.

mesmas pessoas atuavam nestes três espaços - e provocavam polêmicas acirradas entre os contendores. O meio intelectual era restrito, mas atuante e diretamente envolvido com as principais questões políticas e culturais do período.

## CAPÍTULO 5

### **Raça e natureza: passado e porvir da América Latina**

Como já enfatizamos no primeiro capítulo, o determinismo racial e étnico são centrais nas análises socioeconômicas, políticas e culturais formuladas entre fins do século XIX e inícios do XX.

Entretanto, a influência positivista e social-darwinista conviveu, paralelamente, com as idéias liberais. Joaquim Nabuco, na sua fase mais radicalmente liberal, publicou - em 1883, quando era correspondente do *Jornal do Comércio* em Londres - *O Abolicionismo*, um marco da luta antiescravista e um dos clássicos do pensamento político brasileiro. Nesta obra, Nabuco revelou sua rejeição ao preconceito racial e valorizou o papel, fundamental, que os negros desempenharam na história brasileira.

Nabuco reconheceu que, no Brasil, o abolicionismo não tinha, como seus elementos centrais, os sentimentos religiosos, humanistas ou filantrópicos. Aqui, o abolicionismo era “antes de tudo um movimento *político*”, que visava “reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”. E completou: “... a raça negra não é [...], para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão ou isolada desta, [...] é um elemento de considerável importância

nacional [...], parte integrante do povo brasileiro”.<sup>1</sup> Nabuco deu grande ênfase à contribuição dos negros para a construção e o desenvolvimento do país:

*... o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. [...] Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha `a que faz trabalhar./ [...] a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani e jesuítico.*<sup>2</sup>

Estas concepções levaram o autor pernambucano a denunciar, com veemência, “o crime do nosso país escravizando os próprios que o civilizaram”.<sup>3</sup>

A intensa valorização, expressa por Nabuco, do trabalho realizado pelos negros escravos constituiu uma exceção. O mais freqüente, no final do século XIX, era a desqualificação do trabalho dos negros que, invariavelmente, era considerado desorganizado, mal realizado, sem empenho, sem disciplina, sem esmero. As críticas ignoravam a própria condição de escravo a que o negro

<sup>1</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 5ª. ed.. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 36. Grifo do autor.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 38.

estava submetido. Esperava-se que o seu trabalho fosse realizado com o mesmo empenho e dedicação que se poderia exigir de um assalariado justamente remunerado. Nabuco, além de abandonar as críticas ao trabalho do escravo, reconheceu, ao contrário, que o Brasil devia ao trabalho dos negros todo o seu desenvolvimento. Ele inverteu o sinal: o trabalho manual foi avaliado como a alavanca para o progresso, pois sem infra-estrutura e produção farta de bens necessários ao consumo, o país nunca poderia alcançar a civilização.

Em um país de tradição escravocrata, cujas elites acostumaram-se a menosprezar o trabalho braçal, chega a ser surpreendente que um membro da oligarquia pernambucana tenha escrito um livro que rompe com esta visão. No pensamento de Nabuco, a forte presença do negro na sociedade brasileira não era sinônimo de atraso - como reiteradamente afirmavam vários intelectuais. A escravidão, esta sim, era nosso principal fator de estagnação. Vale registrar que a visão de Nabuco sobre a sociedade brasileira e os males decorrentes do regime escravista é coerente com a sua adesão ao ideário liberal inglês, como ele próprio fazia questão de reafirmar.

Nabuco, apesar de ter ressaltado a crueldade da escravidão, endossou as interpretações que julgavam ser o Brasil um país onde as raças poderiam viver harmonicamente, ignorando as diferenças. Ele minimizou o racismo existente e, como muitos outros autores, afirmou que aqui o preconceito de cor era muito

menor do que nos Estados Unidos. Como podemos ver, as idéias acerca da “democracia racial” brasileira também têm suas raízes no século XIX. Assim expressou-se Nabuco:

*A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor - falando coletivamente - nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. [...] A cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nele. Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, da nossa nacionalidade, é um interesse público de primeira ordem para nós.<sup>4</sup>*

Esta passagem evidencia que o autor pernambucano acreditava que os negros, depois de finda a escravidão, poderiam, com talento e esforço, integrar-se à sociedade, recusando-se a ver o forte preconceito que permeava (e ainda hoje permeia) as relações entre brancos e negros, sempre em prejuízo dos últimos.

Nabuco teve no abolicionismo sua grande causa, nos anos 80 do século XIX. Após a abolição da escravatura e a proclamação da república, o escritor pernambucano passou a década seguinte dedicado à defesa da monarquia e aos ataques à república, principalmente aos seus primeiros governos, militares. Seu discurso nos anos 80 poderia indicar, talvez, que se dedicasse à luta pela

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 38.

inserção dos negros libertados à sociedade brasileira, marcada por séculos de preconceito. Mas não foi assim. Seu radicalismo liberal foi se apagando e sua energia voltou-se para a defesa do governo monárquico deposto. Entretanto, aos poucos, foi aceitando o novo regime. Em 1899, assumiu funções diplomáticas e, como já vimos, fez do pan-americanismo sua derradeira causa. Como bem demonstrou Marco Aurélio Nogueira, a trajetória oscilante de Joaquim Nabuco refletiu os limites e as contradições do liberalismo brasileiro do século XIX.<sup>5</sup>

Oliveira Lima foi, diversamente de Nabuco, um dos autores que tomou por base as teorias evolucionistas e social-darwinistas para refletir sobre a questão racial. Esta influência manifestou-se claramente na sua visão sobre o papel do negro no Brasil e nas Antilhas. Sua defesa da monarquia brasileira, por exemplo, admitiu uma única crítica: a “repentina” abolição da escravatura. Apesar de destacar o fato de que no Brasil o fim da escravidão deu-se de forma pacífica, como resultado de um “processo natural” - em contraste com a violência que marcou o mesmo processo na América Hispânica e nos Estados Unidos -, Oliveira Lima discordou da “maneira brutal” pela qual a abolição foi feita, espoliando a classe dos senhores-de-engenho de sua mão-de-obra. O

---

<sup>5</sup> Ver: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op. cit.*.

historiador pernambucano ressentiu-se do resultado que essa medida havia provocado no nordeste do país - derrubando os últimos vestígios de grandeza material que a região ainda possuía. Não negava a necessidade do fim da escravidão, que não mais convinha a uma nação civilizada e moderna. No entanto, acreditava que a abolição poderia ter sido menos “repentina e injusta” para com os proprietários.<sup>6</sup> O autor chegou a afirmar, justificando o trabalho escravo no nordeste brasileiro e nas Antilhas:

*O trabalho negro é, todavia, o único possível, além do asiático, em latitudes e sob céus tropicais. O trabalho branco jamais poderá medrar com viço em semelhante meio. Por isso a prosperidade, quer material quer moral do norte do Brasil, mesmo do que está rico, graças à fácil indústria extrativa, a qual não é, no entanto, inesgotável, nunca logrará igualar a do sul. A relação de dependência servil entre o branco e o negro era a atmosfera social que realmente convinha àquele meio físico. A abolição foi muito mais revolucionária do que o imaginavam mesmo os seus próceres.<sup>7</sup>*

A utilização dos parâmetros *raça* e *meio* como elementos centrais no pensamento de Oliveira Lima estão evidenciados na passagem transcrita acima. Em um meio hostil - caracterizado pelas “chuvas torrenciais do inverno, o calor abrasador do verão, as cheias, o impaludismo, todas as misérias da esplêndida zona tropical”-, o branco acabaria, segundo Oliveira Lima, por “definhar” e

<sup>6</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*, p. 96. Ver o “Prefácio” de Manoel da Silveira Cardozo, pp. 46-7.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 96.



“degenerar”. Sendo assim, acreditava que a imigração européia não seria uma solução adequada para o nordeste e norte do país. Elogiou, em contraposição, a imigração de indianos para a Guiana Inglesa que, “substituindo no cultivo dos campos os indolentes negros alforriados, permitiram à raça branca continuar no seu papel exclusivamente diretor.”<sup>8</sup> Oliveira Lima considerava que o nordeste do Brasil precisava de mão-de-obra adequada aos rigores do clima tropical, restando aos brancos apenas um papel de comando econômico e político.

Da mesma forma que as discordâncias em relação à maneira como foi conduzida a abolição não significavam que Oliveira Lima acreditasse no retorno do regime escravista, seu saudosismo monarquista não indicava que contasse com a restauração da monarquia. Suas críticas às repúblicas hispano-americanas apontavam, como já indicamos, para os riscos do caudilhismo e do federalismo “degenerado”. Em nenhum momento, chegou Oliveira Lima a propor claramente um retorno ao velho regime como alternativa política - ainda que talvez assim o desejasse. Sua estada na Venezuela exacerbou sua oposição à ditadura militar e ao belicismo, levando-o a transformar-se num franco inimigo do militarismo, do personalismo, do emprego da força para resolver contendas políticas.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 95.

<sup>9</sup> Idem. “Aspectos venezuelanos”. In: *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*, pp. 110-49. Ver também o “Prefácio” de Manoel da Silveira Cardozo, p. 47.

Afirmava o autor que “o grande mal das repúblicas hispano-americanas” “desarmonia entre a teoria e a prática”: a degeneração da liberdade em ruína, da autoridade em despotismo. E a primeira responsabilidade desses “males” caberia à mestiçagem. Seguindo uma tendência marcante das teorias históricas e sociológicas produzidas no decorrer do século XIX e do início do XX, Oliveira Lima explicava o “atraso” da América Latina baseando-se em fatores naturais e raciais. O clima tropical e a mestiçagem não favoreceriam o progresso.<sup>10</sup> Sustentava o autor:

*O progresso latino-americano surge mais pronunciado onde, como no Brasil, imperou cedo um regime de ordem e de liberdade, ou onde, como na Argentina e no Chile, foi notavelmente inferior a proporção do mestiçamento, sobretudo com o fator negro, mais baixo na escala social, mais subserviente na degradação servil e portanto mais aviltante como cruzamento. [...] Onde prepondera o fator branco, mesmo numa atmosfera de desordem, é com efeito sempre mais intenso e rápido o progresso: outro tanto acontece onde o sistema de governo for mais liberal e, além disso, mais apropriado às condições do meio social...*<sup>11</sup>

Brasil, Argentina e Chile, portanto, tinham uma situação mais favorável ao progresso, segundo o autor. O primeiro, em razão da ordem e estabilidade impostas pela monarquia, e os últimos, pela ausência quase total do negro.

Oliveira Lima, portanto, reiterava todas as concepções racistas da época. No entanto, afirmava que a “fusão” racial era necessária em países que

<sup>10</sup> Idem, *América Latina e América Inglesa*, pp. 172-3.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 176.

possuíam contingentes das raças “inferiores”. Afirmava que o cruzamento poderia exercer-se no sentido da degradação, mas também no “sentido inverso da elevação”. Neste ponto fez uma advertência aos Estados Unidos: considerou que, apesar da “pureza da raça” ter contribuído para a “superioridade” da civilização norte-americana, com o tempo, a conservação de populações de “cor diversa” e com “sentimentos hostis”, acabariam por levar ao ódio e à violência. E alertou: “o desfecho pelo amor é sempre preferível ao que é trazido pelo ódio”.<sup>12</sup>

A fusão racial que estava se realizando na América Latina levou o autor a acreditar que “os elementos inferiores acabarão breve por desaparecer no elemento superior”, até ao ponto de “não existirem mais mestiços, quando o sangue negro ou índio se houver diluído no sangue europeu”.<sup>13</sup> O ideal do branqueamento foi reafirmado quando o autor proclamou - recuperando as idéias expostas por João Baptista Lacerda<sup>14</sup> no Primeiro Congresso Internacional das Raças, ocorrido em Londres, no ano de 1911 - que o mestiço não era “verdadeiramente uma raça”, mas um “tipo étnico variável” e que, portanto, tendia a desaparecer. Para Oliveira Lima, a imigração crescente de brancos europeus colaboraria para a “extinção” dos mestiços no Brasil. O país

---

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, pp. 44-5.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>14</sup> João Baptista Lacerda era diretor, na época, do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

seria, no futuro, um “viveiro de gente branca e um foco de civilização latina”.<sup>15</sup>

Oliveira Lima afirmou, também, que na América Latina dominava uma norma afetiva entre as raças, antecipando - como já havia feito Nabuco - as idéias surgidas posteriormente acerca da existência de uma “democracia racial” no Brasil, e estendendo-as à América Hispânica.

Entretanto, não acreditava na igualdade racial. Apesar daqueles que negavam a distinção entre raças superiores e inferiores, Oliveira Lima dizia que isso poderia “ser verdade aplicando-se a expressão a variedades dentro da mesma raça, como latinos e germânicos”. Contudo, as diferenças não poderiam ser negadas, “à face mesmo da evolução histórica, tratando-se por exemplo de europeus e africanos”.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo que reiterava ser a mestiçagem causa do atraso moral e social da América Latina, dizia que a fusão das raças produziria a integração moral, condição do equilíbrio social da região. Portanto, em aparente contradição, a mestiçagem era a causa do atraso e a condição do equilíbrio social na América Latina. Equilíbrio a ser alcançado com o branqueamento, que levaria ao desaparecimento das raças “inferiores”.

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel. *América Latina e América Inglesa*, pp. 28-9.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 161.

Essa perspectiva via, obviamente, com muita simpatia, a imigração européia para a América Latina, como fator importantíssimo para a civilização.

Oliveira Lima defendeu a educação como um fator de desenvolvimento, contra o avanço da anarquia. Mas ele fez uma ressalva em relação aos negros recém libertados: a instrução não deveria inculcar nos negros brasileiros, “como sucedeu com os negros das Antilhas e da Guiana, uma falsa concepção de honra e de respeitabilidade, fundada no desprezo do trabalho braçal.”<sup>17</sup> Ou seja, instrução sim, mas mantendo cada qual em suas funções. E aos negros, dada sua “inferioridade indiscutível”, deveriam continuar reservadas as atividades braçais, mais adequadas, segundo o historiador, a esta raça.

José Veríssimo interpretou os problemas brasileiros, da mesma forma que Oliveira Lima, a partir dos parâmetros *raça e meio físico* - presentes, como vimos, na maioria das análises da época. Os elementos que julgou como dominantes no nosso caráter nacional foram “a indiferença, o desânimo, a passividade, a fraqueza”, a “extrema bonomia”, a “indolência” e a “desambição”. E os fatores explicativos destas características deveriam ser buscados na “Etnogenia, isto é, as origens etnográficas e históricas”; na “Geografia, ou a ação da terra sobre o homem”; e na “Educação, isto é, a

---

<sup>17</sup> Idem. *Impressões da América Espanhola*, p. 96.

influência da sociedade sobre o cidadão”. Das três raças formadoras da nacionalidade, duas - índios e negros - eram “selvagens e, portanto, descuidosas e indiferentes”, e a outra - os portugueses- estava “em rápido declínio”. A natureza abundante e a ausência de invernos rigorosos teria contribuído ainda mais para a “imprevidência e falta de iniciativa” dos brasileiros. A escravidão teria exacerbado o menosprezo ao trabalho e a ausência de educação pública não teria possibilitado a criação de condições para combater estes males.<sup>18</sup> Ao tratar da infância e juventude nas famílias mais abastadas que, a princípio, teriam condições mais favoráveis para prover a futura elite política do país, assim se pronunciou Veríssimo, sintetizando sua descrença no Brasil:

*Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e, por isso mesmo, incoseqüente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra - eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida.*<sup>19</sup>

Esta visão negativa baseava-se na influência evolucionista da época: era uma sociedade ainda bárbara, que necessitava da educação para vencer a barbárie e alcançar a civilização. Este diagnóstico do Brasil não se diferenciava, em suas linhas gerais, das interpretações de Veríssimo sobre os

<sup>18</sup> Ver o capítulo II de *A Educação Nacional*, designado “As características brasileiras”, pp. 61-72.

<sup>19</sup> VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*, p. 69.

países hispano-americanos, também caracterizados, segundo ele, por fortes elementos de barbárie.

Artur Orlando, como tantos de sua época, endossou a interpretação do naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, expressa em seu conhecido trabalho intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, dissertação vencedora de um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1844. Neste texto, Von Martius defendeu a tese da especificidade da história brasileira, país composto por três raças mescladas e formadoras da nacionalidade, sendo que aos brancos caberia o papel civilizador, encabeçando uma hierarquia, seguida pelos índios e, por último na escala social, pelos negros. Com este trabalho, Von Martius introduziu os critérios naturalistas na historiografia brasileira, com ênfase nos estudos do meio e da raça.<sup>20</sup> Orlando, por sua vez, corroborou a tese de Sílvio Romero que, baseado em Von Martius, entendia que o verdadeiro brasileiro era o mestiço.<sup>21</sup>

Ao tratar da escravidão negra, Orlando citou e endossou as enfáticas críticas de Nabuco, explicitadas em *O Abolicionismo*. Considerava a

---

<sup>20</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, pp. 112-3 e VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>21</sup> ORLANDO, Artur. *Pan-Americanismo*, pp. 163-4.

escravidão “um grande crime”, “a mais abominável instituição de que dá testemunho a história”, “filha do tráfico”. Ele tinha clareza de que o tráfico negreiro era fonte de enormes lucros e, por isso, um dos principais fatores de estímulo à escravidão africana, instituição que entorpecia a economia nacional e degradava física e moralmente a sociedade.<sup>22</sup>

Recusando o argumento que negava a capacidade dos negros para o trabalho orgânico e produtivo, Orlando justificou sua opinião elogiando a organização do trabalho nos quilombos: “nem se diga que era impossível a incorporação do filho da África à terra, porque a história dos *quilombos* mostra quanto o negro tinha aptidão para organizar um bom regime agrícola”.<sup>23</sup>

Entretanto, apesar de discordar severamente da escravidão, Artur Orlando não fugiu à visão predominante e criticou a mestiçagem entre raças “muito afastadas” como fator de degenerescência e desequilíbrio:

*O cruzamento de raças mais ou menos iguais, mais ou menos aparentadas, pode produzir excelentes resultados; mas entre raças muito afastadas umas das outras, quer pelo sangue, quer pela cultura, provavelmente trará a degradação ou regressão. Em todo caso o rompimento do equilíbrio mental é certo.*<sup>24</sup>

Coerentemente com as concepções deterministas da Escola do Recife, Orlando considerava, como elementos explicativos da história, as raças e o

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, pp. 164-7 e 175.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 168, grifo do autor.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pp. 67-8.



meio. Entretanto, o autor deu, a seu modo, especial relevância às relações econômicas. Ao mesmo tempo, para a conquista do estágio civilizado, julgava que a organização político-jurídica e os altos valores morais da sociedade eram imprescindíveis. Assim esclareceu seus pontos de vista:

*Ao solo em sua mais larga acepção, no sentido não somente de influência climática, de configuração geográfica, de constituição geológica, mas ainda de organização de propriedade, devem os povos seu desenvolvimento histórico, o que importa dizer sua instituições morais, políticas e jurídicas.*<sup>25</sup>

Em relação à questão da organização da propriedade, reconheceu que, nos regimes escravistas, a terra usualmente é dividida em grandes domínios. Segundo Orlando, o poder dos latifúndios escravistas contribuía para o atraso brasileiro, pois dificultava a urbanização dos campos, possibilitava a destruição das florestas e o esgotamento do solo<sup>26</sup>, e não estimulava o investimento na construção de obras de interesse público: pontes, estradas, escolas, etc.

Orlando unia em seu pensamento a influência do determinismo geográfico e racial; a rejeição da mestiçagem entre “raças desiguais”; a crítica à escravidão e ao latifúndio; a defesa do liberalismo norte-americano e do pan-americanismo; a crença no direito como fundamento da civilização; a

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, pp. 171-2.

<sup>26</sup> Vale registrar que o autor - nas suas críticas ao latifúndio escravista - afirmou que o trabalho escravo se caracterizava pela “indiferença ao meio ambiente”. É interessante constatar a preocupação com a preservação ambiental em um intelectual brasileiro do início do século XX. Idem, *ibidem*, p. 173.

confiança na possibilidade de diminuir as injustiças sociais através da subordinação da plutocracia a um direito internacional americano (a ser colocado em prática com a efetivação do projeto pan-americanista). Esta reunião de idéias social-darwinistas, evolucionistas e liberais em um mesmo intelectual não era exceção no Brasil e na América Hispânica da virada do século XIX para o XX. Como sintetiza Lilia Moritz Schwarcz, referindo-se ao Brasil,

*... o que se percebe é a emergência de dois debates contemporâneos: de um lado, o enraizamento de um modelo liberal jurídico na concepção do Estado; de outro, porém, a retomada do debate sobre a questão da igualdade (tendo como base as conclusões deterministas raciais) e o paralelo enfraquecimento de uma discussão sobre a cidadania. Teorias formalmente excludentes, racismo e liberalismo conviveram no país em finais do século, merecendo locais distintos de atuação. [...] Fazendo uso dos instrumentos que possuíam, esses "homens de ciência" encontrarão uma convivência bastante extravagante entre discurso liberal e racial. Se o primeiro constará no texto da lei, das falas oficiais, o segundo surgirá com frequência nos romances naturalistas, nas teses científicas - seja na área do direito, seja na medicina, nas ciências naturais ou na história.<sup>27</sup>*

Euclides da Cunha, como sabemos, adotou concepções positivistas, evolucionistas e social-darwinistas, da mesma forma que outros tantos intelectuais do período. Não discutiremos, neste trabalho, suas idéias acerca da questão racial e da natureza expostas em sua maior obra, *Os Sertões*, livro ao

---

<sup>27</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, pp. 244-5.

qual se dedicaram - e continuam a se dedicar - os especialistas da obra euclidiana. Nossa intenção é bem mais modesta: pretendemos buscar sua visão sobre os hispano-americanos e, com este objetivo, analisaremos suas interpretações em torno dos temas *raça* e *natureza* expressas em dois artigos publicados no livro *Contrastes e Confrontos*, em que trata especificamente do Peru e dos peruanos.

Conforme já afirmamos, as atividades de Euclides na fronteira amazônica entre Brasil e Peru implicaram em uma maior dedicação do autor à análise de questões peruanas, ainda que também tenha publicado textos nos quais fez referências a outros países da América Hispânica.

Segundo Euclides, no Peru, o determinismo do meio tinha sido implacável: a história peruana parecia “um escandaloso plágio da natureza física”. Em todas as suas fases, os “fatos sociais” eram “um decalque dos fatos inorgânicos, repontando, reproduzindo-se e traduzindo-se entre dois extremos: os Andes e a civilização dos incas, os terremotos e o Peru dos ‘pronunciamentos’ ”. A região afetada pelos abalos sísmicos era a mesma das lutas lideradas pelos caudilhos, marcada por golpes e contragolpes; a serra imponente correspondia ao império incaico: forte, inflexível, teocrático. No litoral, desenhava-se “um presente indefinido e deplorável”; nas montanhas,

“um passado imemorial quase maravilhoso”. Dois mundos não apenas distantes, mas “incompatíveis”.<sup>28</sup>

Euclides fez elogios vigorosos às obras de engenharia dos incas. Impressionou-se com os aquedutos, o sistema de irrigação, as estradas, as pontes, as fortalezas, os templos. Os incas constituíam, segundo o escritor brasileiro, uma “raça extraordinária que, sem conhecer o ferro, se afoitou a cinzelar a pedra, e com uma frágil ferramenta de bronze criou uma escultura monumental em blocos de montanhas”.<sup>29</sup>

Apesar de todas estas qualidades, os incas não suportaram a “brutalidade militar da Espanha”. Euclides comparou a Conquista a um terremoto que teria destruído a “unidade da raça autóctone, disciplinada e íntegra”, substituindo-a pela “desordem de uma exploração em larga escala e o dispersivo dos caracteres de imigrantes atraídos de todos os países”. A história peruana, a partir do século XVI, passou a significar destruição, “parasitismo”, “desapego às tradições”, “falta de solidariedade” da parte dos que vieram apenas para arrebatar dos índios os seus tesouros. O passado peruano era um “despojo”.<sup>30</sup>

Sinteticamente, assim Euclides diagnosticou a situação peruana:

*... uma nacionalidade, cujos antecedentes étnicos prefiguram  
mais elevados destinos, jaz bloqueada entre o maior dos mares e*

<sup>28</sup> CUNHA, Euclides da. “Contrastes e confrontos”. In: *Contrastes e Confrontos. Obra Completa*, vol. 1, p. 175.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, pp. 175-6.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 177.

*a maior das cordilheiras, sobre um solo batido pelo desequilíbrio dos agentes físicos e em contato com um passado que tanto tem influído na sua desfortuna.*<sup>31</sup>

Euclides acentuou a ausência, no Peru, de uma nacionalidade constituída, com tradições definidas, pois sua trajetória tinha sido sempre perturbada por estrangeiros de diferentes origens que invadiram e ocuparam o território peruano apenas para explorá-lo e, a seguir, abandoná-lo deixando a terra arrasada. A “ordem política” parecia refletir “o desequilíbrio das forças naturais”. Para ele, não era possível perceber no país vizinho nenhum “aspecto estável”, “caráter predominante” ou “traço nacional incisivo”.

Euclides traduziu no título de um de seus artigos sobre o Peru, “Contrastes e confrontos”<sup>32</sup>, sua visão sobre o país: pleno de dilemas, lutas, contradições. Com um passado indígena imponente, a partir do século XVI o país passou a ser seguidamente explorado: inicialmente pelos colonizadores espanhóis e, posteriormente à independência, por grupos econômicos de diversos países. O Peru era um país, segundo Euclides, dividido entre um passado glorioso - indígena - e um presente anárquico e desnacionalizado. O futuro dependia da ocupação e desenvolvimento da sua região amazônica, com a navegação pelos rios da bacia e o acesso ao Atlântico.

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p. 178.

<sup>32</sup> *Contrastes e Confrontos* também foi o título escolhido para o livro em que o artigo está inserido, publicado originalmente em 1907.

As interpretações de Euclides sobre o Peru, a partir das suas concepções deterministas, eram contrastantes. Condenava o excesso de imigrantes de diferentes origens étnicas que, segundo ele, dificultava a consolidação de um sentimento nacional peruano. Ao mesmo tempo, visualizava um futuro próspero caso o país integrasse a região amazônica ao resto do território nacional. Além disso, manifestava grande admiração pelos incas - que teriam conseguido superar as dificuldades do meio, construindo uma civilização próspera -, contrariando as concepções racistas, que não consideravam os indígenas capazes de construir uma sociedade organizada e progressista. O Peru, segundo Euclides, era um país com um passado glorioso e um futuro promissor. Contudo, teria que superar um presente débil e hostil ao progresso. Podemos comparar esta visão com a que possuía sobre o Brasil: sem um passado glorioso e com um presente marcado pelo atraso, suas perspectivas sobre o futuro brasileiro alternavam otimismo e pessimismo, como já tivemos oportunidade de salientar no capítulo anterior.

Manoel Bomfim e Sílvio Romero também marcaram presença nos debates sobre a América Latina e o diagnóstico dos seus “males”. Envolveram-se em longa polêmica em torno do livro de Bomfim, *A América Latina: males de origem*. Romero combateu as idéias do conterrâneo numa série de 25

artigos, depois reunidos no livro *A América Latina. Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, de 1906.

Em seu trabalho, Bomfim negou a validade da utilização da teoria de Darwin para analisar as sociedades humanas, questionando o evolucionismo spenceriano e o social-darwinismo. Refutou as teorias racistas de Le Bon e Gobineau, negando a estas o *status* de ciência. Para ele, as teorias que afirmavam a inferioridade de determinadas raças em relação a outras seriam apenas um “sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”, uma “sociologia da cobiça”, uma “ciência alegada pelos filósofos do massacre [...] adaptada à exploração”.<sup>33</sup> Bomfim negava a cientificidade destas teorias, que seriam meras suposições, sem verificação nos fatos.

No seu livro *O Brasil na América*, Bomfim citou a obra de José Ingenieros, *Populações Latino-Americanas*, na qual o ensaísta argentino distinguiu, a partir da realidade platina, três grupos étnicos inassimiláveis: brancos, de ascendência européia; mestiços, os gaúchos dos pampas; e, finalmente, os índios. A hierarquização proposta por Ingenieros, com os euro-argentinos ocupando o topo da pirâmide, foi severamente criticada por Bomfim. O autor brasileiro também citou os argentinos D. F. Sarmiento,

---

<sup>33</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina*, pp. 243 e 329.

Carlos Octavio Bunge, Ayarragaray e J. B. Alberdi, o boliviano Alcides Arguedas e o peruano García Calderón como claros exemplos de racismo travestido de cientificismo. Bomfim chamou a atenção para “todas essas prevenções e soberbias do castelhano para com as gentes subalternas”. Os “preconceitos veementes” imperantes na América Hispânica contra mestiços, índios e negros, eram, em grande medida, “a razão por que a serôdia e odienta teoria das *superioridades e inferioridades* de raças” tinha “tanta voga nos sociólogos neocastelhanos”.<sup>34</sup>

Ao discutir a questão do negro no Brasil, Bomfim admitiu o amplo cruzamento racial, mas procurou minimizar a influência dos negros sobre a “essência da alma brasileira”. Segundo ele - como já salientamos anteriormente -, o Brasil já estava “definido” em meados do século XVII, período em que o número de escravos negros era “relativamente bem pequeno”. O africano teria refletido “muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desviá-la, no entanto, das linhas definitivas”. Uma das características desta raça, para o autor, era a “afetividade submissa”: amavam “o próprio senhor, o tirano odiento”. Bomfim, como outros autores, enfatizou que a escravidão, no Brasil, teria sido menos cruenta do que “em qualquer das outras colônias modernas, inclusive a América inglesa”. E, por esta razão, aqui, não teria

---

<sup>34</sup> Idem. *O Brasil na América*, pp. 188-94. Grifos do autor.



havido aquelas “sangrentas reações de escravos, como se encontram na história de outras partes da América. Afora casos individuais, contra um ou outro senhor mais desumano, as revoltas se limitavam aos quilombos de negros fugidos ...”. Mesmo reconhecendo que “a grande produção do país brasileiro foi pelo trabalho dos negros cativos”, o autor sergipano realçou a forte presença de trabalhadores livres nas fazendas. E concluiu: “o Brasil é um país de população cruzada, desde os seus primeiros dias”.<sup>35</sup>

É interessante observar que, mesmo negando veementemente a desigualdade das raças e o preconceito de cor, Bomfim procurou reduzir a importância do papel do negro na formação nacional brasileira, pois, como vimos, reforçou a idéia de que nossas raízes nacionais já estavam em franco processo de consolidação no primeiro século e meio da colonização. Ao mesmo tempo, tal como Nabuco, endossou que a escravidão no Brasil teria sido “menos cruel” e os negros teriam sido assimilados com menos dificuldades do que em outras regiões do continente, o que também teria ocorrido em relação aos índios. Podemos verificar, portanto, que Gilberto Freyre teve mais de uma fonte, entre os ensaístas brasileiros, em que pôde se inspirar para desenvolver sua interpretação da formação nacional brasileira.

---

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, pp. 200-6.

Apesar de rejeitar a assimilação direta entre a sociologia e as leis da biologia, Bomfim tomou de empréstimo da zoologia a noção de parasitismo, com o objetivo de analisar e criticar as relações de exploração entre classes e nações. O “parasitismo” dos senhores sobre seus escravos, do capital sobre o trabalho, dos dominantes sobre os dominados, das metrópoles sobre as colônias, acabava por levar, tal qual na natureza, à degeneração tanto dos parasitas, pelo atrofiamento dos órgãos em desuso, quanto dos parasitados, sugados e debilitados por aqueles que vivem às suas custas.<sup>36</sup> A recusa de uma utilização imediata das leis biológicas para analisar as sociedades não significou, para Bomfim, a rejeição do organicismo. O autor deixou clara sua visão:

*Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vezo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades - digamos os grupos sociais - como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles. Uma verdade, porém, é hoje universalmente aceita - que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas.<sup>37</sup>*

<sup>36</sup> Idem. *A América Latina*, pp. 51-65.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 51.

Ou seja, para Bomfim, também as sociedades devem ser compreendidas como organismos regidos por leis “fatais”. Entretanto, leis próprias regem as sociedades - as “leis sociais”, com características diferentes das que regem os outros organismos vivos - as “leis biológicas”. A adesão a determinadas concepções positivistas é inegável. No entanto, as premissas de suas reflexões levaram Bomfim a conclusões diversas - para não dizer opostas - às da maioria dos seus contemporâneos: ao invés de tentar legitimar a dominação dos “inferiores”, condenou as várias formas de exploração e as teorias “científicas” que as justificavam.

A contradição entre a crítica à utilização de conceitos retirados da biologia e, simultaneamente, o uso destes mesmos conceitos, redundou no estranhamento provocado pela leitura da obra de Bomfim. Também não podemos ignorar que suas críticas aos mecanismos de exploração não poderiam ter sido recebidas sem reservas pelas camadas dominantes, ao mesmo tempo que as concepções organicistas por ele utilizadas, de orientação positivista, o afastaram dos socialistas. As razões das dificuldades de recepção da obra de Bomfim foram sintetizadas por Flora Süssekind e Roberto Ventura:

*A opacidade do texto de Bomfim, que resultou em progressivo fechamento histórico de sua recepção, dá-se em várias frentes: dupla referência, no metafórico, ao biológico e ao histórico-social; crítica ao biologismo cientificista e concomitante construção, a partir deste mesmo horizonte, de seu sistema conceitual; oscilação entre a paixão na linguagem e o uso crítico*

*de uma terminologia científica. Opacidade, enfim, que pode ser desvelada na leitura do seu sistema metafórico.*<sup>38</sup>

Na sua ânsia em contestar Bomfim, Romero negou qualquer valor à obra do “rival”, dando relevância a questões secundárias, procurando demonstrar erudição. Na realidade, divergências essenciais separavam os dois autores: Bomfim, crítico ácido das vertentes social-darwinistas, e Romero, adepto convicto dessas mesmas correntes.<sup>39</sup>

No campo da educação, não podemos deixar de mencionar a obra de Rocha Pombo, *Compêndio de História da América*, pioneira entre os livros didáticos de História da América no Brasil.<sup>40</sup> O livro foi resultado de um concurso promovido pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro, que necessitava de uma obra para subsidiar a disciplina História da América, a ser ministrada no curso de formação de professores primários da

<sup>38</sup> SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. “Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)”. In: *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984, pp. 32-3.

<sup>39</sup> Sobre a polêmica entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero, ver: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 62, 146, 156-8; e CÂNDIDO, Antônio. “Os Brasileiros e a Nossa América”. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 136-9.

<sup>40</sup> Sobre o livro de Rocha POMBO, *Compêndio de História da América*, Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900, ver: Circe Maria F. Bittencourt. “O Percorso Acidentado do Ensino de História da América”. In: BITTENCOURT, Circe Maria F. & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (coords.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 210-3 (Col. “América 500 Anos”, vol. 3) e CÂNDIDO, Antônio. “Os Brasileiros e a Nossa América”. In: *Op. cit.*, p. 137

Escola Normal. Com parecer favorável de Manoel Bomfim, o livro de Rocha Pombo, único concorrente, acabou sendo publicado em 1900. É significativo o fato de que, no momento da consolidação do regime republicano, tenha aumentado a preocupação com o ensino da História da América no Brasil. Mais relevante ainda é constatar que o livro procurou romper com as concepções historiográficas predominantes, de cunho europocentrista. Rocha Pombo - como Manoel Bomfim - rejeitava as concepções colonialistas e racistas vigentes na historiografia positivista dominante. O plano da obra revelou esta postura teórica crítica: incluiu o período pré-colombiano, a análise da dominação dos europeus sobre os povos nativos e, na terceira parte, as lutas de emancipação das colônias americanas e o processo de consolidação dos Estados nacionais, com a discussão sobre suas lutas civis internas. O autor realçou a necessidade de se estudar a história brasileira inserida no contexto continental, refletindo conjuntamente sobre o Brasil, a América Hispânica e os Estados Unidos. A obra de Rocha Pombo, no entanto, não teve grande aceitação. Apesar de ter sido adotada em escolas de renome, como a Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, teve apenas duas edições (1900 e 1925). A maioria das obras didáticas continuou a seguir as diretrizes da historiografia francesa de tendência positivista, com a História da América, e

também a História do Brasil, tratadas como apêndices da “História Universal”,  
leia-se, História da Europa.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Sabemos que os livros didáticos revelam, em grande medida, as interpretações predominantes, tanto no ambiente escolar propriamente dito, como na sociedade em geral - ainda que nas academias e institutos de pesquisa outras interpretações venham ocupando o lugar das anteriores. A História da América e, particularmente, a História da América Hispânica - tanto como disciplina escolar, como área de pesquisa - ocupava um lugar secundário no interesse dos brasileiros do começo do século. Entretanto, como este trabalho procurou demonstrar - entre outras questões -, aos poucos e de maneira oscilante, foi ampliando, cada vez mais, este espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mostramos ao longo do trabalho, os intelectuais brasileiros da virada do século discordaram sobre questões fundamentais da vida nacional. Monarquistas ou republicanos, escravocratas ou abolicionistas, opositores ou defensores do pan-americanismo, adeptos do social-darwinismo ou críticos da desigualdade das raças, defensores da educação popular ou da manutenção da educação para as elites brancas e proprietárias, enfim, as controvérsias foram freqüentes e intensas.

Entretanto, em relação às representações construídas sobre a América Hispânica, não se pode negar que, a despeito de divergências profundas em torno de vários temas polêmicos - como apontamos no trabalho -, prevaleceram as interpretações com sinal negativo. A ênfase foi dada às imagens de anarquia, caos social, desordem, instabilidade, barbárie, atraso, militarismo, autoritarismo, ditadura, violência política, convulsão, fragmentação, federalismo degenerado, guerras civis, caudilhismo, demagogia, selvageria. Listamos acima as palavras utilizadas com freqüência por autores como Eduardo Prado ou Oliveira Lima. José Veríssimo e Euclides da Cunha, ainda que tenham argumentado, em alguns momentos, a favor de uma maior integração cultural e econômica entre o Brasil e os países hispano-americanos,

mantiveram juízos bastante pessimistas e negativos sobre a América Latina, incluindo o Brasil. Artur Orlando e Nabuco desqualificavam a América Hispânica com o intuito de defender mais enfaticamente o pan-americanismo. Segundo eles, a integração da América Latina, e do Brasil em particular, aos Estados Unidos era a única possibilidade de superação do atraso. Dentre os intelectuais analisados neste trabalho, Manoel Bomfim e Rocha Pombo foram os únicos que contrariaram as interpretações predominantes, em especial o primeiro. Já mostramos como Bomfim construiu um contra-discurso, desafiando os grupos dominantes e provocando a ira daqueles que não aceitavam suas idéias revolucionárias, como foi o caso de Sílvio Romero.

Ao constatarmos, nestas últimas páginas de nosso trabalho, a predominância de imagens negativas sobre a América Latina - negatividade que incluía ou não o Brasil, dependendo do contexto e/ou do autor -, não tivemos a pretensão de simplificar nossas reflexões. No desenvolvimento das análises sobre os intelectuais abordados, procuramos, em todo o trabalho, evidenciar a diversidade de idéias e, inclusive, as contradições internas ao pensamento de cada um.

No entanto, podemos asseverar que o distanciamento e as relações ambíguas entre o Brasil e os outros países latino-americanos foram, em grande



medida, reforçados por vários intelectuais brasileiros que produziram no período a que dedicamos este estudo.

Ainda que o início do período republicano tenha significado um fortalecimento do americanismo no Brasil - rompendo com a presença quase exclusiva da Europa nos interesses dos intelectuais brasileiros -, a América Hispânica permaneceu como uma “outra” América. E o Brasil, ainda hoje, oscila entre o sentimento de ser, ou não, parte integrante da América Latina.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes Básicas:

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 4<sup>a</sup>.ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 (1<sup>a</sup>. ed. de 1905).

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira*. 2<sup>a</sup>.ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (1<sup>a</sup>.ed. de 1929).

\_\_\_\_\_. *O Brasil na História: Deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Nação: Realidade da soberania brasileira*. 2<sup>a</sup>.ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. (1<sup>a</sup>.ed. de 1931).

CUNHA, Euclides da. *Correspondência de Euclides da Cunha* (ativa). Orgs.: Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Obra Completa*. 2<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, 2 vols.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937 (1<sup>a</sup>.ed. de 1895).

\_\_\_\_\_. *Cartas a Amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPE), 1949, 2 vols. (*Obras Completas*, vols. XIII e XIV).

\_\_\_\_\_. *Minha Formação*. 9<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1976 (1<sup>a</sup>. ed. de 1900).

\_\_\_\_\_. *O Abolicionismo*. 5<sup>a</sup>. ed., Petrópolis: Vozes, 1988 (1<sup>a</sup>. ed. de 1883).

\_\_\_\_\_. *O Dever dos Monarquistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

\_\_\_\_\_. *Pensamentos Soltos. Camões e Assuntos Americanos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPE), 1949 (*Obras Completas*, vol. X).

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *América Latina e América Inglesa. A Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-americana*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d. (publicação de seis conferências pronunciadas originalmente na Universidade de Stanford, EUA, em outubro de 1912).

\_\_\_\_\_. *Coisas Diplomáticas*. Lisboa: "A Editora", 1908.

\_\_\_\_\_. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

\_\_\_\_\_. *Memórias (Estas minhas reminiscências ...)*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

\_\_\_\_\_. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

\_\_\_\_\_. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig: F.A.Brockhaus, 1899.

\_\_\_\_\_. *Obra Seleta*. Organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. *O Movimento da Independência; O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, s.d.

\_\_\_\_\_. *Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 (1ª.ed. de 1907).

ORLANDO, Artur. *Ensaaios de Crítica*. São Paulo: Edusp; Grijalbo, 1975, introdução de Antonio Paim (1ª. ed. de 1904).

\_\_\_\_\_. *Pan-Americanismo*. Rio de Janeiro: Tip. do "Jornal do Commercio", 1906.

POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1925, 419 p. (1ª.ed. de 1900).

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1961 (a 1ª. ed., de 1893, foi confiscada e suprimida por ordem do governo brasileiro).

\_\_\_\_\_. *Eduardo Prado: Trechos Escolhidos*. Seleção de Mário Casasanta. Rio de Janeiro: Agir, 1959 (Col. "Nossos Clássicos", 39).

\_\_\_\_\_. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: E.T.S., 1902.

ROMERO, Sílvio. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim)*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, 1906.

\_\_\_\_\_. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora; São Paulo: Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. *Sílvio Romero: trechos escolhidos*. Seleção de Nélon Romero. Rio de Janeiro: Agir, 1959 (Col. "Nossos Clássicos", 35).

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3ª.ed., Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, 145 p. (1ª. edição de 1890).

\_\_\_\_\_. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora; São Paulo: Edusp, 1978.

## **2. Bibliografia Geral:**

### **2.1. Sobre o Brasil e a produção intelectual brasileira no final do Império e nas primeiras décadas republicanas:**

ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª.ed. revista, São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC, 1978.

- ANTELO, Raúl (org. e trad.). *Confluencia: Literatura argentina por brasileños. Literatura brasileira por argentinos*. Buenos Aires: Centro de Estudios Brasileños, 1982.
- ARRIGUCCI Jr., Davi. “Conversa entre Fantasmas (Brito Broca e os americanos)”. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 50, jan./dez. 1992, pp. 40-44.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7ª.ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- BEIGUELMAN, Paula. “Joaquim Nabuco: teoria e práxis”. In: *Joaquim Nabuco: Política*. São Paulo: Ática, 1982.
- BELO, José-Maria. *Inteligência do Brasil: Ensaio sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1938.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. “O Percurso Acidentado do Ensino de História da América”. In: Bittencourt, Circe Maria F. & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (coord.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 203-18 (Col. “América 500 Anos”, v. 3).
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34ª. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Rui, Euclides e outras vozes da cultura”. In: *O Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1973, pp. 113-46.
- BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil - 1900*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, 2 vols.
- \_\_\_\_\_. “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: *Argumento*. Rio de Janeiro, 1, outubro de 1973, pp. 6-24.

- CÂNDIDO, Antônio. "Os Brasileiros e a Nossa América". In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 130-139.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª. ed. revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CHACON, Vamireh. *História das Idéias Sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1977.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. "El pensamiento brasileño". In: ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, vol. II, pp. 47-61.
- \_\_\_\_\_. *O Positivismo na República*. São Paulo: Nacional, 1956.
- DEMARCHI, Ademir. *Falácias Americanas: Do Americanismo à Unidade da América*. São Paulo: Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH, USP, 1997, 195 p. (Tese de Doutorado).
- DIMAS, Antonio. "A encruzilhada do fim do século". In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 535-574.

- DIMAS, Antonio. *Tempos Eufóricos. (Análise de Kosmos: 1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As Idéias estão no Lugar". In: *Cadernos de Debate*, nº. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 59-64.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 14ª. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, 2 tomos.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. "Euclides da Cunha". In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 615-633.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris (orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomos II e III.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. "Resenha: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH; Humanitas Publicações - FFLCH - USP, vol. 18, nº. 35, 1998, pp. 395-400.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.
- LOBO, Hélio. *O Pan-Americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 150 p.

- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1996, 332 p. (Tese de Doutorado).
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura Social da República das Letras: Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Rui. O Homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. Unesp, Moderna, 1997, 318 p.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)*. São Paulo: Perspectiva, 1977, 87 pp. (Coleção ELOS, no. 4).
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ODÁLIA, Nilo. "O Ideal de Branqueamento da Raça na Historiografia Brasileira". In: *Contexto*. São Paulo: Editora Hucitec, no. 3, julho 1977, pp. 127-136.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAMPLONA, Marco Antônio. "Uma perspectiva 'arielista' entre os homens públicos brasileiros da virada do século: a visão dos Estados Unidos nos



escritos de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima”. In: *Letterature d’America*. Rivista Trimestrale, s.l., Bulzoni Editore, Brasiliana, anno XIII, n. 51, 1993, pp. 71-90 (separata).

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Ricardo M. *Sílvio Romero: Contribuições à formação do pensamento racial no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1996, 214 p. (Dissertação de Mestrado)

PRADO, Antônio Arnoni. “Nacionalismo Literário e cosmopolitismo”. In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 597-613.

QUEIROZ, Suely Robles de Reis. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. 2ª. ed., São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 292 p.

\_\_\_\_\_. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SÜSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto (orgs.). *História e Dependência: Cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1997, 222 p.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: O Povo da Terra*. São Paulo: Ática, 1995.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. "A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília; Rio de Janeiro, nº. 327, abril-junho 1980, pp. 19-81.

\_\_\_\_\_. "1914 ou escritores em Guerra". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/08/1984, "Caderno Especial", p. 4.

## **2.2. Sobre o conceito de América Latina e a produção intelectual latino-americana:**

ARDAO, Arturo. "Panamericanismo y latinoamericanismo", in: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO, 1986, pp. 157-171.

AROCENA, Felipe & LEÓN, Eduardo de. *El complejo de Próspero. Ensayos sobre cultura, modernidad y modernización en América Latina*. Montevideo: Vintén Editor, 1993.

AROCENA, Felipe. "Ariel, Calibán e Próspero: notas sobre a cultura latino-americana". In: *Presença: Revista de Política e Cultura*. Rio de Janeiro, nº. 15, abril de 1990, pp. 92-109.

BOLÍVAR, Simón. *Política*. Organizadores: Manoel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 40).

CARPENTIER, Alejo. *Literatura e Consciência Política na América Latina*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971, 144 p.

- CRESPINO, Regina Aída. *Messianismos Culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1997, 293 p. (Tese de Doutorado).
- DORATIOTO, Francisco. *Espaços Nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FELL, Eve-Marie. "Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria". In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 577-595.
- FERNÁNDEZ MORENO, César (org.). *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán*. Buenos Aires: La Pleyade, 1984.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (coord.). *Cultura y creación intelectual en América Latina*. 2ª. ed., México: Siglo XXI, 1989.
- HENRIQUEZ UREÑA, Pedro. *Historia de la cultura en la América Hispánica*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 13ª. reimpresión, 1992.
- IANNI, Octávio. *Imperialismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Labirinto Latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas Sociais na América Latina: Argentina, Brasil, Chile*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. 160 p.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974.

- MITRE, Antônio F.. "Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em Ariel de Rodó" in *Cadernos DCP*, Belo Horizonte: FAFICH - UFMG, n.º 7, setembro de 1985, pp. 137-154.
- MERQUIOR, José Guilherme. "O Outro Ocidente". In: *Presença: Revista de Política e Cultura*. Rio de Janeiro, n.º 15, abril de 1990, pp. 69-91.
- MORSE, Richard M. "A miopia de Schwartzman". In: *Novos Estudos Cebrap*, n.º 24, julho de 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOSER, Gerald M. "El Brasil como tema de ensayos hispanoamericanos desde 1922". In: *La Torre*. Río Piedras, Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico (UPR), año XVII, no. 66, oct.-dic. 1969, pp. 72-83.
- MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2ª. ed., São Paulo: Contexto, 1991.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- PAGANO, Adriana S. "Orquídeas Desiguais". Belo Horizonte: FALE - UFMG, 1996, 9 p. (mimeo).
- PAZ, Octavio. *O Labirinto da Solidão e Post-scriptum*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 261 p.
- PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994/1995 (volumes 2 e 3).
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Formação das Nações Latino-Americanas*. 2ª. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

- PRADO, Maria Lígia Coelho. "América Latina: Tradição e Crítica". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 1, n.º. 2, set. 1981, pp. 167-174.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre Política e Cultura na América Latina do Século XIX*. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1996, 201 pp. (Trabalho de Livre-Docência).
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMA, Carlos M. "La imagen de los Estados Unidos en la América Latina". In: *Cahiers des Ameriques Latines*. Paris: Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine. n.ºs. 9-10, 1974, pp. 11-41.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SARLO, Beatriz. "Intelectuales y revistas: razones de una practica". In: *Le discours culturel dans les revues latino-américaines (1940-1970)*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, CRICCAL, 1990, pp. 9-16.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. 5ª. ed., Buenos Aires, Kapelusz, 1971 (há uma recente edição brasileira: *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997 - tradução de Jaime A. Clasen e prefácio de Maria Lígia Coelho Prado).
- SCHWARTZMAN, Simon. "O espelho de Morse". In: *Novos Estudos Cebrap*, n.º. 22, outubro de 1988.
- \_\_\_\_\_. "O gato de Cortázar". In: *Novos Estudos Cebrap*, n.º. 25, 1989.
- SOARES, Maria Susana Arrosa. (coord.). *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; CNPq, 1985.
- SOLER, Ricaurte. *Idea y cuestión nacional latinoamericanas: de la independencia a la emergencia del imperialismo*. 2ª. ed., México: Siglo XXI, 1986.

SOMMER, Doris. "O Irresistível Romance: Ficções de Fundação da América Latina". Tradução de Adelaine La Guardia Nogueira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1995 (Texto originalmente publicado em *Nation and Narration*. New York: Routledge, 1990).

TERÁN, Oscar (sel.). *América Latina: positivismo y nación*. México: Editorial Katún, 1983, 190 p.

\_\_\_\_\_. "El primer antimperialismo latinoamericano". In: *Punto de Vista. Revista de Cultura*. Año IV, n. 12, julio-octubre, 1981, pp. 3-10.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. 5ª. ed., México: Espasa Calpe Mexicana, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. "Vantagens do moderno, vantagens do atraso". In: *Presença: Revista de Política e Cultura*. Rio de Janeiro, nº. 12, julho de 1988, pp. 145-162.

ZANETTI, Susana. "Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)". In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 489-534.

ZEA, Leopoldo (org.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI/ UNESCO, 1986.

\_\_\_\_\_. (comp.). *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1993, 3 volumes.

### **2.3. Outras obras:**

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BLANC, Marcel. *Os Herdeiros de Darwin*. São Paulo: Scritta, 1994.

- BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: laços permanentes" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, FAPESP, CNPq, vol. 12, n.º. 23/24, setembro 1991/agosto 1992, pp. 7-18.
- BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida (orgs.). *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, FAPESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn. (org. e apres.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JULLIARD, Jacques. "A Política". In: *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp. 180-196.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MILZA, Pierre. "Política interna e política externa". In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996, pp. 365-399.
- PEREYRA, Carlos *et al.* *Historia, para qué?* 10ª.ed., México: Siglo XXI, 1988. 245 p.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma outra história: imaginado o imaginário". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Contexto, vol. 15, n. 29, 1995, pp. 9-27.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Contexto, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996, pp. 231-269.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, vol. 1.
- WINOCK, Michel. "As idéias políticas". In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996, pp. 271-294.